

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS VI – CAETITÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE – PPGELS

RITA DE CÁSSIA ALVES MALHEIROS FAUSTO

**MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO
SERTÃO BAIANO**

Caetité
2024

RITA DE CÁSSIA ALVES MALHEIROS FAUSTO

**MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO
SERTÃO BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI– Caetité, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade, Área de concentração – Ensino, Linguagem e Sociedade- Linha de Pesquisa III – Ensino, Sociedade e Ambiente. Orientador – Prof. Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra.

Caetité
2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

A. Malheiros Fausto, Rita de Cássia

MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO
SERTÃO BAIANO / Rita de Cássia A. Malheiros Fausto. - Caetité, 2024.
141 fls.

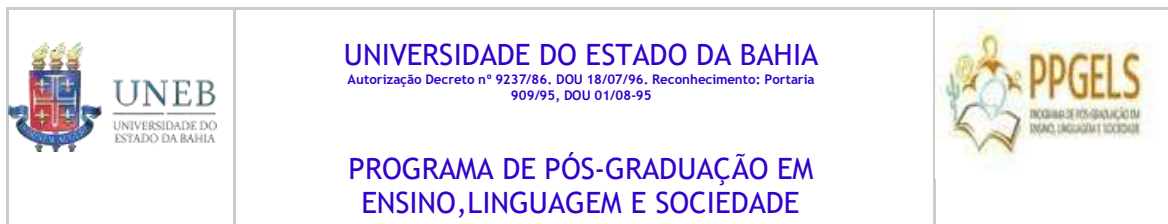
Orientador(a): Nivaldo Osvaldo Dutra.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós
Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI.
2024.

1.Educação Patrimonial. 2.Patrimônios. 3.Culturas. 4.Histórias.
5.Memórias.

CDD: 373



FOLHA DE APROVAÇÃO

" MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO”

RITA DE CASSIA ALVES MALHEIROS FAUSTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS – DCH VI - UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em 12 de março de 2024, com nota 9,5.

Documento assinado digitalmente
 ZEZITO RODRIGUES DA SILVA
Data: 15/03/2024 13:29:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.º Dr.º ZEZITO RODRIGUES DA SILVA

Examinador Interno – UNEB – DCH – Campus VI Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense



Prof.º Dr.º NIVALDO OSVALDO DUTRA


Orientador – PPGELS – UNEB – DCH –
Campus VI

Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.ª ARAÚJO

Examinador Interno – UNEB – DCH – Campus VI

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de MG

Documento assinado digitalmente
 DEBORA ALVES FEITOSA
Data: 12/03/2024 18:03:36-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.ª Dr.ª DÉBORA ALVES FEITOSA

Examinadora Externa – UFRB

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS/ GRATIDÃO

Agradeço à Deus pelo dom da vida e pela busca por conhecimentos.

Sou grata aos meus pais (painho *in memoriam*) amados, pela força e incentivo em cada etapa de minha vida, tanto pessoal quanto profissional. Nunca me deixaram sozinha em meus sonhos!

Ao meu marido, amor de minha vida, gratidão pelo companheirismo, incentivo, autoestima e por acreditar junto comigo em cada sonho e conquista nossa.

Agradeço carinhosamente aos meus grandes amores e tesouros divinos, meus filhos. Perdão pelo tempo ausente, dedicado aos estudos e pesquisas. Cada esforço nosso foi uma vitória alcançada.

Aos meus irmãos, cunhados (as), sobrinhos (as), tios (as) queridos (as) e amados (as) desculpas pela ausência nos momentos festivos em família, por conta das demandas de estudos e trabalhos.

Gratidão a minha querida sogra, que soube me perdoar por tantas vezes que não tive como estar junto a família. Suas palavras de motivação e compreensão sempre me fortaleceram na busca de meus objetivos.

Sou carinhosamente grata ao CECPAG, colegas de profissão, gestão, professores, coordenadora, alunos (as), funcionários (as) e comunidade local, entrevistados/ moradores de Maniaçu e Caetité, por me ajudarem a concretizar um sonho/ objetivo em realidade, pela escrita e resgate de informações sobre nossas raízes identitárias.

Gratidão em especial ao professor orientador Dr. Nivaldo O. Dutra, que soube me guiar pelos caminhos da pesquisa historiográfica, com a paciência e sabedoria de um mestre na arte do descobrir.

Meus agradecimentos aos amigos(as), comadres e compadres pelas palavras de força, esperança e motivação a cada etapa executada.

Agradeço ao Arquivo Público Municipal de Caetité por me ajudar nas informações acerca dos documentos oficiais e não oficiais sobre o Junco Grande/Maniassu/ Maniaçu.

Uma singela gratidão as secretárias da Paróquia de Caetité (Sônia e Nilta) que, por muitas das vezes, me auxiliaram nas pesquisas desse quebra-cabeça que vive uma historiadora, e que na junção das partes da história, vibraram com cada informação relevante achada, em meio a tantas datas e manuscritos paroquiais!

Sou grata aos meus professores, a Banca de Qualificação e Defesa, funcionários do colegiado e colegas do Mestrado/ PPGELS turma 3, que sempre me incentivaram mesmo à distância/ virtual. Foi um imenso prazer compartilhar essa conquista com cada um (a) de vocês!

Por fim, eu agradeço a todos (as) que direta ou indiretamente incentivaram e auxiliaram nos estudos do Mestrado, o meu muito obrigada!!

“Desenvolver metodologias que envolvem a educação patrimonial, é uma das formas de conscientizar os discentes do seu papel como cidadãos ativos e críticos em sociedade, valorizando e preservando suas raízes identitárias e seus patrimônios culturais, históricos, materiais e imateriais”.
(Prof.^a Rita Malheiros, 2021)

RESUMO

Rita de Cássia Alves Malheiros Fausto¹

RESUMO: Esta pesquisa trata da seguinte questão: como desenvolver metodologias e projetos escolares interdisciplinares que levem os alunos do CECPAG a conhecer, valorizar e preservar os bens culturais/ patrimoniais de Maniaçu, junto as suas memórias, histórias e tradições? Diante dessa prerrogativa, coteja-se que o Distrito de Maniaçu fica localizado no município de Caetité - Bahia, mantém sua relevância por toda sua trajetória histórica, política e econômica, construída ao longo da formação de sua região. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é apresentar a história e a composição patrimonial do Distrito de Maniaçu (pertencente a Caetité - BA), como meio de desenvolver a visibilidade e o fortalecimento das culturas e tradições desse local; bem como os objetivos específicos, por sua vez, são: compreender a história do Distrito de Maniaçu e a formação dos seus patrimônios; refletir o modo como os moradores e demais pessoas que fazem parte de Maniaçu lidam com suas histórias e seus patrimônios, levando-os ao reconhecimento e ao pertencimento perante a si próprios; conhecer a trajetória educacional do distrito e sua relação com o desenvolvimento cultural e econômico do distrito. Ademais, esta pesquisa tem como justificativa as poucas produções sobre história e memória de Maniaçu, logo, há a necessidade da preservação, tanto da história quanto da memória, junto à promoção do reconhecimento, do sentimento de pertencimento e do valor afetivo tido pelo CECPAG - Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - e pelo distrito. De mesmo modo, esta investigação tem a base teórica fundamentada em diversos autores para a leitura e análise de textos, como: Aguiar (2011), Freire (1987), Funari (2000), Le Goff (1994), Pollack (1992), Portelli (2014), Santos (2014), dentre outros. Para além disso, as metodologias empregadas foram: fontes escritas (livros Tombo, registros de casamentos, batizados, anotações festivas, livros de óbito, jornais presentes em dois locais, como o Arquivo Público e a Diocese, ambos situados em Caetité. Somado a isso, as fontes orais foram entrevistas com pessoas da comunidade e da sede do município; aplicação dos questionários no *Google Forms* com professores e alunos do Colégio CECPAG e o desenvolvimento de oficinas com alunos do Ensino médio também do CECPAG. Portanto, pressupõe-se a necessidade de uma formação continuada da equipe de gestão - professores, funcionários e alunados -, para que eles estejam mais engajados na preservação destes bens, fortalecendo os laços de pertencimento do lugar que está instalado o CECPAG. Dessa forma, o trabalho vigente vem como uma maneira de colaborar na promoção da consciência histórica dos indivíduos perante o Distrito de Maniaçu e seus bens patrimoniais. Por fim, o produto deste trabalho é o *E-book* com o título *Preservação patrimonial no Distrito de Maniaçu, partindo de ações educacionais no Cecipag*, ação a qual contribuiu para uma socialização de informações entre fotografias e textos para despertar o interesse do leitor pela história do Distrito e seu desenvolvimento, partindo das ações da educação patrimonial, aplicadas no CECPAG. Este arquivo poderá ser executado como ferramenta para futuras pesquisas científicas sobre o distrito, como também pode ser empregado como material didático por docentes do ensino fundamental, médio e superior.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Patrimônios; Culturas; Histórias, Memórias.

¹ Professora no CECPAG - Col. Est. do Campo Pedro Atanásio Garcia (Ba), Mestranda (UNEB – BA, PPGELS-2021), pós-graduada em Gestão Educacional (Faculdade João Calvino 2013) e em Docência do Ensino Superior (FIJ 2002), graduada em Licenciatura Plena em História (UNEB 2001).

RESUMEN

Rita de Cássia Alves Malheiros Fausto²

RESUMEN: Esta investigación aborda la siguiente pregunta: ¿cómo desarrollar metodologías y proyectos escolares interdisciplinarios que lleven a los alumnos del CECPAG a conocer, valorar y preservar los bienes culturales/patrimoniales de Maniaçu, junto con sus memorias, historias y tradiciones? Dada esta prerrogativa, se considera que El Distrito de Maniaçu, ubicado en el municipio de Caetitê-Bahia, mantiene su relevancia a lo largo de su trayectoria histórica, política y económica construida a lo largo de la formación de su región. Así, el objetivo general de este trabajo es presentar la composición histórica y patrimonial del Distrito de Maniaçu (perteneciente a Caetitê-BA), como medio para desarrollar visibilidad y fortalecer las culturas y tradiciones de este lugar; además de los objetivos específicos, a su vez son: comprender la historia del Distrito de Maniaçu y la formación de su patrimonio; reflejar la forma en que los residentes y otras personas que forman parte de Maniaçu abordan sus historias y su patrimonio, llevándolos al reconocimiento y la pertenencia dentro de sí mismos; conocer la trayectoria educativa del distrito y su relación con el desarrollo cultural y económico del distrito. Además, esta investigación se justifica por las pocas producciones sobre la historia y la memoria de Maniaçu, por lo tanto, es necesario preservar tanto la historia como la memoria, además de promover el reconocimiento, el sentido de pertenencia y el valor afectivo que tiene el CECPAG – Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio García - y en todo el distrito. Asimismo, esta investigación tiene una base teórica basada en varios autores para la lectura y análisis de textos, tales como: Aguiar (2011), Freire (1987), Funari (2000), Le Goff (1994), Pollack (1992), Portelli (2014), Santos (2014). Además, las metodologías utilizadas fueron: fuentes escritas (libros Tombo, actas de matrimonio, bautizos, notas festivas, libros de defunciones, periódicos presentes en dos sedes, como el Archivo Público y la Diócesis, ambas ubicadas en Caetitê. Sumado a esto, las fuentes orales fueron entrevistas con personas de la comunidad y del municipio; la aplicación de cuestionarios en *Google Forms* con profesores y alumnos del Colegio CECPAG y el desarrollo de talleres con alumnos de enseñanza media también del CECPAG. Por lo tanto, se asume la necesidad de una capacitación continua del equipo directivo, docentes, empleados y estudiantes, para que se comprometam más en preservar estos bienes, fortaleciendo los vínculos de pertenencia al lugar donde se ubica el CECPAG. De esta manera, el presente trabajo surge como una forma de colaborar en la promoción de la conciencia histórica de las personas sobre el Distrito de Maniaçu y sus bienes patrimoniales. Finalmente, el producto de este trabajo, es el Libro Electrónico con el título *Preservación del Patrimonio en el Distrito de Maniaçu*, basado en las acciones educativas en el CECPAG, acción que contribuyó a la socialización de las informaciones entre fotografías y textos, para despertar el interés del lector en la historia del Distrito y su desarrollo, a partir de las acciones de educación patrimonial aplicadas en el CECPAG. Este archivo puede ser aplicado como herramienta para futuras investigaciones científicas sobre el distrito, y también puede ser utilizado como material didáctico por docentes de educación primaria, secundaria y superior.

Palabras-clave: Educación Patrimonial; Patrimonio; Culturas; Historias, recuerdos.

² Profesor del CECPAG- Col Est. do Campo Pedro Atanásio Garcia (BA), estudiante de Maestría (UNEB – BA, PPGELS-2021), posgrado en gestión educativa (Facultad João Calvino 2013) y en Docencia de Educación Superior (FIJ 2002), graduado en Historia (UNEB 2001)

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - vista aérea da cidade de Caetité – 1957	33
Foto 2 - Atual Igreja de São Pedro	36
Foto 3 - Antigo lugar da feira inicial da vila, onde foi construído um barracão - hoje praça da Igreja de São Pedro construída pela prefeitura em 2020	36
Foto 4 - Mercado antigo feito em adobe – década de 1970 - onde hoje é a feira livre aos domingos.	37
Foto 5- Mercado atual (2021).....	37
FOTO 6 - Vista parcial da rua Paramirim - Distrito de Maniaçu	44
Foto 7 - Casa de farinha de Maniaçu, construída na década de 1980.....	50
Foto 8 - Maria Alves da paixão (Bia) e João Ferreira da Costa - construtor da igreja de São .	52
Foto 9- Bruno Antunes Frota (morador, comerciante, lavrador), junto com sua cunhada Sebastiana (viúva de Américo Frota), uma parente que veio de São Paulo, e sua irmã Dona Ana. década de 1990	54
Foto 10- Casa de Trasfúlo Frota e Nunila Ivo Frota em Maniaçu.....	54
Foto 11- Feira aos domingos, tirada antes da pandemia.....	58
Foto 12- Feira livre em Maniaçu, onde se comercializa produtos da região. Foto tirada antes da pandemia (2018).....	59
Foto 13 - Professora Nunila Ivo Frota	65
Foto 14 - Primeira sala multisseriada do distrito, turmas da prof. ^a Nunila Ivo Frota	65
Foto 15 - Prédio da escola antiga em Maniaçu com 1 sala de aula e casa do professor anexa - já demolido	67
FOTO 16 - Escola Municipal Maurício Gumes	69
Foto 17 - Vista da Escola Nunila Ivo no plano central, e ao fundo construção do Colégio Zelinda	74
Foto 18- Colégio Municipal Zelinda Carvalho.....	74
FOTO 19 – Da entrada do CECPEG - Distrito de Maniaçu, Caetité-Ba	77
Foto 20 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPEG, dia 25 de outubro de 2022.....	86
Foto 21 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPEG, dia 25 de outubro de 2022.....	88
Foto 22- Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPEG, dia 26 de outubro de 2022.....	88
Foto 23- Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPEG, dia 26 de outubro de 2022.....	89
Foto 24 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPEG, dia 26 de outubro de 2022.....	89
Foto 25 - Desfile Cívico (alunos e professores) pelas ruas do Distrito de Maniaçu - década de 1970	95
Foto 26 - Desfile Cívico (alunos e professores) pelas ruas do Distrito de Maniaçu- década de 1980	95
FOTO 27 - Festa da Mandioca 2017 no Distrito de Maniaçu	102

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Resultado do Ideb - CECPAG de 2019.....	80
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Referente ao número de matrículas em cada unidade escolar da Educação Básica no Distrito de Maniaçu de 2018 a 2022.....	75
Tabela 2 - Casamentos no Junco Grande/ Maniaçu. Recorte temporal de 1921 a 1970, pesquisa realizada entre os meses de abril e maio de 2022, na Paróquia de Caetité.....	97
Tabela 3- Batizados no Junco Grande/ Maniaçu. Recorte temporal de 1925 a 1970, pesquisa realizada entre os meses de abril e maio de 2022, na Paróquia de Caetité.....	98
Tabela 4 - Datas comemorativas religiosas no Junco Grande/ Maniaçu. Recorte temporal de 1928 a 1972, pesquisa realizada entre os meses de junho a setembro de 2022, na Paróquia de Caetité.....	99

LISTA DE FIGURAS/MAPAS

Figura 1 – Mapa de Caetité, com destaque ao Distrito de Maniaçu, elaborado em outubro de 2022	43
Figura 2- Árvore genealógica feita pela filha Luizete - Família de Trasíbulo e Nunila Frota - maio de 2022	55

Anexos - Fotos do distrito (2018)

APÊNDICE A - Modelo do Questionário virtual/ alunos e professores participantes

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aplicada aos moradores do distrito de Maniaçu

APÊNDICE C - Roteiro das Oficinas - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA DE NOSSO LUGAR, aplicadas aos alunos do 2º e 3º ano - Cecipag.

APÊNDICE D - Algumas das imagens utilizadas nas oficinas de outubro de 2022

*Carta de doação de terras no lugar chamado Junco Grande à Diocese de Caetité, por Pedro Athanásio Garcia, 1929.

*Cartão de noivado de Trasíbulo e Nunila- Junco, 1936

*Documento de convênio de saúde para o distrito de Maniaçu, 1978

APÊNDICE E – Autorização/ termos do Comitê de Ética - UNEB

APÊNDICE F - Termo de Concessão de material e documentos do CECIPAG a este projeto de Mestrado

APÊNDICE G - Documento de autorização da Comarca de Caetité, para consulta no APMC - em inventários, certidões variadas, leis, decretos entre 1926 a 1960, pela mestranda.

Lista de Abreviaturas e Siglas

APMC - Arquivo Público Municipal de Caetité

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CEB - Câmara de Educação Básica

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEEEEC - Centro Estadual de Educação Especial de Caetité

CEPAG - Colégio Estadual Pedro Atanásio Garcia

CECPAG - Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia

CNE - Conselho Nacional de Educação

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCRB - Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EJAI - Ensino de Jovens, Adultos e Idosos

EM - Ensino Médio

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INB - Indústrias Nucleares Brasileiras

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NTE13 - Núcleo Territorial de Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPGELS - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade

PPP - Projeto Político Pedagógico

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSF - Programa Saúde da Família

RP - Residência Pedagógica

SGE - Sistema de Gestão da Educação

SIEP - Seminário Interdisciplinar de Extensão e Pesquisas

SIGEDUC - Sistema Integrado de Gestão de Educação

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- DA VILA DO JUNCO GRANDE À MANIAÇU	29
1.1 O território como o lugar do vivido.....	29
1.2 As narrativas que nos contam a história	31
1.3 O espaço demarcado e suas mudanças territoriais.....	42
1.4 Os sujeitos políticos e suas vivências na política do distrito	51
CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO	61
2.1 Os anos iniciais da educação no distrito	62
2.2 Da educação fundamental ao ensino médio e a criação do CECPAG.....	68
2.3 Práticas educativas que valorizam a identidade do aluno do campo	71
2.4 Ações educativas desenvolvidas no CECPAG, para o entendimento sobre educação patrimonial	81
CAPÍTULO 3- MANIAÇU – LUGAR DE MEMÓRIAS E TRADIÇÕES	91
3.1 Das tradições religiosas às memórias coletivas	92
3.2 Cronologia que nos revelam momentos singulares na história cultural do Distrito	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
Fontes e Referências	109
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

Em um mundo heterogêneo e em constante movimento, a educação plural e interdisciplinar é a força motriz para a formação de sujeitos que pensam, compreendem e agem nesta sociedade. Nesse sentido, o trabalho docente envolve a reflexão constante de tudo a sua volta e do mundo. À guisa de ilustração, Paulo Freire (2002) diz que a principal tarefa de um educador é ensinar o aluno a “ler” o mundo, a compreendê-lo e a desenvolver o senso crítico para interagir em sua sociedade e melhorá-la. Nesse sentido, foi pensando no desenvolvimento da criticidade, do sentimento de pertencimento, da compreensão do meio em que se vive e se age, que esta pesquisa foi produzida.

A princípio, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar a história e a composição patrimonial do Distrito de Maniaçu - localizado na zona rural do município de Caetité – Bahia -, e, em seguida, desenvolver a visibilidade e o fortalecimento das culturas e tradições desse ambiente. Para isso, os agentes desta pesquisa são os estudantes e demais membros escolares do Colégio Estadual Pedro Atanásio Garcia (CEPAG)³, localizado em Maniaçu, além de alguns moradores deste distrito.

Ademais, o objeto desta pesquisa se concentra na seguinte questão-problema **como desenvolver metodologias e projetos escolares interdisciplinares que levem os alunos do CEPAG a conhecer, valorizar e preservar os bens culturais/ patrimoniais de Maniaçu, junto as suas memórias, histórias e tradições?** Todavia, a partir dessa problematização, buscou-se compreender a história e os patrimônios que formam o distrito, bem como os seus moradores e demais pessoas que fazem parte deste espaço e, questioná-los: como eles lidam com tudo isso? A partir dessa indagação, foi produzido um *e-book* sobre como ocorreu a formação do distrito, bem como utilizou-se de registros fotográficos sobre o lugar em estudo, com a finalidade de conhecer, aprender e preservar a riqueza histórica e patrimonial deste lugar, levando a sua população ao reconhecimento e pertencimento da história, enquanto agentes sociais e históricos.

Nesse sentido, a produção em questão consistiu na temática da história e cultura de Maniaçu, distrito localizado em Caetité - Alto Sertão da Bahia⁴, sendo abordada a sua formação

³ O Colégio Estadual Pedro Atanásio Garcia recebeu nova denominação em agosto de 2020, passando a ser Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia.

⁴ Neves, 2003 (p. 18-19). Denomina Alto Sertão da Bahia o espaço construído pela sua população, consciente da identidade sócio- ambiental, desenvolvida com vínculos de parentesco e de vizinhança, práticas comuns de

a partir das narrativas coletadas dos moradores locais mais antigos, de pesquisas documentais e bibliográficas no Arquivo Público Municipal de Caetité, investigando fontes como jornais impressos da época, livros de Tombo da Diocese de Caetité e registros fotográficos.

Estes elementos atualmente servem de fontes para a preservação da sua memória local, sendo essa algo que nos diz muito sobre seu povo e cultura, portanto, a sua riqueza maior. Diante disso, com a relação entre história e memória, é possível mencionar a existência marcante de locais, objetos e práticas que representam a preservação de toda uma cultura e o passado de um povo, principalmente quando se trata dos patrimônios históricos materiais e imateriais, das lembranças individuais que se entrelaçam às coletivas e formam uma linearidade de fatos e histórias de um lugar e de sujeitos. Logo, memória foi um dos conceitos utilizados neste trabalho. Nessa seara, segundo Pollack (1989)

[...] a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, igrejas, regiões, famílias, etc. (POLLACK, 1989, p. 09).

Dessa forma, a relação da memória com os patrimônios se dá diante do processo de construção, por meio dos bens do passado e do presente, que formam os patrimônios e, posteriormente, a história e a identidade dos sujeitos. Sendo assim, muitas vezes o registro em fotografia é a única lembrança de um fato ou acontecimento de uma pessoa, de uma família, de

folgedos, religião, tradições, representação política, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, na convicção de conterraneidade e no sentimento de integração naquele sertão. Sem contornos precisos o Alto Sertão da Bahia abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco, onde se estende a Serra Geral, extensão da cordilheira do Espinhaço, incluindo os sub-vales das Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre, Paramirim, da bacia sanfranciscana; e São João, do Antônio, Gavião, Brumado tributários do Rio de Contas. Esse espaçamento alcança a região da Serra Geral, partes do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina, na regionalização da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia – SEPLANTEC, que divide o território baiano em 15 regiões. “Os sertões da Bahia, até finais do século XVIII, eram pouco habitados” (p. 15). Com essas palavras, o professor Erivaldo Fagundes Neves, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA), busca situar o leitor na região abordada em seu livro *Escravidão, pecuária e policultura*.

Silva, 2021 p. 16. Alto Sertão da Bahia é, atualmente, um território localizado na região sudoeste da Bahia, tendo por delimitadores naturais o vale do Rio Gavião a leste, as cadeias montanhosas da Serra do Sincorá (Chapada Diamantina) e vale do Rio Paramirim a norte, o curso do alto médio S. Francisco a leste e o vale do Rio Verde, que nos separa do vizinho Estado de Minas Gerais ao sul. Pretende-se compreender melhor a região do Alto Sertão da Bahia, onde se formou a Vila de Caetité, enquanto realidade socioespacial da qual convivemos empiricamente, mas sobre a qual não há consenso nas suas reais especificidades e delimitações.

um grupo ou da coletividade, e nesse resguardar da foto, algum acontecimento varia de localidade, região e condição financeira dos envolvidos, pois, em se tratando do passado, percebe-se no quanto esse registro foi sendo perdido por conta da condição financeira de muitas famílias em não terem documentado um casamento, batizado, festa religiosa na comunidade ou outro evento marcante, contando somente com a memória de algumas pessoas com boas narrativas orais para esse fim, de transmitirem às novas gerações o passado antes que se percam as lembranças. Por isso

Tal herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Por terem esse papel acabam por contribuir na formação da identidade desse país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate à memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural. (ROCHA, 2012, p. 01).

Ademais, arguindo sobre o fragmento anterior, a história, a memória e a identidade são aspectos essenciais para a compreensão e o estudo do significado da educação patrimonial, bem como associa-se as suas ações e a aplicabilidade em metodologias escolares para fazer entender pelo sujeito a sua posição como ator na formação social e cultural de um lugar. Logo, compreende-se que as práticas educativas revelam as possibilidades de estabelecer uma relação entre aprender na prática e ficar somente nos conhecimentos teóricos sistematizados e as questões vivenciadas no cotidiano.

De mesmo modo, através das leituras e discussões acerca do texto Individualismo e Cultura - observando o familiar (VELHO, 1999), as abordagens sobre o objeto de estudo do investigador, no que concerne a Antropologia em suas indagações sobre o lugar do outro, questiona a análise da sociedade pelo aspecto da vivência do individualismo ou do coletivismo humano. Isso significa que o campo de estudo do investigador pode ser conhecido por ele e, talvez, apresente aspectos exóticos para análise, cujo conhecimento de situações ou de indivíduos é construído a partir de um sistema de interações culturais e historicamente definidos.

E, diante desse pressuposto, isso nos leva aos estudos sobre os aspectos das vivências individuais e coletivas dos sujeitos do Distrito de Maniaçu, e passa, assim, pelo recorte temporal desta pesquisa - a qual compreende os anos de 1940 a 1960. Nessa vertente, o início dessa investigação se deu através de livros oficiais da Diocese de Caetité, e, a partir disso, foi

verificado que teríamos que estender um espaço temporal maior, sendo ele de 1919 até 1960, fator discutido também com o orientador sobre essa temporalidade.

Logo, no tocante ao recorte espacial desta pesquisa, ele se dá no distrito de Maniaçu. Sendo assim, de acordo com Helena Lima Santos (1997), antes de ser Distrito, Maniaçu era apenas uma Vila e se chamava Junco Grande, sendo elevada à categoria de Distrito, em 1934, com o nome de Maniaçu, devido à cultura da mandioca (MANI: Mandioca, AÇU: Grande)⁵, localizado na zona rural do município de Caetité, interior da Bahia. Este recorte é importante para o conhecimento, divulgação e valorização da riqueza patrimonial que compõe o Alto Sertão Baiano, bem como auxilia na desmistificação da ideia errônea de que são considerados patrimônios apenas elementos que compõem grandes cidades e capitais nacionais e internacionais.

Dessa forma, um dos fatores imprescindíveis na escolha de Maniaçu e do CECPAG para pesquisar foi pelo valor afetivo tido por estes lugares, uma vez que a minha infância foi no Distrito de Maniaçu, onde meus pais tinham residência. Logo, nos estudos da educação básica eu fui morar na sede do município de Caetité, com meus avós maternos, onde estudei em escolas públicas por todo o período; iniciando na Escola Ovídio Teixeira, depois seguindo no ginásio para o Grupo Escolar Monsenhor Bastos, o meu ensino médio foi realizado no Instituto de Educação Anísio Teixeira, onde fiz o curso de magistério, e, depois, adentrei nos estudos da Graduação em Licenciatura Plena em História – Universidade do Estado da Bahia – *Campus VI*. Somado a isso, após a conclusão da graduação, retornei ao Distrito para já trabalhar na docência da educação básica municipal em 1999. A partir desse momento, iniciei o levantamento de fontes de pesquisas para auxiliar os educandos no entendimento de sua realidade local.

Ademais, seguindo a cronologia de minha vida profissional, em 2004 eu fui convocada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC – BA) como regente, para assumir as turmas de ensino médio, no Colégio Estadual Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), e pude, a partir disso, ampliar os estudos e pesquisas sobre a temática da história local. A princípio, a carência de fontes, de fragmentos da história desta instituição escolar, da história do patrono do

⁵ Segundo a memorialista Helena Lima Santos (1997) o distrito de Maniaçu foi criado em 1934 e fica a Noroeste do distrito Sede. É o distrito mais seco, porém, os terrenos que ficam nas encostas das serras do Joazeiro e Mucambo, são excelentes para a lavoura. É um grande produtor de farinha e, também, criador, com maior produção de ovinos e caprinos.

CECPAG, o Sr. Pedro Atanásio Garcia - como sendo ou não um dos moradores iniciais do distrito - e da formação deste local, me deixaram intrigada. Afinal, essa lacuna, agregada a falta de registros escritos dos moradores atuais, pode levar ao esquecimento de muitas informações possivelmente relevantes para a história do lugar. Além disso, durante o processo de investigação desta pesquisa não foram constatadas muitas produções científicas sobre a história de Maniaçu e/ou sobre seus patrimônios, encontrando, por sua vez, escassos artigos sobre: a questão do urânio e sua exploração ao entorno do Distrito, bem como sobre a feira livre.

Diante de toda essa conjuntura, compete destacar, paralelamente, que logo nos anos iniciais da carreira de graduada em História, foi notável a grande discrepância dos estudos acadêmicos com a realidade da educação básica rural. Sendo essa composta por alunos oriundos de comunidades rurais e de comunidades tradicionais quilombolas, logo, tive que buscar qualificação em cursos e formações para melhorar a prática pedagógica, as quais, na atualidade, estão em destaque na formação continuada em exercício.

Nessa perspectiva qualificação dos professores é tema de diversas teses, artigos e veio trazendo uma produção acadêmica de grande relevância nos últimos 50 anos, composta por Saviani (1999), Gadotti (1987), Freire (2002), indagando a profissionalização docente voltada para a formação de professores, serem e estarem em condições precárias. Pois, autores como Antônio Nóvoa (2017), em seu artigo: Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente, estamos perante um momento crucial da história dos professores e da escola pública, a precarização da formação docente, o desmonte do setor educacional, a privatização do ensino universitário, onde a formação de professores é um problema político, e não apenas técnico ou institucional.

Diante disso, salienta-se que a participação em capacitações é para aprimorar e melhorar a prática educativa. Assim, acredito na troca de experiências (vivências) e compartilhamento de conhecimentos, para que seja possível compreender os conteúdos programáticos e aprender com as vivências grupais, pois cada aluno traz consigo uma bagagem de cultura, história e tradições que serão compartilhadas ao longo do período escolar. Para além disso, foi necessário socializar a prática de vivências fora dos muros escolares, juntamente com os alunos e professores de outras áreas do conhecimento, para, desse modo, elaborarmos inúmeros projetos interdisciplinares para aperfeiçoar habilidades e competências dos educandos, utilizando de temas transversais. Somado a isso, foram ministradas aulas mais atrativas para que o aprendizado fosse de uma forma mais significativa, lúdica e prazerosa. Isso se deu através da participação de várias Jornadas Pedagógicas da Rede Municipal de Educação em Caetité, e tive

o prazer de ouvir as ideias/ teorias de diversos autores renomados no Brasil como: Pedro Demo, Moacir Gadotti, Cipriano Luckesi, Gabriel Chalitta, entre outros. Suas ideias vêm de encontro a educação libertadora, seguindo os pressupostos de Paulo Freire, o qual afirmava que a educação é um processo político e contribuinte para a transformação social.

Nesse sentido, em 2018, participando da seleção para Preceptora do Programa em Iniciação à Docência – RP – Residência Pedagógica/ PIBID, para a educação Básica em História - Uneb Campus VI, tivemos a oportunidade de perceber a aproximação da universidade pública com a educação básica – CECAPAG -, em que os residentes participaram de inúmeras experiências docentes extracurriculares, aprimorando sua prática docente e compreendendo o plano de trabalho aplicado no referido ano letivo. Nesse segmento, foram momentos significativos entre formações com a multiplicadora Prof.^a Doutora Luciana Correa (UNEB), bem como os vários momentos de estudos e aprendizagens, semelhantes aos eventos científicos da universidade – como o VII Encontro de História, em que fui curadora de uma sala temática sobre Memória, História e Cultura do Distrito de Maniaçu, vindo desse lugar a ideia do anteprojeto do Mestrado. À guisa de ilustração, foram aplicadas várias metodologias no planejamento das aulas como: trilhas históricas pelo distrito, visitas ao horto da INB - Indústrias Nucleares do Brasil⁶ e da BAMIN - Bahia Mineração; curso de fotografia no espaço INB, visitas monitoradas ao MASB - Museu do Alto Sertão Baiano e ao Sítio Arqueológico Moita dos Porcos - Toca do Tapuia em Caetité, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nessa perspectiva de estudos acadêmicos, leituras de autores como Paulo Freire⁷, em Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia, discorremos reflexões sobre o papel do professor na Educação Básica ser o de mero transmissor de conteúdo programático. Afinal, em uma educação bancária para com o alunado, compara-se isso com as suas vivências na construção do conhecimento, voltadas à conscientização do aluno enquanto agente social,

⁶Urânio/ INB- Indústrias Nucleares do Brasil. Fundada em 1988, a Indústrias Nucleares do Brasil – S.A (INB) incorporou as empresas que faziam parte da Nuclebrás, criada para cumprir o Acordo Nuclear Brasil – Alemanha. Em 1999, a mina de Caetité, na Bahia, começa a funcionar. Na Unidade de Concentração de Urânio (URA), situada no município de Caetité (BA), está implantada a única mineração de urânio em atividade no país. <https://www.inb.gov.br/A-INB/Onde-estamos/Caetite>. Acessado em 05 de setembro de 2022.

⁷Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi um educador, escritor e filósofo pernambucano. Tendo sua formação inicial em Direito, Freire desistiu da advocacia e atuou durante o início de sua carreira como professor de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz, instituição em que o professor havia concluído o Ensino Básico. Freire também trabalhou para o Serviço Social da Indústria (SESI) como diretor do setor de educação e cultura, além de ter lecionado Filosofia da Educação na então Universidade de Recife. <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.htm>. Acessado em 05 de setembro de 2022.

participante, ativo, crítico e perspicaz do seu papel no ambiente ao qual pertence.

Todavia, já em 2020 houve alguns momentos temporais sobre a nomenclatura do CEPAG, acerca do ano de fundação do colégio ter sido em 2004, e depois incorporou a palavra Campo após a publicação no D.O da Bahia em agosto de 2020, sendo organizada a nova sigla CECPAG - Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia, não somente a sigla em questão de mudança, mas a perspectiva de nova grade curricular para se trabalhar com o alunado de área rural e de comunidades quilombolas ao entorno do Distrito, fazendo com que os alunos percebam, assim, sua condição de aprendizes de conteúdos programáticos e saberes tradicionais das comunidades circunvizinhas ao distrito.

De mesmo modo, cada ação educativa elaborada e executada tem sua estrutura baseada na realidade dos alunos participantes, oriundos de comunidades rurais e tradicionais quilombolas, levando-os a perceber a importância da valorização dos saberes e fazeres. Além disso, apresentamos também artigos científicos no SIEP - Seminário Interdisciplinar em Pesquisa e Extensão – UNEB – *Campus VI* - da Residência Pedagógica e a prática na educação básica. E, ainda, em outubro desse mesmo ano, fui inscrita como ouvinte no Fórum de Educação Integral para a Reelaboração do Currículo Bahia - Caetité com a presença do renomado autor Dermeval Saviani elucidando sobre sua teoria Histórico – Crítica, o qual fez suas críticas aos currículos da educação brasileira, sendo que os conteúdos são enfadonhos e cansativos, os quais ocorrem mera transmissão do conhecimento, partindo para uma análise de que o professor poderá escolher o que é relevante ou não aos olhos da realidade escolar na qual o aluno está inserido, para uma contribuição original e aprendizagem significativa, vindo de encontro com as diretrizes da BNCC. Ademais, em 2021, realizamos a inscrição no Prêmio Paulo Freire, e fomos selecionados como a prática educativa exitosa, sendo lançado um *e-book* com os 27 NTEs e suas práticas em toda a Bahia, diante dessa conquista, fico orgulhosa em poder executar as práticas coletivas de educação patrimonial no CECPAG e sermos indicados como escola referência pelo NTE 13 - Sertão Produtivo.

Para além disso, utilizamos neste trabalho o conceito de patrimônios como **lugares de memória**, (POLLACK, 1992) se referindo às festividades, comemorações, rituais, cantigas, danças, manifestações culturais materiais e imateriais de modo geral, em que as técnicas de trabalhar com matérias-primas, em artesanato ou culinária, chegam a um produto acabado pela ação humana, isso faz parte da identidade do grupo e que vai originando o sentimento de continuidade.

Entretanto, caso contrário, há uma ruptura e se perde essa conexão das pessoas com os

lugares. Isso mostra-se de grande relevância para a memória coletiva que parte do individualismo, pois cada sujeito tem sua história individual, que se entrelaça a familiar e se condensa a coletividade do lugar em estudo ou de vivências. Nessa seara, esta pesquisa visualizou o CECPAG e demais patrimônios de Maniaçu como lugares de memórias, individuais e coletivas, que fortaleceram e também permitiram desenvolver o sentimento de pertencimento dos indivíduos que fazem parte da história e movimento deste distrito. Para além disso, discutiremos, também, a concepção do espaço escolar, onde é o nosso ponto de partida para a execução das atividades da educação patrimonial, uma vez que essa pesquisa vem de encontro ao CECPAG, onde tratamos de metodologias educativas para a aplicação sobre a preservação e conservação das memórias, e as histórias e culturas do distrito de Maniaçu. Afinal, em várias leituras e estudos sobre o ambiente escolar, vimos que a cada tempo são recolocados o processo educativo escolar, cuja reprodução se dá pelos velhos costumes e hábitos voltados ao currículo tradicional e a possibilidade da construção de novos olhares e pedagogias para o século XXI. Desse modo, segundo as observações de Juarez Dayrell,

[...] analisar a escola como espaço sociocultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores da história. Traz um estudo sobre o aprendizado dos jovens, principalmente da educação básica - turmas do noturno, ele faz um relato do ambiente escolar e suas implicações nas relações interpessoais e de aprendizagem partindo da estrutura do ambiente escolar e suas contradições. (DAYRELL, 1996, p. 137).

Dessa maneira, trabalhar a temática do espaço escolar físico, significa trabalhar as relações pessoais e interpessoais dos membros dessa comunidade, e o tratamento uniforme que esse espaço faz perante sua classe estudantil, vem consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos. Uma vez que o trabalho na atualidade é proposto de forma heterogênea, ele traz a singularidade dos sujeitos sociais, sua identidade, as tradições e o saber local desses alunos que formam a coletividade e, ao mesmo tempo, sua individualidade. Logo, percebe-se que o aprendizado não está fechado apenas ao ambiente escolar, ele acontece nos diversos espaços sociais, culturais e nas trocas e experiências vividas por esses sujeitos históricos.

Ademais, a diversidade cultural no ambiente escolar é visível, pois os discentes trazem consigo suas raízes ancestrais e toda uma dinâmica própria do saber e fazer compreendido,

conhecimentos esses aprendidos nas áreas rurais e comunidades quilombolas, que é o público alvo, os próprios alunos do CECPAG.

Não obstante, outro conceito utilizado nesta produção, e que foi discutido por Paulo Freire (1987), é a interdisciplinaridade - processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito, com base em sua relação com o contexto, com a realidade e com sua cultura. Somado a isso, Pedro Demo (2001) também nos ajuda a pensar sobre a importância da interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem quando propõe que a pesquisa seja um princípio educativo e científico. Sendo assim, para ele, disseminar informação, conhecimento e patrimônios culturais é tarefa fundamental, mas nós não apenas os transmitimos, na verdade, reconstruímos. Logo, salienta-se que a escola, como lugar de aprendizagem, produção e reconstrução de conhecimentos, cada vez mais precisará acompanhar as transformações da sociedade contemporânea, adotar e, simultaneamente, apoiar as exigências interdisciplinares que hoje participam da construção de novos conhecimentos.

Afinal, o rememorar traz análises de fatos do passado para o presente, com novas interpretações, autoconhecimento, memórias individuais e coletivas de situações que marcaram pessoas e lugares de identidade e seu pertencimento. De mesmo modo, se diz que “pertencimento” é “a crença subjetiva numa origem comum, que une distintos indivíduos que pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos [bandeiras, hinos, patrimônios históricos etc.] expressam valores, medos e aspirações”. Contudo, é dessa forma que o Dicionário dos Direitos Humanos define o conceito de “pertencimento” no verbete respectivo.

Nesse contexto, destaca-se que a memória se considera, nos preceitos de Pollack (1992, p. 5), “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si”. E, de maneira semelhante, Hall (2001, p. 109) elucida que “Assim como a memória, a identidade também é uma produção discursiva, é algo que existia à medida que ganha forma por meio da linguagem”. Sendo assim, diante dessas percepções, este trabalho iniciou-se com a pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. No primeiro momento, houve contato teórico com leituras sobre a perspectiva da História Social e os bens patrimoniais perante uma sequência didática, à guisa de ilustração: trilha pelo distrito de Maniaçu, oficinas de ação educativa e patrimonial aos alunos do CECPAG com uso de fotografias, objetos culturais e questionários para um melhor entendimento sobre Educação Patrimonial. Desse modo, esse conceito foi utilizado e baseado

na proposta inicial de Maria Cristina Horta, que em 1980, já tendo inicialmente o pensamento freiriano de criticidade, autonomia e leitura do mundo como ferramenta para o trabalho pedagógico, já usava o conceito de Educação Patrimonial como metodologia de ensino e orientava o uso do objeto cultural para reconstruir os significados dos bens patrimoniais junto as suas comunidades. Nessa vertente, segundo Horta (1999, p. 09) sugere-se aos professores utilizar dos objetos culturais em sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças-chave no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera ilustração das aulas.

Logo, partindo de leituras sobre a pesquisa qualitativa, essa permite, através de seus métodos, estudar as especialidades de cada sociedade, visto que “seu foco é a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (GOMES, 2009, p. 79). Seguindo essa linha de investigação qualitativa, podemos perceber que o uso da memória tem um papel essencial como fonte de pesquisa de um determinado grupo-coletividade, partindo da individualidade para se ter informações acerca do momento em que se quer registrar e averiguar.

No que concerne a fundamentação teórica, por sua vez, ela tem como base de leituras e estudos autores como Peter Burke, Michael Pollack, Paulo Cesar Tomaz e Roseli Caldart, sobre patrimônio cultural material e imaterial e práticas escolares na educação do campo. Em se tratando do conceito de lugares de memória, para a proposta em educação patrimonial, envolve-se o trabalho docente em estimular o aluno (a) a perceber como esses lugares vão sendo recorrentemente construídos na família, na escola, na comunidade escolar e nos diversos segmentos sociais ao longo da temporalidade da história. Isso se trata da miscigenação que dá a identidade de um grupo, de onde eles se originaram e o sentimento que neles prevalecem é o da continuidade. Somado a tudo isso, a seleção de lugares de memória para fins didáticos pode recair tanto na dimensão mais local – familiar, quanto num contexto mais abrangente de uma sociedade ao longo do tempo.

Pensando nisso tudo, foram aplicados os questionários semiestruturados com 8 perguntas objetivas encaminhadas via *Google Forms*, nos grupos de *WhatsApp* e também impressos, para que os participantes voluntários (35 alunos e 4 professores do Ensino médio do CECPAG nas áreas do conhecimento - Linguagens, Humanas, Exatas e Biológicas), tivessem uma análise e interpretação de dados, com revisão de literatura acerca do tema em estudo. Posteriormente, houve a aplicação de entrevistas com pessoas da comunidade ou que tiveram participação social, e/ou política, e que interferiu diretamente ou indiretamente no

desenvolvimento do distrito para a transcrição de informações para a pesquisa.

Nessa perspectiva, segundo Alberti,

A História oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram e ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto estudado. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais movimentos e etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Diante disso, utilizar de entrevistas com pessoas da comunidade e/ ou que tiveram acesso as narrativas do passado são essenciais para se compreender parte da realidade que se quer analisar, estudar e entender como se deu os aspectos sociais, políticos e culturais de um lugar específico. Contudo, foram entrevistadas 12 pessoas, sendo 4 moradores atualmente na sede do município e 8 moradores (as) do distrito com idades entre 50 e 80 anos, nas variadas profissões: professoras, fotógrafo, escrivão, técnica em enfermagem, gari, dona de casa e vereador eleito pela comunidade distrital. Essas conversas foram na casa dos entrevistados, tanto no distrito quanto em Caetité, seguindo as normas de distanciamento social para se ter informações mais interligadas nas narrativas orais. Sendo assim, as entrevistas seguiam um roteiro preestabelecido, mas, no final das conversas, os entrevistados solicitavam que desligassem a gravação e partilhavam outras narrativas que não queriam que viessem a público, era uma confidencialidade, logo, foram momentos de riqueza de detalhes. No entanto, para isso se concretizar, tive que aguardar a aprovação do projeto no Conselho de Ética da UNEB⁸.

Ademais, foram aplicadas 2 oficinas, de 4 horas cada, em dias alternados no turno vespertino, em outubro de 2022, com 35 alunos do ensino médio (2º e 3º ano) do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia, com idades entre 15 a 24 anos, para tratar sobre a preservação patrimonial através de objetos em exposição, fotografias e material da pesquisa no APMC (cópia do Jornal A PENNA das décadas de 1930-1940) e da Diocese de Caetité (anotações sobre os casamentos, batizados, registros de festas religiosas católicas entre 1929 a 1960) sobre a cultura, economia e tradição do distrito de Maniaçu. Paralelamente, segundo Oliveira (2010), é por meio da experimentação e da vivência das crianças e jovens, que as sensações e percepções sobre patrimônio cultural são alinhavados a partir das relações afetivas estabelecidas com o conteúdo apresentado. A exemplo disso, em cada oficina aplicada o

⁸ Projeto aprovado em fevereiro de 2022 no CAAE: 53879221.2.0000.0057 pela Plataforma Brasil.

material era manuseado, visto e revisto, e as sensações foram afloradas entre os estudantes do CECPAG.

Além disso, o registro escrito é uma das formas de se resguardar as memórias, rememorar e valorizar a cultura e tradição, para que possamos estudar o passado, entender o presente e melhorar as vivências como um todo no futuro. Afinal, a pesquisa documental é de grande relevância para o trabalho do historiador, pois ela busca pelo entendimento de fatos históricos, sociais, culturais e outras fontes que possam ter essa interligação com a preservação do patrimônio de um lugar. E, por isso, houve as visitas a Diocese em 2021, consultando os livros Tombo, registros de casamentos, batizados e anotações festivas, ações essas que foram essenciais para a pesquisa em questão, e para desenvolver as metodologias voltadas aos alunos, para que eles pudessem conhecê-la e valorizar os bens culturais e patrimoniais do distrito de Maniaçu, através de práticas educativas no CECPAG.

Por outro lado, no APMC (Arquivo Público Municipal de Caetité), as buscas se intensificaram nos jornais digitalizados, como O DEVER e A PENNA, entre 1919 a 1960, e também houve consultas nos livros de óbitos (1930 a 1945) e nas notas do Tabelionato de Contas do município de Caetité (1926 a 1940); cada folha lida, analisada e que buscava-se informações relevantes. Nesse viés, além da espera pela aprovação do projeto pelo Conselho de ética da UNEB, tivemos que solicitar, via ofício Judicial, ao MM Dr. Sr. Eduardo das Neves, Juiz de Direito da Comarca de Caetité, a autorização para a consulta e análise de documentos entre 1926 a 1960 (certidões de óbitos, inventários, livros de Tabelionato de Notas, entre outros, que estão salvaguardados no APMC), sendo isso autorizado em setembro de 2022, em que consta esse documento nos anexos desta pesquisa.

Todavia, o Distrito de Maniaçu apresenta inúmeras possibilidades de estudos através dos registros fotográficos, variados objetos, documentos escritos à mão, registros de terras, convites de celebrações e casarões, sendo que estes contam com uma história que não deve ser esquecida, a valorização de quem mora no campo, numa área de comunidades quilombolas, de nomes indígenas e onde, além da História, temos campo de estudo e pesquisa para a Antropologia.

Sendo assim, partindo da ideia de estudos da Antropologia;

[...] embora, sem exclusividade, tradicionalmente identificou-se com os métodos de pesquisa ditos qualitativos. A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada. Insiste na ideia de que para conhecer certas

áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem a superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. (VELHO, 1999, p 123-124).

Esses estudos sobre as culturas e relações humanas, além de serem antropológicos, também se aproximam da Etnografia, pois ela nasceu e está fadada a pesquisa de urgência, cujo presente etnográfico está constantemente, não a se tornar passado, mas a desaparecer, porque não se tornará passado pleno se alguém não o registrar agora. Contudo, nas observações de Roberto Malighetti (1990), “onde o principal motivo pelo qual a Etnografia como ciência se desenvolveu, foi o de salvaguardar a diversidade cultural ameaçada pela ocidentalização”. Partindo disso, e associando diretamente ao público alvo do estudo acadêmico, cuja clientela estudantil do CECPAG compreende a de alunos oriundos, em sua grande maioria, de comunidades tradicionais quilombolas (Cangalha, Vargem do Sal, Lagoa do Mato, Pau Ferro de Juazeiro, entre outras), com suas particularidades, modos de viver e pensar, que constituem a diversidade. E o colégio, por sua vez, traz em seus projetos interdisciplinares esse resgate, essa valorização dos saberes e fazeres para que os alunos se tornem sujeitos mais ativos, críticos e participativos em suas localidades e na sociedade como um todo, uma vez que a escola não é neutra, mas carregada de diversos sentidos, trata-se de uma instituição dinâmica e fruto do processo de construção social.

Desse modo, acredita-se que a escola pode e deve ser um espaço de formação ampla do aluno, que dinamize seu processo de humanização, que aprimore suas habilidades que fazem cada um de nós seres únicos, com sentimentos individuais e relações cotidianas na coletividade. Além disso, apesar da diversidade e das memórias, muitos entendem isso como um fenômeno particular, segundo Halbwachs (1990), ela deve ser compreendida também como um acontecimento coletivo e social, e estudar a constituição da memória é importante, porque está intimamente ligada à construção da identidade dos sujeitos.

Diante dessa prerrogativa, nesta escrita venho abordar o quão é importante ressaltar que, se considerarmos a memória constituída por várias camadas, a que estaria em contato direto com o indivíduo seria aquela ligada aos acontecimentos por eles vividos diretamente, a essa camada, teríamos a memória experimentada pelo conjunto dos integrantes, por determinado grupo social ou por grupos identitários dentro de uma mesma sociedade. De maneira similar, Pollack (1992) traz o conhecimento histórico transmitido socialmente, de maneira formal ou não, que pode criar uma memória projetiva do passado, de um tempo ou circunstâncias, que,

apesar de não ter sido pessoalmente vivenciada, é absorvida enquanto memória pessoal, fortalecendo, assim, a identidade dos sujeitos. Nessa vertente, esta pesquisa tem como produto final um *E-book* com o título: Preservação patrimonial no Distrito de Maniaçu, partindo de ações educacionais no CECPAG, contendo a formação do distrito, junto com informações sobre patrimônios que compõem este lugar e registros fotográficos desse ambiente. Todavia, tendo em vista que vivemos em uma “era digital”, o *E-book* é uma ferramenta digital que promove o compartilhamento rápido de informações. É importante salientar, também, que caso o leitor não tenha acesso a recursos digitais, é possível imprimi-lo, e transformando em livro físico.

Esta pesquisa, junto ao *E-book*, permitirá abordar a Educação Patrimonial em uma escola do campo - área rural - com suas metodologias próprias, com a finalidade de promover uma transformação consciente na maneira de se tratar a cultura e ver os patrimônios culturais materiais e imateriais, bem como os estudos científicos, suas análises de casos, os espaços históricos com o olhar de pertencimento, que identificam, assim, suas histórias, memórias e identidades, além de proporcionar que os indivíduos se enxerguem como sujeitos históricos. Nesse segmento, o espaço escolar é profícuo para essa transformação nas atitudes dos alunos perante os bens patrimoniais locais, sua sensibilização sobre a importância do reconhecimento, da valorização e da conservação do patrimônio de nossa região, distrito de Maniaçu - Alto Sertão da Bahia. Dessa forma, o povo que não resguarda seus patrimônios culturais, sociais e históricos, é um povo que esquece e não valoriza suas raízes.

Ademais, no que concerne à sua organização, este trabalho foi estruturado em três capítulos. Sendo assim, no primeiro capítulo foram abordadas as discussões sobre memória e lugar de história, trazendo alguns autores que explanam sobre esses conceitos. Sendo discutido, também, a respeito da contribuição da educação patrimonial para a preservação das histórias, das memórias e das culturas do lugar. Ademais, essa abordagem se dá a respeito da importância dos sujeitos sociais e da busca de informações através das narrativas orais e pesquisas em documentos oficiais do município de Caetité, bem como a evolução da Vila do Junco Grande ao nome Maniaçu e suas particularidades socioeconômicas. Todavia, no que diz respeito ao segundo capítulo, ele se dá através do levantamento de informações em órgãos oficiais e de fontes de moradores e trata-se da trajetória da educação, cuja fundação das unidades escolares (Rede municipal e estadual) auxiliaram no desenvolvimento cultural e econômico do distrito, sobre a perspectiva da construção do Projeto Político Pedagógico. Para além disso, no terceiro capítulo elucida-se as histórias, as memórias, as comemorações e as tradições festivas envolvendo a comunidade local e adjacências, buscando as informações oficiais nos registros

do Livro Tombo, bem como batizados e casamentos da Diocese de Caetité, os quais fazem um recorte temporal entre 1919 a 1960.

Por fim, nas considerações finais apresenta-se os resultados alcançados nas entrevistas dos moradores e nas práticas pedagógicas da educação patrimonial, aplicadas aos alunos do ensino médio (2º e 3º anoº) do CECPAG, bem como as suas perspectivas acerca da construção dos conhecimentos sobre resguardar e preservar a sua história local, levando-os a conhecer o *E-book* digital e aprofundando os estudos através das fotografias e informações contidas nele.

CAPÍTULO 1- DA VILA DO JUNCO GRANDE À MANIAÇU

“Pessoas não são papeis” (Janaina Amado, 1997)

1.1 O território como o lugar do vivido

Iniciamos nossos estudos com leituras acerca da temática, sobre o quão é relevante a preservação da memória, dos patrimônios culturais e históricos. Para além disso, é necessário destacar que essa relevância não existe somente em grandes centros urbanos ou grandes monumentos, ou, ainda, de materiais tangíveis, e sim, partindo de estudos e vivências no cotidiano de sujeitos históricos que habitam em cidades do interior baiano, os quais têm contato direto com áreas rurais com uma diversidade cultural. Trata-se, neste caso, do cotidiano dos alunos de escola do Campo e dos moradores do distrito e suas adjacências, que buscam preservar seus bens materiais e imateriais através das memórias e do seu compartilhamento com outros sujeitos. Sendo assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a história e a composição patrimonial do Distrito de Maniaçu, como meio de desenvolver a visibilidade e o fortalecimento das culturas e tradições desse local e tendo como agentes os estudantes e demais membros escolares do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), além de alguns moradores do distrito.

Nesse sentido, a vigente pesquisa, baseada em fontes oficiais, em recortes de jornais, em conversas informais e em entrevistas com pessoas da comunidade, nos traz à tona o entendimento de que a História não é linear, não tem uma cronologia de fatos sequenciais, assim, não encontramos a história organizada em tempo e espaço. Dessa maneira, ela é formada por fragmentos, recortes temporais e partes soltas, pois depende da memória se ajustar em cada fato, em cada momento singular social e cultural. Logo, parece uma colcha de retalhos histórica, cujo historiador vai estudando, pesquisando, entendendo e costurando as datas, os acontecimentos e as sequências para se ter uma história coletiva das memórias individuais. E, contudo, imersa na História está a memória.

Paralelamente, ao buscar as informações nos questionários online, aplicados aos alunos, professores do CECPAG e outros que fazem parte da docência no Distrito de Maniaçu, verificamos respostas relacionadas a preservação da memória, tais como:

[...] esses relatos nos ajudam a entender melhor nosso passado e de certa forma nos ajudam compreender o nosso presente por isso, é de suma importância a

preservação dos patrimônios sejam eles materiais ou imateriais principalmente, no tocante às mudanças que ao contar uma história percebemos o quanto se sabia a respeito de determinado grupo (Marili Xavier, prof. da educação básica, 2022).

Tal fragmento da professora nos remete ao pensamento de preservação da memória, dos patrimônios, da história e sua relevância para o grupo e os sujeitos. Somado a isso, segundo Halbwachs (2004), em sua teoria psicossocial, ele mostrou que a memória é socialmente construída e, portanto, um fenômeno social e coletivo, passível de constantes transformações e variações.

Dessa forma, a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo e próprio da pessoa. No entanto, Halbwachs, nos anos 20 e 30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido as flutuações, as transformações e as mudanças constantes.

Nesse sentido, como salienta Thomaz (2010) sobre lugar de memória:

[...] ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares, edificações e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p. 2).

Diante dessa vertente e dando continuidade as explicações, passaremos para outro conceito, como aponta Silveira (2007) a etnografia é um sistema de pesquisa desenvolvido pela Antropologia para estudar a sociedade na perspectiva da cultura. Seguindo essa abordagem sobre os conceitos que norteiam essa pesquisa, vimos o quanto é importante a cultura e a sua preservação, para que outros possam também usufruir desses conhecimentos registrados, antes que o tempo não apague as memórias coletivas e individuais, pois tudo que é registrado fica para a posteridade. Somado a isso, traz-se a discussão para a História Oral de Alberti (2005):

[...] a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram dela, testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2005,

p. 155).

Nessa linha de abordagem, Kersten (2000) afirma que a Antropologia auxilia na percepção do outro e a história permite várias e diferentes leituras de fatos e documentos. Diante disso, como explica a socióloga, o patrimônio, dentro dos processos sociais, pode ser definido “como dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno”.

Sendo assim, uma vez utilizando de narrativas orais, percebe-se uma gama de possibilidades de pesquisas e estudos sobre acontecimentos históricos acerca do Distrito, de sua cultura material e imaterial e de sua evolução política, pois as informações, mesmo não estando numa linearidade, nos dão a noção dessa formação, das famílias que foram residindo no lugar e do desenvolvimento da comunidade, através dos laços que se formaram entre os primeiros moradores vindos de outras comunidades ou municípios como Rio de Contas na Chapada Diamantina, Candiba, Palmas de Monte Alto, entre outros.

Semelhantemente, como cita Portelli (2014), o que vemos na História Oral é mais a memória do que cada ser humano tem individualmente. Assim, essa memória é um produto social, porque todos nós falamos um idioma que é um produto social. Dessa forma, nossa experiência é de caráter social, mas não se pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob o marco de memória coletiva.

Ademais, em várias áreas do conhecimento científico encontramos as discussões sobre território, desde a antropologia, a sociologia, a história e a ciência política até chegar diretamente na geografia, momento em que podemos estudar conceitos fundamentais, sendo que cada área do conhecimento foi tomando para si uma abordagem de acordo as suas perspectivas. Logo, percebe-se que a compreensão sobre território pode variar de abordagem cultural, social, econômica e jurídica, bem como, também, da afetiva.

Nessa seara, para Raffestin (1993) o conceito de território se dá como uma fração do espaço geográfico que sofre domínio dos aspectos políticos, econômicos, ecológicos, culturais e sociais, juridicamente institucionalizado pelo Estado Nacional. Nesse sentido, o conceito de territorialidade é a forma como estes aspectos moldaram a organização desse território, como as demarcações territoriais, como propriedade privada da terra tanto a nível individual, coletiva e que existe uma relação sociocultural. Assim, partimos para um entendimento da formação de nosso território Caetité e, em seguida, o Distrito de Maniaçu.

1.2 As narrativas que nos contam a história

A princípio, convém destacar que a formação do Município Sede - Caetité se deu inicialmente pelo território denominado Freguesia de Santana. Sendo assim, em consulta aos livros e revistas escritos, apresenta-se informações relevantes sobre a nossa região. De mesmo modo, consultando o Livro Caetité Pequena e Ilustre, de Helena Lima Santos (1997), nele traz algumas informações relevantes e consultas a jornais da época em circulação no município, como a PENNA:

[...] em 1754, por Alvará Régio e Provisão do Arcebispo do Brasil Dom Jose Botelho de Matos, foi o arraial de Santana elevado a Freguesia de Santana destacada da de Minas de Rio de Contas, passando a Capela a servir de Matriz, depois de uma reforma. Desde então a freguesia que era enorme e ia até o norte de Minas Gerais, foi sendo aos poucos desmembrada, criando novos núcleos de população e de religiosidade (SANTOS, H. 1997, p. 24).

Semelhantemente, segundo Silva (2021, p. 29) “a constituição da Vila de Caetité foi estratégico para ocupar e dinamizar um importante espaço dos sertões da Bahia, promovendo o enraizamento do aparelho do Estado por meio da vila constituída”. E, logo após essa formação, ocorreu a nomeação de cargos administrativos importantes para o desenvolvimento da política e economia local.

Nessa perspectiva, outra definição sobre o território do Alto Sertão da Bahia consiste nos preceitos de Santos (2014):

[...] propriedades de dimensões distintas, que se formaram com o regime secular de distribuição de terras da região, não se limitaram a comercializar o excedente da lavoura, mas produziram para a exportação e para o abastecimento de mercados internos. A sua localização geograficamente periférica, quando comparada aos centros de exportação do país, não impediu que a sua economia mantivesse prósperas atividades ligadas ao mercado mundial. As lavouras para exportação, incluindo a pecuária, e a agricultura de alimentos desenvolveram-se em propriedades de dimensões distintas e mantiveram entre si uma relação dinâmica e estreita. Isso também nos leva a considerar o estreitamento das relações entre os segmentos sociais de diversos setores e atividades econômicas. (SANTOS, P. 2014, p. 24-25).

Para além disso, os estudos sobre a definição do território do Alto Sertão, vêm sendo discutidos nas pesquisas e produções acadêmicas, as quais vimos as demarcações em Neves (2003), Silva (2021) e Santos (2014), onde esse território, mesmo distante dos centros urbanos em desenvolvimento, se destacava na agro exportação e nos grandes latifúndios, sendo esse período histórico na época do Brasil colônia portuguesa, recebendo e aplicando leis régias de

Portugal.

FOTO 1 - vista aérea da cidade de Caetité – 1957



Fonte: Site IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/caetite/historico>, Acesso em 15/9/2022.

Nesta foto se vê uma cidade ainda em desenvolvimento urbano, com muita área verde, tanto ao redor quanto no centro comercial, composta por alguns prédios públicos, como o Instituto de Educação Anísio Teixeira ao fundo. À guisa de ilustração, em primeiro plano está a Igreja Matriz Senhora Santana. Dando segmento a isso, no que compõe o livro *Caetité, Pequeninina e Ilustre*, Santos (1997) traz informações sobre a organização do Arraial⁹ em 1801, com mais de 100 casas de telhas e cerca de 1.018 habitantes dirigiram-se a estes ao Vice-Rei Dom Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, pedindo elevação da freguesia a categoria de Vila, cujas despesas correriam por sua conta própria. Assim, a Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité foi criada em 1803, mas só foi verificada sua instalação no dia 5 de abril de 1810 (p. 29).

Ademais, a vila foi elevada a cidade pela Lei 995, de 19 de outubro de 1867. Nesse sentido, a palavra CAA- mata, ITA- pedra, ETÉ- grande (pedra redonda) é de origem indígena

⁹ Caetité foi um dos primeiros povoados do Alto Sertão da Bahia. A hipótese mais aceita e mais divulgada acerca de sua origem é a de que este lugar se constituiu num dos primeiros núcleos de povoamento da região. Eram postos de catequese já no século XVII e as terras desta região pertenciam ao Senhor da Casa da Torre, cujo fundador foi o mestre de campo Antônio Guedes de Brito e era destinada à criação de gado. Devido a fatores climáticos, como a quantidade abundante de água e outros aspectos, o núcleo acabou ganhando importância com a chegada e permanência de inúmeras famílias.

da língua Tupi, que provavelmente foi um lugar habitado originalmente por linhagem Jê como os: Tupinaens, Pataxós, Maracás ou Paiaiaís e os Aracapás. Logo, a grafia primitiva era CAITATÉ, que só foi alterada depois da criação da vila, quando passou a ser usado o termo CAITETÉ. Somente no século XX é que a grafia oficial é CAETITÉ (p. 31).

Diante disso, observa-se que a grafia do nome do Município foi alterada algumas vezes, desde a sua formação de Arraial até a elevação da vila e a categoria de Município. Afinal, segundo as pesquisas em livros de autores contemporâneos, como Helena Lima Santos, vêm de origem indígena e foram se adequando até chegar na grafia atual CAETITÉ, de fácil pronúncia e escrita. Além disso, segundo os dados do último censo demográfico de 2022, no site do IBGE a população de Caetité¹⁰ - Ba está estimada em 52.012, somando área urbana e rural. Nesse viés, percebe-se um aumento muito significativo em relação à época do arraial, com 1.018 habitantes, no ano de 1801.

Dessa forma, Silva (1932) mencionou em seu livro que havia a fabricação de farinha de mandioca, os alambiques produziam aguardente, existia a fabricação de requeijão, queijo e manteiga de garrafa, que eram comercializados nas feiras semanais, juntamente com feijão, milho, carne-de-sol, toucinhos, farinha de milho, café, balaios, esteiras, chapéus, legumes e frutas diversas (Silva, 1932, p. 172 *apud* Aguiar, 2011, p. 39). Já nas leituras no Livro de 100 Anos da Diocese de Caetité, a população da Freguesia Santana de Caetité, entre os anos de 1827 a 1831, era composta por africanos e brasileiros. Além de escravos, a presença indígena naquela região tem sido revelada por pesquisas arqueológicas promissoras. (2013, p. 39).

Todavia, nas leituras de O Sampauleiro (2018, p. 65) traz a seguinte narrativa: a vila era como um quartel general de ricos mercadores mineiros que faziam o tráfico de escravos, de joalheiros franceses, de perseguidos políticos de outros lugares, os quais ali encontravam tranquilidade e segurança, as festas, bailes e representações teatrais e diversões outras, que se

¹⁰ A partir de então, se estabeleceu como ponto importante de pouso e descanso aos viajantes e tropeiros que passavam pela região. Naquela época, faziam parte do núcleo, fazendas de gado, os engenhos, a aristocracia e a riqueza, bem como a cultura e o civismo que o distinguia dos outros povoados da região. A religiosidade era outro diferencial relevante. Na primeira metade do século XVIII, famílias do Arraiá construíram uma capela em devoção à Senhora Sant'Ana, além de doar terras para a nova freguesia que se desmembraria da matriz de Nossa Senhora de Rio de Contas, em 1754. No início do século XVIII, depois de enfrentar forte oposição de Rio de Contas, a freguesia de Caetité já se organizava para comprar da Coroa o título de Vila. O Arraial foi elevado à categoria de Vila em cinco de abril de 1810. Pela importância e significado desse fato histórico, a Câmara de Vereadores de Caetité, fixou o dia cinco de abril como data da emancipação política de Caetité. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 11.089, de 30-1938 distrito de Junco Grande a chamar-se Maniassu. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/caetite/historico>. Acesso em 28 de julho de 2023.

realizavam na maior ordem e harmonia, atraíam à vila muitos visitantes, mesmo da capital.

Diante dessas percepções, neste capítulo trataremos das pesquisas e estudos sobre a formação da vila de Junco Grande, onde não foi encontrado documentação escrita existente no Arquivo Público Municipal de Caetité e também não encontramos nenhum documento público que trate disso como Ata da Câmara de Vereadores ou outro em alguns anos. No entanto, as narrativas orais apontam para esse momento da década de 1920, conforme nos narra os moradores entrevistados, como Ordélia Oliveira de Araújo (2022) cita:

Meus avós maternos contam ou contaram quando eles já chegaram, Davi de Oliveira Lisboa e Edésia da Silva Lisboa. Por que eles não eram aqui de Caetité era de outro município, né. Minha avó era de Jussiape. Quando eles chegaram aqui já tinha uma pequena formação. A formação de Maniaçu era aqui na praça da igreja e não se chamava Maniaçu, se chamava Junco Grande e a origem de Junco Grande era devido ao contato de muita gente com a lagoa, disse que lá tinha muito junco aí eles deram o nome da pequena comunidade que naquele tempo nem falava nem comunidade, né. É povoado, deram nome de Junco Grande. Passando daí eu não sei que ano passou a se chamar Maniaçu.¹¹ (Ordélia Araújo, moradora, 2022).

Com base nesse fragmento, podemos observar que a questão de uma planta – capim, existente nas lagoas no entorno do distrito, que depois de seco, muitas pessoas no passado faziam o enchimento de travesseiros e colchões para utilizar nas casas. Ademais, a entrevistada segue narrando:

Contasse também que na história que a feira era realizada aqui na praça que não existia, que não tinha feira lá em cima. E a feira era realidade embaixo de um pé de cajazeira com pouquíssimas barracas, isso foi também outro meu avô que contou. Porque ele participava da feira, meu avô paterno João Pereira de Araújo morador de Lagoa de Fora mais que também tinham casas. E casas de comércio aqui no junco porque tudo que faziam eles traziam para vender aqui no junco, que era junco grande naquela época.¹² (Ordélia Araújo, moradora, entrevista concedida a autora em 2022).

Nesse segmento, as pessoas entrevistadas rememoraram em suas narrativas, como a citada acima, que nas proximidades da construção da igreja São Pedro existia um barracão onde se realizava a feira e barracas ao redor, em que muitos ainda conheceram o alicerce do que

¹¹ Ordélia Oliveira de Araújo, gari e moradora 51 anos. Entrevista concedida a autora em 12 de agosto de 2022.

¹² Ordélia Oliveira de Araújo, gari e moradora 51 anos. Entrevista concedida a autora em 12 de agosto de 2022.

sobrou, mas hoje, após a urbanização do distrito e a pavimentação das ruas e da praça, não resta mais vestígios do barracão de adobe.

Foto 2 - Atual Igreja de São Pedro



Fotografia do acervo da professora Rita Malheiros, 2018

Foto 3 - Antigo lugar da feira inicial da vila, onde foi construído um barracão - hoje praça da Igreja de São Pedro construída pela prefeitura em 2020



Foto do acervo da professora Rita Malheiros, 2020

Nestes espaços acima, nas fotos 2 e 3, foi indicado por vários moradores em suas narrativas como sendo o início da parte econômica e social da vila, a feira realizada em um barracão de taipa/ adobe, onde não se encontram mais nem o alicerce, mas que foi um importante centro comercial como venda de derivados da mandioca, de carnes, dos produtos regionais, dos diversos animais e dos derivados da cana de açúcar, como a rapadura, melaço de cana, doces, entre outros.

No entanto, no que concerne as fotos 2 a 5 foram analisadas e identificadas um crescimento econômico no lugar, na vila que cresceu e se tornou um dos distritos mais desenvolvidos do Município de Caetité, aliando a economia agrícola ao comércio local e a cultura. Assim, vendo as fotos acima, percebemos a evolução do lugar, mediante as construções e calçamentos das ruas do distrito, de um barracão que não existe mais nas proximidades da Igreja de São Pedro, às construções na praça do mercado, na década de 1970, feito de adobe e depois demolido pela Prefeitura na década de 1990, e, ainda, passando por reformas para uma melhor acomodação dos feirantes e munícipes.

Foto 4 - Mercado antigo feito em adobe – década de 1970 - onde hoje é a feira livre aos domingos.



Foto: doada pela moradora Dilma Frota ao acervo da autora em 2018.

Foto 5 - Mercado atual (2021)



Foto do acervo da professora Rita Malheiros, 2021

Dessa forma, pela fotografia 4 percebe-se o antigo mercado municipal feito em adobe e demolido na década de 1990, ele era mal distribuído nos espaços internos, em que se misturavam as bancas de carnes bovinas e suínas com as barracas de venda de comidas. Já na foto 5 o mercado atual acomoda em sua parte interna os hortifrutis, as barracas de comida, de salgados e, na lateral, os bares dos comerciantes cadastrados desde muitos anos pela prefeitura, dinamizando a feira livre aos domingos e dias semanais, cujo comércio está ativo e atendendo as comunidades circunvizinhas.

Para além desses relatos, ao optar pelo uso das narrativas orais, percebe-se que não foram encontradas informações oficiais nos órgãos municipais e estaduais sobre a formação da vila, em qual período histórico, como, onde e quando foi formada e por quem foi construída. Diante disso, foram realizadas buscas em jornais da época (O Dever, A Penna) em circulação no município de Caetité e optamos por um recorte temporal em meados de 1919 até 1960, para dar início as buscas no Arquivo Público Municipal de Caetité e nos livros Tombo, de batizados e casamentos da Diocese de Senhora Santana. Logo, imerso a essa documentação, foram encontrados registros de casamentos realizados na comunidade de Junco Grande em 1926. Com isso, a partir desse momento, percebe-se que já havia uma organização social, cultural e histórica das pessoas que já moravam na vila e em comunidades vizinhas.

Não obstante, continuando com as entrevistas, conversamos com Dona Dinalva Ledo Frota (69 anos, 2022), moradora e professora aposentada que relatou:

Junco você sabe? capim do velame do velamar. Porque a primeira família segundo meu pai falar, né. Teodorico Alves Frota, e minha mãe Armezinda Vieira Ledo. Minha mãe era do Juazeiro e meu pai era de comunidade aqui perto, manancial, mas ele veio pra cá ainda novinho. É casaram aqui. Então ele contava assim que veio esse senhor seu Pedro Atanásio morar aqui que ele era muito religioso. Fez tudo para chamar o padre para celebrar aqui fez uma cabana de palha a primeira missa foi celebrada assim. Aí vai vou começar uma feirinha aí fez no pé de cajazeira de baixo, lembra dele ali? (mostra para fora de casa, em direção à rua). Segundo meu pai. Não era da minha época não. Começou essa feirinha aí.¹³ (Dinalva Frota, moradora e professora aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

Nesse viés, a cada entrevista as narrativas vão trazendo detalhes que não se encontram nos livros ou documentos oficiais sobre o dia a dia. Afinal, essas informações eram transmitidas a eles quando ouviam dos mais velhos da comunidade. Nesse segmento

Depois da missa veio vamos construir uma capela. Aí construiu a capela. Dizem que tem uma senhora aqui que carregava água no pote na cabeça da lagoa para fazer o barro para igreja onde ela casou. Conheço dona Carlota conhecida essa história; pois é. Meu pai que contou. Aí fez só aquela parte de cá pequena ali do meio.”¹⁴ (Dinalva Frota, moradora e professora aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

A partir disso, a cada narrativa contada pelos moradores, pode-se perceber muitos traços de singularidade no início da formação do distrito, cujas informações vão de encontro com os documentos oficiais da igreja católica Senhora Santana, no que se refere aos casamentos em 1926 e batizados, os quais trataremos desse momento no capítulo 3; mas as dificuldades por não encontrar registros oficiais me deixou angustiada. Contudo, nos relatos pude perceber o entrelaçar das informações que iam me dando e o juntar das partes se formando à história narrada, pois, no que se refere ao espaço sagrado, o trabalho coletivo se organizou com muitas contribuições.

Além do mais, outra moradora complementa as informações da formação do distrito e das primeiras famílias a residirem na vila, sendo ela Dona Lúcia Lisboa (73 anos, 2022), que diz

[...] nas narrativas em 1926 já existia Maniaçu e essa igreja já estava

¹³ Dinalva Ledo Frota, professora aposentada, moradora do distrito, 69 anos. Entrevista concedida a autora em 28 de julho de 2022.

¹⁴ Dinalva Ledo Frota, professora aposentada, moradora do distrito, 69 anos. Entrevista concedida a autora em 28 de julho de 2022.

levantada a primeira parte pelo menos de São Pedro pelo menos a estrutura que os revoltosos, porque você sabe a história dos revoltosos, não sabe, o povo largava e esconder no mato para esconder dentro da igreja um lugar tão fácil para os revoltosos. Tu que acha o povo de primeira. Isso aí eu falo porque Maniaçu está aí foi em 30, não foi em 30 não foi e 26 a 28 porque em 26 já tinha estrutura tudo eu não sei se estava levantada toda ou só a parede. Quem me contou essa história foi o próprio Manoel Marçal da Costa e o pai de Idálcio Otaviano Abel da Silva. Meu pai mudou de lá da terra dele e contar que pertence aqui também mudou da terra dele em 35 chegou aqui em 25 de julho de 1935 ela já tinha o mercado era aqui oh, na praça eu ainda conheci o alicerce que ele fazia e cavavam e botava terra assim. Não tinha mais parede só o alicerce a terra é dura tanto que essa terra aí é mais dura que tudo essa terrinha aí ó.¹⁵ (Lúcia Lisboa, moradora, entrevista concedida a autora em 2022).

Contudo, cada nome de pessoas que foram citadas nas entrevistas, nem todas foram encontradas em registros oficiais e que, de alguma forma, fui encontrando as indicações em documentos de doação de terras à igreja católica, em testamentos registrados no cartório em Caetité. Isto é bem interessante, pois traz suas naturalidades de outras regiões e que em Maniaçu firmaram vínculos familiares. No entanto, continuando com a fala de Dona Lúcia Lisboa (73 anos, 2022)

Ali agora a gente perguntava para meu pai que ele já sabia porque o povo contava pra ele aí na rua e perguntava meu pai e perguntava o finado Marçal ali era feira primeira a feira tinha um pé de cajazeira era de baixo do pé de cajazeira depois fizeram esse mercadinho chamava até barracão de tão pequeno que é. Já tinha igreja do lado. Então o que eu acho que tenho visto falar a gameleira era do pai de Trásbulo e o mocozinho pertencia aos Frotas aí. Mas o primeiro morador foi Pedro Atanásio que não tinha filho adotou esse Manoel Marçal da Costa aí.¹⁶(Lúcia Lisboa, moradora, entrevista concedida a autora em 2022).

Segundo as pesquisas realizadas nos documentos da igreja católica, aos quais foram encontrados na Diocese de Caetité, Pedro Athanásio Garcia era natural de Rio de Contas. Somado a isso, consta em sua certidão de casamento o matrimônio com Joana Sebastiana, natural de Monte Alto. Já em 1929, ele doou 10 metros de terra na vila do Junco Grande para

¹⁵ Lúcia Lisboa dos Santos, moradora, professora leiga, dona de casa com 73 anos. Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022.

¹⁶ Lúcia Lisboa dos Santos, moradora, professora leiga, dona de casa com 73 anos. Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022.

ampliar a igreja matriz, na época o vigário era Luís Pinto Bastos e como ele não teve filhos, adotou como herdeiro seu sobrinho Manoel Marçal, vindo a falecer em 1936 e está sepultado no cemitério de Caetité, sendo a causa da morte problema de coração, dados esses extraídos da certidão de óbito no APMC¹⁷, em 2022.

No tocante a outra situação, analisando os documentos de Leis e Decretos da Câmara de Vereadores, salvaguardadas no Arquivo Público, percebe-se que ocorreu a nomeação e a exoneração de pessoas para ocupar cargos públicos em 1941, como exemplo o senhor Rochael Batista de Souza, exonerado do cargo de arrecadador das rendas municipais no distrito de Maniassu, pelo prefeito interino Godofredo Chaves de 1941 a 1942. Para além disso, constatou-se, também, a criação de escolas municipais da educação básica em 1948, em comunidades como na Fazenda Papagaio com distância de 5km e pertencentes ao território limite do Distrito de Maniassú. Ademais, a cada encontro de informações vai se compondo uma pequena sequência cronológica da Formação da “Vila de Junco Grande” que, ao mesmo tempo, em outros documentos se refere como “Maniassú”, onde não foi encontrado o porquê de coexistir dois nomes, ao mesmo tempo, para o mesmo lugar.

Todavia, nos registros da Diocese de Caetité, em livros de nascimentos, de casamentos e de óbitos no cartório civil foram encontradas anotações em datas sequenciais, seguindo uma cronologia em relação a ortografia dos nomes do lugar como: Vila do Junco Grande e/ou Arraial do Junco Grande, aproximadamente em (1925 a 1940), Maniassu (1940 à 1962) e Maniaçu (1970 aos dias atuais). A partir disso, é interessante observar essa evolução ortográfica, pois o primeiro nome é originário de uma planta/ capim nas áreas das lagoas que cortam o distrito, seguindo para a nomenclatura mais recente vimos a mudança para Maniassu/ Maniaçu (de origem indígena dos Caetés, que significa Mani- mandioca e ASU- grande).

Semelhantemente, foi notado, em vários momentos das conversas informais com os moradores entrevistados, uma angústia em não se ter registrado, desde antes, a história do Distrito, das famílias, dos fatos sociais e culturais, do guardar informações que, no futuro, estariam de alguma forma preservando a memória e identidade da comunidade local, o que ratifica a necessidade em realizar a vigente pesquisa. Diante disso, cada fala se torna singular e devemos entender as angústias em registrar e escrever para dar a devida visibilidade aos fatos

¹⁷ APMC- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ/ sede em Caetité- BA, livro de óbito década de 1930/ C16 DE 1933 A 1936, Termo 570, folha 85.

e acontecimentos, e fazer os questionamentos acerca das informações. Dessa forma, nas próximas seções deste trabalho serão abordadas as características territoriais, econômicas, sociais e políticas do distrito de Maniaçu.

1.3 O espaço demarcado e suas mudanças territoriais

Neste presente trabalho, tem-se o conceito de território para além das suas características físicas e geográficas, assim, Milton Santos (1978, p. 122) define Territorialidade como “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; ou seja, ela é imutável em seus limites e apresenta mudanças ao longo da história, afinal, o território antecede o espaço. Dessa maneira, é importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante ao entendimento na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de focar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais.

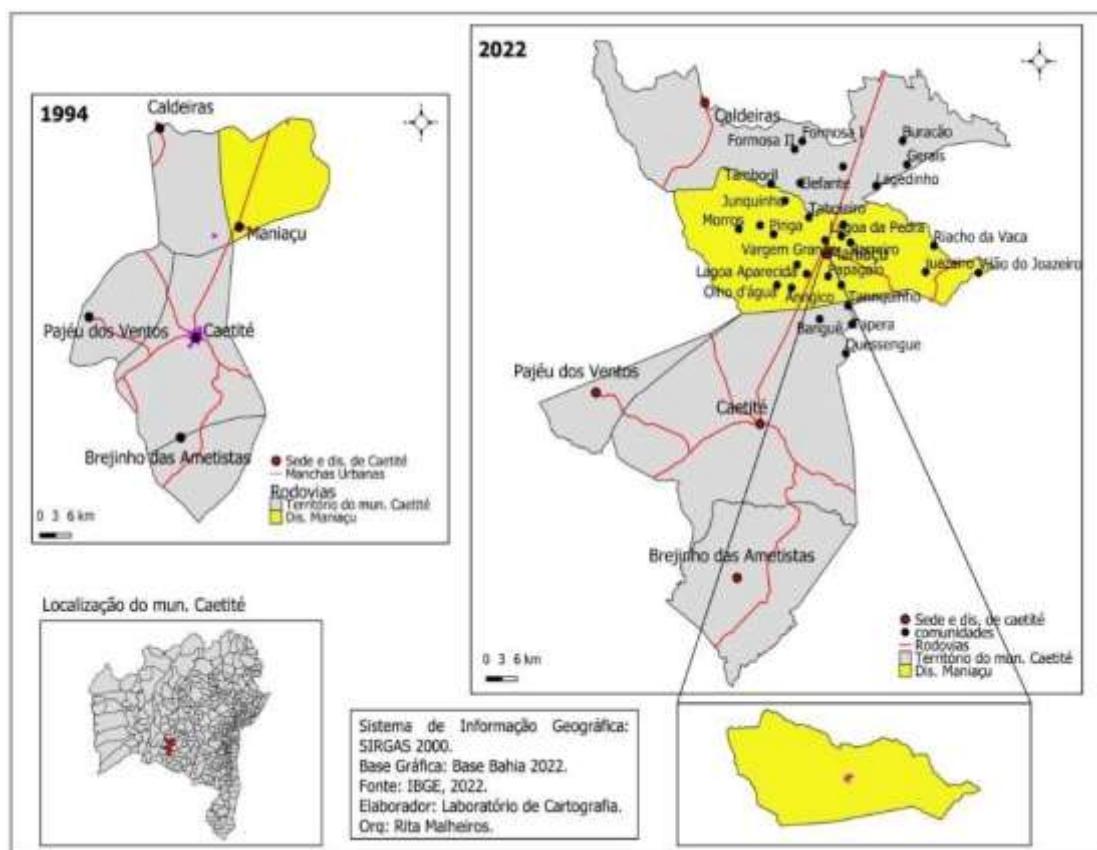
No entanto, para abranger este conceito, é importante, também, conhecer tais características do território analisado, sendo, na vigente pesquisa, a vila de Junco Grande, que, posteriormente, se tornou o distrito de Maniaçu. Ademais, foi encontrado no APMC (2022), na Caixa Decretos e Leis Municipais – 1939 - 1977 (p. 165), um documento com a demarcação limite da área territorial da vila de Junco Grande, datado de 30 de outubro de 1938 e assinado pelo engenheiro Max Gernaert. Logo, no documento evidencia-se que:

“ [...] partindo da foz do riacho tamboril no rio Santo Onofre, riacho acima até a altura da serra do Cubículo até a nascente, daí uma reta Oeste para Leste, seguindo o divisório da serra do Cubículo, até a nascente do Braço Oeste do rio do Roque, fazendo divisa com o distrito de Caldeiras, no Norte descendo Rio do Roque abaixo até o encontro do braço Oeste do mesmo Rio, daí uma linha reta até Joazeiro e, seguindo a estrada de Joazeiro à Cachoeirinha, até a Cachoeirinha fazendo limites com o distrito de Lagoa Real, ao Sul. De Cachoeirinha, uma reta até Umbuzeiro, limitando-se com o distrito de Caetité. De Umbuzeiro uma reta até a foz do Riacho Tamboril no rio Santo Onofre, ponto de partida limitando-se com o distrito de Bonito”.

Esse fragmento acima traz a demarcação limite da área territorial da vila de Junco Grande, em 30 de outubro de 1938, documento esse assinado pelo engenheiro Max Gernaert, em que não foi encontrado mais informações a respeito desse engenheiro.

Além disso, analisando as divisas, percebe-se que na atualidade os limites aumentaram em relação a década de 1930. À guisa de ilustração, consultando o Livro: Caetité, Pequeninna e Ilustre, verificamos um mapa de 1994, com a divisa do município de Caetité e seus distritos; e analisando outros mapas da década de 1970/1990, com a ajuda do prof.º da área de Humanas (Laboratório de Cartografia), Junívio, geógrafo da Uneb – Campus VI, o qual fez uma nova análise cartográfica para ter um mapa mais completo na atualidade, dessa maneira, pudemos ter esse esboço a seguir.

Figura 1 – Mapa de Caetité, com destaque ao Distrito de Maniaçu, elaborado em outubro de 2022



Fonte: Rita Malheiros, 2022 (elaborado: Laboratório de Cartografia – UNEB- CAMPUS VI)

Esses mapas já apresentam mais definitivamente as fronteiras de Caetité, de alguns dos distritos e da sede do município, já em evidência a latitude e longitude, onde Maniaçu teve seu

espaço modificado ao longo desses quase 20 anos, se tornando um dos maiores em território. Para além disso, no que tange a sua estrutura socioeconômica, que se encontra o distrito hoje, vimos pela foto 6, que houve uma evolução, como as ruas pavimentadas, a construção de novas casas e pontos comerciais, a construção de escolas da educação básica, dentre outras.

FOTO 6 - Vista parcial da rua Paramirim - Distrito de Maniaçu



Fonte, acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2018

Diante desta foto acima, se vê ruas largas, pavimentadas, com casas construídas recentemente, mudando o cenário de vila antiga de ruas de terra batida para um distrito mais organizado e com obras municipais executadas, seja com quadra poliesportiva, seja com unidades escolares que serão citadas no capítulo seguinte.

Nesse viés, compete destacar que segundo Santos (1997),

Maniaçu foi criado em 1934, fica a noroeste da sede de Caetité, seus terrenos são formados de caatinga e amplos taboleiros, os riachos são temporários e as lagoas geralmente rasas, é o distrito mais seco. Porém os terrenos ficam nas encostas das serras dos Joazeiro e do Mucambo, são excelentes para lavoura é grande produtor de farinha, e o seu nome era Junco Grande foi mudado para o atual por causa da cultura da mandioca. É também um distrito criador de bovinos e caprinos. (SANTOS, H. 1997, p. 313).

Nesse segmento, dando continuidade as leituras do livro, percebe-se uma organização educacional, social e administrativa no distrito, indicadas pela autora Helena Lima Santos (1997):

[...] o distrito terá uma grande atenção por conta das jazidas de urânio que lá foram encontradas, mas que ainda não foram exploradas por questões da crise econômica que o país enfrenta e por questões ambientalistas de preservação ambiental. A vila possui um Mercado Público amplo construído recentemente pela Prefeitura e as feiras semanais acontece aos domingos com gêneros dos mais variados como ovos, frangos, requeijão, farinha etc. em melhores condições. Possui cartório de Registro Civil, Sub-delegacia de polícia, capela de São Pedro e 443 moradias; 3889 eleitores, 6 seções eleitorais na sede com 1.926 eleitores. E distrito tem 315km² e 4.246 h dos quais 387 na sede, apresentando uma população relativa de 13h. por km². Tem 47 escolas e 49 professores, distantes da sede do municipal 36 km e tem 443 moradias. (SANTOS, H. 1997, p. 313).

Sendo assim, é possível analisar que no período que foi criado o distrito, em 1934, era o momento do Estado Novo no Brasil, momento em que Getúlio Vargas organizou novas leis, instituiu o voto feminino e industrializou o país, logo, foi um momento histórico que perdurou de 1930 a 1945. Todavia, as informações trazidas acima na lâmina são da década de 1990, e que na atualidade isso está bem mais amplo, como no desenvolvimento da sede do distrito, com a construção das unidades escolares da educação básica, a Unidade do PSF (Programa Saúde da Família), agência bancária da Caixa Econômica, restaurantes, farmácias, minimercados, lojas de móveis, laboratório de análises clínicas, escritório de advocacia, quadra poliesportiva municipal, templos evangélicos, igreja católica, padarias e a feira continua sendo realizada aos domingos.

De mesmo modo, buscando mais informações nos documentos do Arquivo Público Municipal de Caetité, verificamos as publicações em jornais de circulação da época. À guisa de ilustração, no trecho do Jornal A PENNA, de fevereiro de 1940 “a população dessa villa clama ao Director dos Correios e Telégraphos deste Estado por uma agencia postal, e indicam que em outros districtos já os possuem”. (Período do Estado Novo no Brasil). Diante desse exemplo, em documentos de circulação regional como o Jornal A PENNA, verifica-se a solicitação da população de uma Agência de Correios para a Villa de Maniassu, algo imprescindível para se manter a comunicação ativa entre os moradores e seus familiares que, possivelmente, estavam em outras regiões do país. Paralelamente, como citado no livro O Sampauleiro de João Gumes, 2.ed. de 2018, p. 17, em que o “sampauleiro” não se retira definitivamente. Sendo assim, nessa

obra há uma descrição de que o sertanejo destas paragens da Bahia, que vai a São Paulo, é atraído pela riqueza e esplendor daquele florescente estado, muitas das vezes, deixando a fazenda, a mulher e filhos.

Para além disso, nas pesquisas feitas nos arquivos digitalizados do APMC, foram encontrados mais indicativos sobre Maniassu, no que diz respeito a vida cotidiana e as ocasiões inusitadas, como o caso do dia 11 de junho, em que foi publicado um crime em 1942. Esse acontecimento fora registrado no Jornal a Penna sobre o assassinato em Maniassu de Manoel Alves pelo senhor Virgilino Santos, em que a população ficou perplexa por esse crime, alegando que o Virgilino “perdeu a cabeça”. Tal fator, mencionado no Jornal A PENNA, para a época, era comum esse tipo de notícia nos jornais, outros exemplos foram: o caso de polícia expondo nomes da vítima/ do acusado e o motivo da querela, intrigas entre moradores e retratação de injúrias. Contudo, uma vez que essas documentações foram analisadas no APMC e não foram encontrados os autos do crime acima citado em 1942.

Ademais, foram obtidas mais informações sobre o desenvolvimento do Distrito de Maniaçu através de entrevista feita com o senhor Maurício Gumes:

Fiz política em Maniaçu nos anos 60, 61 ou 62 eu não me lembro exatamente quando foi a eleição, mas eu fiz política lá com meus parentes que eram donos da construtora Fernandes em favor do doutor Paulo Fernandes que era sobrinho de Miguel Fernandes que era o dono da empresa. Dono maior da empresa porque era uma sociedade, mas ele era o chefe e conseguimos uma votação boa com o político de Maniaçu, Trasíbulo Frota que posteriormente passou a ser meu tio emprestado em virtude de eu ter casado com sua sobrinha e filha de Américo que me contou uma série de histórias lá de Maniaçu da sua fundação, seu início das coisas que lá aconteciam.¹⁸ (Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Neste trecho percebe-se a relação de desenvolvimento de Maniaçu e as disputas políticas locais no distrito, por grupos contrários do Sr. Ovídio Teixeira, tio de Trasíbulo Antunes Teixeira, ao qual era morador, comerciante e político da região do distrito. Assim, retomando a

¹⁸ Maurício Bonard dos Santos Gumes, morador de Caetité, 85 anos, minerador, Garimpeiro. Filho de Sadi Rútilo dos Santos Gumes e Neto de João Gumes- fundador do Jornal A Penna. Trabalhou em empresa de construção, também fez parte da confecção e publicação de um jornalzinho chamado O Dever. Trabalhou para o Estado como desenhista arquitetonico. Teve fazenda, foi fazendeiro, político e continuou sendo até hoje, porque isso aí tá no sangue da família. De origem Caetiteense mesmo de uma família tradicional que é Gumes Cardoso Fernandes. Gumes é do meu pai e Cardoso Fernandes é da minha mãe que era de Caetité do distrito de Igaporã.

fala do senhor Maurício Gumes:

Voltando ao assunto da política na época que eu trabalhava na construtora eu participei ativamente da abertura da estrada pra Maniaçu então quando eu vi o nome do Milton ele passou ser meu amigo na construtora, todo mundo era amigo de todo mundo e eu fazia uns fornecimento para o pessoal dele em virtude de ser o chefe de escritório aqui da construtora então eu joguei a estrada praticamente pra onde ela está se você olhar de cima do campo de futebol ou de aviação a curva que vai para Maniaçu e pega a tangente você vai verificar que houve uma quebra tangencial porque o chefe político associado com Benjamim, que era seu tio avó, desviaram a estrada um pouco pra oeste onde o curral de Jack, hoje curral principal não sei se é mais curral. No fundo da casa nova que ele fez e aí passava ali. Essa atuação política pra perseguir Trasíbulo e jogar dentro do terreninho dele a menina dos olhos dele que chamava Baixinha que tem ali na curva descendo ali tem a Baixinha. Criou uma confusão tremendo aquilo ali. Não por causa daquela Baixinha, mas porque o pessoal não tinha o poder político pra movimentar isso de forma nenhuma e eu era contra, contra Trasíbulo, contra Ovídio aqui em Caetité, apesar uma união com ele com a sobrinha dele que isso pouco me importava se era parente. Aí desviou essa curva pra baixo. Voltando para fundação de Maniaçu.¹⁹(Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Semelhantemente, continuando com as narrativas de Gumes sobre a origem do nome do Distrito e sua participação na política local, ele conta que “foi um nome que foi posto pela minha tia Eponina, nome indígena que tem nessa região, e que quase todos os outros foram feitos pela minha tia. Logo, Maniaçu significa mandioca grande”.²⁰ Ele, por sua vez, comenta que foi essa tia do lado paterno que indicou vários nomes indígenas para a região de Caetité, inclusive no nome da Vila do Junco Grande, passando a se chamar MANIAÇU, mas não foi encontrado nos documentos oficiais, tanto da Diocese quanto da Câmara de Vereadores, essa indicação dada pela professora Eponina Zita:

É ai quando foi em 1964, ai eu entrei na mesma campanha e assinei no livro político, primeiro que assinei outro não assinei nada, não existia filiação, assim se existia eu não sei, não me lembro e nesse eu assinei como filiado ao Partido Social Democrático que era o partido da revolução dos militares e veio o prefeito era muito meu amigo e fazia política ne como lhe falei antes e

¹⁹ Mauricio Gumes, sobrinho de Eponina Zita dos Santos Gumes (professora formada pela Escola Normal em Caetité - década de 1930) entrevista concedida a autora em junho de 2022.

²⁰ Mauricio Gumes, citando sobre os partidos políticos de prestígio e querelas como da UDN (União Democrática Nacional, fundado em 1945 e extinto em 1965 de orientação conservadora e opositora ao Governo de Getúlio Vargas, sendo fundadores Júlio Prestes e Otávio Mangabeira) entrevista concedida em junho de 2022/ infoescola.com, acesso em 15 de novembro de 2022.

elegemos (Binha) em uma campanha atroz que ficou no poder mais de 40 anos. Chamava de Jequitibá. Derrubamos o jequitibá. E foi uma festa, Caetité ficou no céu ficou azul de fumaça porque derrubar um Teixeira não foi fácil. Foi o primeiro baluarte da política de Juarez Magalhães da UDN a cair no sertão baiano.²¹ (Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Nesta narrativa ele traz a questão da vitória do partido contrário ao Sr. Ovídio Teixeira - o Jequitibá, como era conhecido na política da Bahia, candidato eleito como Intendente/ prefeito de Caetité nos períodos de: 1924 a 1927, 1929, 1932 a 1934 e dos anos 1948 a 1950; e Senador pela Bahia nas décadas de 1950 e 1960. Isso marcou a disputa acirrada entre famílias, partidos rivais no município de Caetité, gerando, assim, em conflitos que duravam por anos

Caiu realmente um Teixeira. Então me botaram pra fazer número aí eu comecei a fazer um trabalho político no Junco, chamei meu concunhado conversei com ele, as possibilidades que ele tinha que a gente tinha coisa e tal se convinha ele me abraçou, aí a família dele toda me abraçou e foi agrupando, agrupando. O seu pessoal não ficou comigo porque tinha Almir que era político e coisa e tal naquela época eu não sei nem quem foi era aqui ou lá no Junco. Sei que na primeira eleição eu tive três ou quatro vez os votos de Trasíbulo. Mas Trasíbulo foi eleito com muitos poucos votos, mas não quis tomar posse se envergonhou achou que o povo não o queria e de fato não queria.²² (Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Nessa seara, na fala abaixo Maurício elucida sua entrada na política do Junco, como realmente foi indicado pelo partido a estar junto ao povo do Distrito para desbancar Trasíbulo Antunes Teixeira do cargo de vereador eleito pelo distrito:

Ah história é essa! Foi vereador pela primeira vez ai comecei meu trabalho político construtivo, ajudei a construir a estrada de Maniaçu antes com Binha, nos fez a estrada em Maniaçu aquela estrada que vai para Juazeiro que passa pelos gerais pelo mocó aquela largona na época foi antes da minha época foi com Binha e já serviu de estopim para minha campanha e como vereador conseguir colocar água, eu mesmo fui em Salvador pra comprar o material, contratar empresa, eu era vereador mais tinha autorização do prefeito fiz isso que era Clarismundo, o prefeito era Zé Ladeira depois dessa gestão ai aprendi uma coisa interessante que eu podia acabar com as brigas das terras do Junco então eu levava um político junto comigo que tinha dinheiro e comprava as terras e resolvia a questão e comecei comigo comprei uma questão que era ali no fundo, tinha uma manga onde tem um posto aquele ali foi meu ai eu

²¹ Mauricio Gumes, entrevista concedida a autora em junho de 2022.

²² Mauricio Gumes, entrevista concedida a autora em junho de 2022.

comprei as questões ali, comprei e acabou comecei por ali e ai construindo fiquei, fui reeleito muito bem até melhor que da primeira vez, e da terceira vez quando foi eleito era outro prefeito já me contrariou muito porque houve uns processos políticos e não me respeitaram fizeram as coisas sem minha presença não que eu pudesse ser contra, não.²³ (Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Diante desses acontecimentos, cada narrativa apresenta uma cronologia dos fatos da política no distrito, em que neste nota-se a questão da chegada do sistema para abastecimento de água, uma conquista tão almejada pelos moradores que sofreram por anos em abastecer as casas com água das lagoas que cortam a região, ou por carros de bois que levavam água de tambor para colocarem nas caixas d'água das casas. Logo,

Mas ainda assim saindo da política Clarismundo volta a prefeitura, eu fui na casa dele agora está na hora de botar a energia no Junco é um pedido que lhe fiz a muito tempo e que Janir me excluiu da política, mas eu vim lhe pedir e eu continuo sendo eleitor seu, saiu Benvindo o candidato no meu lugar e saiu a luz pra Maniaçu que eu botei é a caixa d'água. á evolução da água veio com a Codevasf. Passou a auxiliar agricultura o povo, os agricultores então. Então começou abrir poços em vários lugares e ficavam sem funcionar, porque a prefeitura não botou para funcionar e ela não tinha compromisso posteriormente aí no caso fundei a associação do Junco e botei teu pai como primeiro presidente ele deve lembrar bem disso. Ele foi o primeiro presidente que eu fundei. E queria uma associação que fosse multipartidária e convidei todo mundo para participar e os membros da associação. fiz o estatuto aprovado e Nenga foi em Salvador registrar eu tenho ainda alguma coisa disso aí que eu não sei também onde é que tá.²⁴ (risos) (Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Tais perspectivas, em suas narrativas, nos trazem momentos políticos para os quais houve relevâncias no desenvolvimento social e econômico do distrito, partindo da fundação da casa de farinha do distrito, fonte essa primária no comércio local, como destacado neste trecho

Casa de farinha, aí falei é a sopa no mel, Maniaçu é fabricante de farinha então botou lá. Da sentou no meio e dividiu em duas uma em Juazeiro outra no Junco ficou pequenininha, a do Junco, mas mesmo assim serviu muito. Aí sai Nenga²⁵.

²³ Mauricio Gumes, entrevista concedida a autora em junho de 2022.

²⁴ Mauricio Gumes, entrevista concedida a autora em junho de 2022.

²⁵ Nenga do Junco (Valmir Alves Malheiros) comerciante, pecuarista e agente estadual da antiga Gerfab- atual ADAB (Agência de Desenvolvimento Agropecuária da Bahia) casado com Maria de Lourdes M. Malheiros (professora do distrito na década de 1980), tiveram 4 filhos, 1 menina e 3 meninos, moradores do distrito, político ativo na região de Maniaçu, 1º presidente da Associação de Maniaçu. (in memoriam em julho de 2022).

E entra Jack²⁶ como presidente da associação, foi Jack que recebeu já pronto a casa de Farinha que eu doei a terra. Aquele pedaço ali foi eu que dei.²⁷ (Maurício Gumes, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Sendo assim, as falas acima nos trazem várias informações relevantes para o desenvolvimento do distrito, como a fundação e a casa de farinha de mandioca, doada aos moradores.

Foto 7 - Casa de farinha de Maniaçu, construída na década de 1980



Fonte: acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2018

Esta foto 7 é da entrada da casa de farinha, nela consistia antes o trabalho manual na lida da feita dos derivados da mandioca, já atualmente consta equipamentos elétricos para auxiliar na rapidez e manejo da tapioca e farinha de mandioca, para escoar a produção para venda e comércio em outras regiões. Seguindo sobre a evolução do distrito, passamos para a encanação das águas no abastecimento das casas, fator que tem melhorado com a rede de águas para os moradores e traz, assim, as melhorias via política municipal. Uma vez que o vereador Mauricio Gumes encontrou meios de acabar com muitas querelas políticas dos moradores, ao comprar terras e doá-las para a construção de obras públicas.

²⁶ Sebastião Jack Ivo Frota, funcionário Público da Justiça, morador do distrito, filho de Trasíbulo Antunes e Nunila Ivo Frota.

²⁷ Mauricio Gumes, entrevista concedida a autora em junho de 2022.

Por isso, apresenta-se que cada documento lido e estudado e os anos em que não foram localizadas as informações oficiais, busca-se, desse modo, nas narrativas orais essas averiguações para se ter mais vertentes da história desse lugar, que tanto é intrigante pelo início da sua formação de vila de Junco Grande, até aos dias atuais do Distrito de Maniaçu.

1.4 Os sujeitos políticos e suas vivências na política do distrito

Neste momento, evidencia-se uma continuidade às pesquisas em livros do Município de Caetité, suas demarcações territoriais e seu desenvolvimento econômico, político. Desse modo, foram encontrados indicativos de famílias sendo citadas por Santos (1997), que traz a mistura com a história do Distrito de Maniaçu e de regiões circunvizinhas ao território. Assim, através da consulta em livros de registro de casamento religioso e livro de tabelionato de Notas – sede 1928 a 1930, foi possível obter informações sobre algumas pessoas já citadas no texto anteriormente e outros sujeitos que fizeram parte da identidade do distrito.

Além disso, após inúmeras buscas em Livros de batismo, casamentos, óbitos e tabelionato, foi possível obter algumas informações a respeito do senhor Pedro Athanásio Garcia, que tinha 74 anos em 1929 (natural da Villa Velha/ Livramento de Nossa Senhora), era oriundo da Comarca de Minas do Rio de Contas e residia no lugar chamado Junco Grande. Ele era filho legítimo de Antônio Athanásio Garcia e Anna Maria de Jesus, foi lavrador e doador de 10 metros de terra para a construção e ampliação da igreja matriz no Junco Grande em 1929, casado com Joana Sebastiana de Jesus, que tinha 77 anos em 1930 (natural de Monte Alto e residente neste arraial de Junco Grande). Esse casal não teve filhos, mas seus herdeiros foram os afilhados, como José Mesquita da Silva, Manoel Lourenço de Souza, Manoel Rodrigues de Souza e seu sobrinho e afilhado Manoel Marçal da Costa. Não obstante, Pedro Athanásio faleceu com 80 anos em 1936 e foi sepultado no cemitério de Caetité, sendo que a causa da morte consta problemas no coração, já sua esposa Joana com 81 anos faleceu de causa *syphilis*, e em 1935 ela foi sepultada no cemitério do Junco Grande.²⁸

Para além disso, por meio de entrevistas com moradores do distrito, foram obtidas informações sobre Manoel Marçal da Costa, casado com Deolina Maria de Jesus. Eles tiveram

²⁸ APMC- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ/ sede em Caetité- BA, livro de óbito década de 1930/ C16 DE 1933 A 1936, Termo 537, folha 74.

1 filho que morreu em um acidente trágico de carro. Ainda foi citado o Sr. João Ferreira da Costa, casado com Maria Alves da Paixão (Bia), sendo ele o construtor da igreja, pois tinha como ofícios ser pedreiro e ferreiro. Ela, por sua vez, era costureira e dona de casa, e eles não tiveram filhos, mas criaram os sobrinhos.

Foto 8 - Maria Alves da Paixão (Bia) e João Ferreira da Costa - construtor da igreja de São Pedro



Fonte: foto cedida pela moradora Dinalva Ledo ao acervo da autora em 2022.

Todavia, essas três famílias iniciais citadas acima foram mencionadas nas narrativas e contribuíram diretamente na vida religiosa, social e econômica, em que possuíam terras, bens materiais e eram ativos na vida comunitária do início da formação do Distrito. De mesmo modo, como citado nas entrevistas dos moradores, o Sr. João Ferreira era ferreiro, construtor e casado com Bia Paixão, sendo ela cuidadora das moças e professoras recém-chegadas a vila para lecionarem. Eles não tiveram filhos, mas criaram vários sobrinhos. Contudo, as entrevistas com moradores do distrito permitiram também conhecer sobre Martinho Francisco de Oliveira, Trasíbulo Antunes Frota e Américo Antunes Frota.

No que concerne ao Senhor Martinho Francisco de Oliveira, ele tinha 22 anos em 1926, era lavrador (natural de Caetité, filho de Pantaleão Francisco de Oliveira com Graciana Francisca de Jesus), era casado com Carlota Maria de Jesus, ela, por sua vez, tinha 18 anos em 1926, era dona de casa (natural de Caetité, filha legítima de Casemiro Pereira Brandão e

Josefina Maria de Jesus) e eles tiveram filhos. (livro de registro de casamento 1926- nº469 – Diocese de Caetité. Logo, a consulta destas informações foi em março de 2022. Ademais, segundo as narrativas dos moradores, Dona Carlota foi quem ajudou a construir a Igreja de São Pedro, tanto como mão de obra, quanto carregando materiais na cabeça, para poder se casar na capela.

Somado a esse fator, no que diz respeito as informações sobre o Senhor Trasíbulo Antunes Frota, de 30 anos em 1937 (natural de Caetité, filho legítimo de Júlio Mariano de Frota e Cândida Antunes Frota), era comerciante, escrivão do Cartório de Paz no arraial de Junco Grande. A partir de 1935 ele foi vereador pelo distrito de Maniaçu e sobrinho de Ovídio Antunes Teixeira. O Sr. Trasíbulo casou-se com Nunila Ivo Frota, que tinha 25 anos em 1937, no ano de seu casamento (ela era natural de Caetité, filha legítima de José Ivo e Bárbara Antônia da Silva Ivo), foi a primeira professora diplomada pela Escola Normal de Caetité e lecionou no distrito de Maniaçu em 1934. Ao todo eles tiveram 3 filhos - Luís, Luizete e Sebastião Jack (livro de Registro de Casamento de 1933 a 1940, p. 112 - Diocese. Consulta em março de 2022), informações essas retiradas de entrevistas com moradores do distrito que foram concedidas em agosto de 2022.

Nessa vertente, outro morador citado nas narrativas foi o senhor Américo Antunes Frota, casado com Sebastiana Carvalho Pessoa, e tiveram 3 filhos: Odete Pessoa Frota, Edson Frota e Ilma Pessoa Frota. No caso de Odete Pessoa Frota, ela era casada com Manoel Magalhães e tiveram filhos. Já Edson Frota foi casado com Josefina Moreira Frota e também tiveram filhos. E já Ilma Pessoa Frota era casada com Maurício Bonard dos Santos Gumes e eles tiveram filhos. Tais informações foram retiradas de entrevistas com moradores do distrito e concedidas em agosto de 2022.

Além disso, nesse trecho da pesquisa percebe-se a participação dos Irmãos Frota (Trasíbulo, Bruno e Américo), lavradores, comerciantes e influentes na política local, em que Trasíbulo foi escrivão no Cartório de Maniaçu desde 1935, foi vereador na década de 1960 e faleceu na década de 1970; Bruno foi um dos Antunes Frota que mais teve tempo de vivência no Distrito, vindo a falecer na década de 1990, foi comerciante e lavrador. Já Américo é citado em narrativas que, enquanto festeiro, em uma de suas festas ocorreu querelas políticas com membros da comunidade, contrários a política dos irmãos Frota.

Foto 9 - Bruno Antunes Frota (morador, comerciante, lavrador), junto com sua cunhada Sebastiana (viúva de Américo Frota), uma parente que veio de São Paulo, e sua irmã Dona Ana. década de 1990



Fonte: foto cedida pela moradora Dilma Pessoa ao acervo da autora - julho de 2022

No que concerne a foto 9, ela traz parte da família Antunes Frota; Bruno, Sebastiana, uma parente de São Paulo e dona Ana, que tiveram participações ativas na vida religiosa, cultural e econômica do distrito, sendo lembrados nas falas dos entrevistados.

Foto 10 - Casa de Trasíbulo Frota e Nunila Ivo Frota em Maniaçu

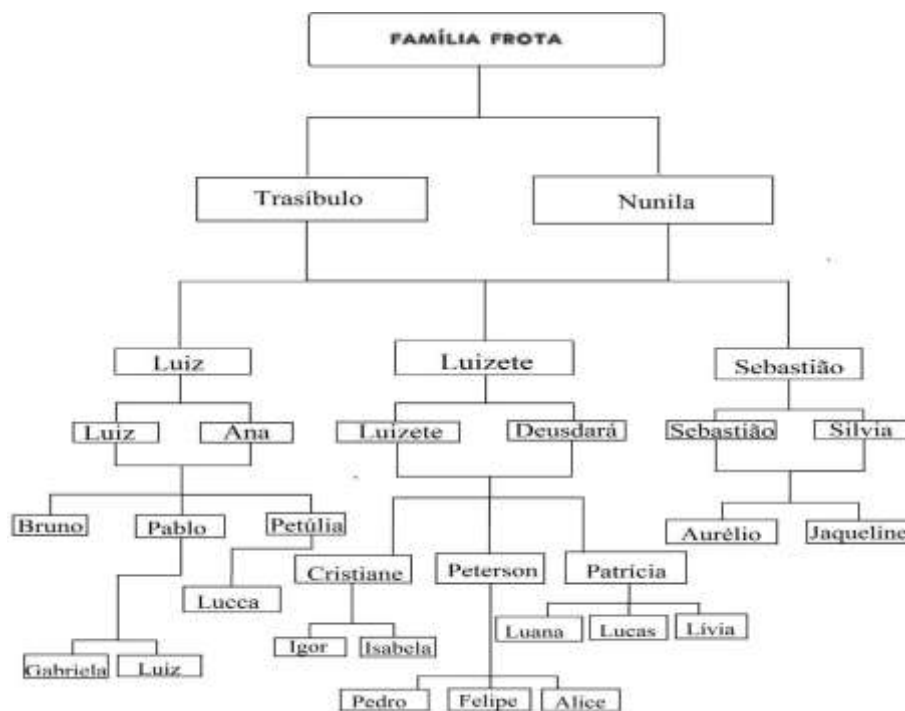


Fonte: foto do acervo da autora em 2018

Já a foto 10 diz respeito a fachada da casa do Sr. Trasíbulo, escrivão do Cartório de Paz, ex-vereador e comerciante, e nessa casa funcionou seu armazém sortido, com inúmeros itens de casa até o trabalho rural. De mesmo modo, durante o período das entrevistas e conversas

informais com os moradores, vimos e ouvimos inúmeras narrativas familiares, e fomos solicitando, se possível, para a visualização e análise de fotografias, cartas, registros, entre outros materiais, ao qual fora solicitado se poderíamos ter a permissão do entrevistado (a) para publicar neste trabalho. Com isso, a senhora Luizete Frota nos apresentou uma árvore genealógica da sua família nuclear.

Figura 2 - Árvore genealógica feita pela filha Luizete - Família de Trasíbulo e Nunila Frota - maio de 2022



Diante dessa árvore genealógica da Família do Sr. Trasíbulo Frota, percebe-se que ela gerou descendentes, netos e bisnetos, dando continuidade ao legado familiar. Também é possível saber um pouco sobre o Senhor Almir Xavier Malheiros, por meio das entrevistas com pessoas da comunidade distrital sendo que Almir Xavier Malheiros era natural de Caetité, casado com Solange Carvalho Lemos (natural de Caetité), professora em Maniaçu nos anos 50, e foi a segunda professora do distrito depois da nomeação de Nunila Ivo Frota, eles tiveram 4 filhos: Carlos, Almir Filho, Allan Roberto e Sodemires. O Sr. em questão foi dentista, comerciante, político ativo na vida comunitária da Vila e dono da única farmácia do distrito. Ele também teve participação política ao lado de Trasíbulo. E os seus outros irmãos eram Jonas, Benjamim, Maurílio, Petrina, Maria Angélica, Perilo, Ana Rosa e Bráulio, sendo que todos eles

constituíram famílias no distrito e nas comunidades vizinhas ao distrito (Fazenda Mata e Umbuzeiro). Tais informações foram retiradas de entrevistas concedidas a autora, em agosto de 2022.

Diante de cada conversa informal e das informações adquiridas nas entrevistas, novos sujeitos são colocados na posição de relevância perante o desenvolvimento local. Assim, ao dar continuidade às famílias que residiram no Junco Grande, no livro *Caetité, Pequeninina e Ilustre*, foi possível obter mais informações sobre as famílias Fernandes e Oliveira Ledo.

No que concerne aos Fernandes, esses eram descendentes dos portugueses, se estabeleceram no município, na zona rural, nos distritos de Lagoa Real e Maniaçu. No entanto, alguns descendentes vieram para a cidade de Caetité, como: Coronel Manoel Fernandes Cunha, Monsenhor Valdemar (vigário de Condeúba), Clóvis (professor na Escola Normal, diretor por duas vezes 1943/45, e 46/50, duas vezes prefeito municipal em Caetité (1935/38 e 1953/1954). (Santos, H. 1997, p. 190).

Já no que diz respeito a outra família destacada, os Oliveira Lédo, destaca-se abaixo tais informações sobre os laços matrimoniais entre as famílias de Caetité com moradores do distrito e de comunidades vizinhas

Seguindo para a família os Oliveira Lédo, foram grandes proprietários de terras no município, na região dos Canabras dos Caldeiras e moravam em suas belas fazendas, com muito gado, escravos, vida farta e tranquila, só de raro em raro vindo a cidade nas grandes festas, depois parte da família mudou-se para a região de Maniaçu/ Comunidade de Juazeiro. O velho chefe da família foi Gregório de Oliveira Lédo casado com Francelina de Oliveira Ledo, tiveram 8 filhos (Joaquim casado com Sofia Antunes Teixeira- não tiveram filhos/ Manoel Higinio casado com Carlota/ Antônio casado e teve filhos/ José casado e teve filhos / Antônia casou-se duas vezes, primeiro com José Renério da Silveira e a segunda com Crescenciano Antunes Teixeira/ Ana casada com Bruno Frota. Foram tronco de todos os Frota da região, como os irmãos Trasíbulo e Américo Frota de Maniaçu/ Rita casada com João Pinheiro -sem filhos/ Guilhermina casada com Agrário Antunes Teixeira- tiveram filhos/ Judith sem filhos/ Pompeu Fernandes da Cunha- filho de Francelina com Francisco/ segundo casamento – tiveram 11 filhos e ele era o 3º filho do casal, foi fazendeiro e boiadeiro em Juazeiro, distrito de Maniaçu, e só veio morar na cidade de Caetité e morreu com 104 anos, teve 8 filhos de dois casamentos. Era amigo fiel de Dr. Ovídio Teixeira e correligionário irrestrito, que após um discurso político no Junco (Maniaçu), declarou “mil mulheres podem ter mil filhos, nenhum tão bom quanto o Dr. Ovídio Teixeira”, atestando sua amizade e admiração ao político. (SANTOS, H. 1997, p. 191 e 192).

Ademais, diante desses novos sujeitos que adentraram no universo social, político e cultural, como as Famílias Fernandes e Oliveira Lédo, vindos de outras comunidades, mas que

encontraram no distrito de Maniaçu pouso seguro para constituírem famílias e suas descendências. Evidencia-se, pois, que com as informações iniciais do desenvolvimento do lugar chamado Junco Grande e/ou Maniaçu, juntamente com as pesquisas em livros da Diocese, documentos oficiais da Câmara de Vereadores e jornais de circulação da época, percebe-se que as narrativas dos moradores se fixam no local e, ao longo do tempo, constituem famílias nucleares, resguardadas em suas memórias afetivas, em que se podem compreender melhor sobre a importância das narrativas orais; como na citação abaixo descrita por Portelli,

[...] que as memórias individuais, parte disso pode tratar-se como ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são compartilhadas e se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais. (PORTELLI, 2014, p. 202).

Assim, ao analisar as narrativas, as falas individuais e as conversas preliminares que, muitas das vezes, não são autorizadas pelo entrevistado (a) para serem divulgadas, isso se dá por ser um momento de desabafo, e, nele, verifica-se seu entrelaçar de informações subjetivas que trazem à tona os fatos que, para eles, são relevantes e não devem ser esquecidos. Entretanto, pode-se compreender e questionar com isso o momento social e cultural em que vivia o país, em que esses sujeitos vivenciaram a história e deixaram nas lembranças dos seus familiares essas memórias ativas.

De maneira análoga, as leituras em artigos publicados em Caetité/ Uneb em anos anteriores e resguardados no APMC, foram de imensa valia para tentar compreender o desenrolar dos fatos e da trajetória administrativa do distrito de Maniaçu perante a sede, entrelaçando isso tudo com as narrativas dos moradores em recordar a organização da feira livre aos domingos, as famílias de grande influência na economia, na vida social do distrito e da sede do município, bem como a participação política de pessoas, semelhantemente aos

senhores: Trasíbulo Frota, Maurício Gumes, Manoel Lauton Frota²⁹ e Josias da Silva³⁰ (vereadores eleitos pelo distrito desde as décadas de 1960 até 1990).

Foto 11- Feira aos domingos, tirada antes da pandemia



Fonte: acervo da prof. Rita Malheiros 2018

²⁹ Manoel Lauton Frota (morador, comerciante, casado com Anita Antunes Frota, tiveram filhos- cunhado de Trasíbulo Frota, na década de 1980 foi eleito vereador pelo distrito de Maniaçu, dando continuidade da Família Frota no poder político local, solicitou e indicou várias pessoas a exercer cargos públicos em agência dos correios e escolas municipais.

³⁰ Josias José da Silva (natural da Rabicha, comunidade rural do município de Lagoa Real, vizinho ao território de Caetité, morador, comerciante, casado com Silvani Maria Dias da Silva, tiveram 10 filhos 5 meninos e 5 meninas, na década de 1980/1990 foi eleito vereador pelo distrito de Maniaçu, por 6 mandatos, faleceu há 10 anos, mas deixou seu legado na política e vida do distrito, trazendo muitos benefícios para a comunidade e região circunvizinhas, como exemplo a solicitação da construção do colégio de fundamental II tendo como indicação do nome da Prof.^a Nunila Ivo Frota (como patronesse), para auxiliar os alunos a continuar seus estudos no distrito, diminuindo a evasão e interrupção dos estudos na Educação Básica.

Foto 12 - Feira livre em Maniaçu, onde se comercializa produtos da região. Foto tirada antes da pandemia (2018)



Fonte: acervo da prof. Rita Malheiros 2018

A princípio, nas fotos acima, percebe-se uma dinâmica da feira livre realizada aos domingos, com barracas de variados produtos, feirantes, compradores e de desenvolvimento econômico local.

Dessa forma, ao se observar as fotografias, nota-se uma dinâmica nas imagens respectivamente da própria feira, das suas questões culturais, econômicas e de um compartilhamento coletivo de informações de encontro ao individual. Nesse viés, a feira livre é um espaço de vivências, de agregação e de comunicação, sendo rica em tradições e culturas em que uma identidade³¹ é forjada pelos sujeitos que dão vida e movimento a esse espaço. Como é possível verificar nos preceitos de Andrade:

O tempo de vivência em um ambiente e a consciência do passado são elementos importantes no amor pelo lugar. A formação identitária de uma comunidade parte de uma relação construída ao longo de um tempo histórico, no qual os sujeitos, nas relações cotidianas, dividiram experiências que os aproximam e, de certa forma, os unem por uma memória social comum. (ANDRADE, 2010, p. 69).

³¹ Hall (2009) a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exterores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Diante dos fatos mencionados pelo referido autor, as relações cotidianas se aproximam das experiências vividas ao longo do tempo criando uma memória social e levando os sujeitos a se interiorizar com os espaços de vivências, gerando uma forte raiz identitária. Percebe-se no entanto, a singularidade das relações dos moradores de Maniaçu com o desenvolvimento da feira livre, uma vez que esse é considerado um espaço de sociabilidade, memórias e tradições que vêm se perpassando ao longo do tempo e cujas narrativas orais dos moradores entrevistados sempre mencionam a formação do Distrito, interligado com a feira antes na praça da Igreja de São Pedro, num barracão de taipa, sem um dia específico, seguindo datas festivas religiosas e depois a remoção para o espaço atual onde está construído o mercado público.

Assim, essa feira que se desenvolve na atualidade aos domingos, atrai vários feirantes das regiões circunvizinhas ao distrito, como os agricultores que comercializam produtos derivados do leite, da mandioca, feijão, milho, animais, barracas de roupas e mantimentos na calçada. Somado a isso, nos bares ao redor do mercado e dentro localizam-se as barracas de comida caseira e de carnes. Sendo assim, muitos moradores indicam os dias de feira como sendo de movimento e o comércio que aquece nas vendas, gerando renda local. Ademais, nas páginas seguintes serão abordados os aspectos sobre a educação e seu desenvolvimento dos níveis escolares ao longo dos anos e a participação dos alunos/professores do CECPAG nas ações da Educação patrimonial, aplicadas em 2022.

CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO

“A História é o único meio racional de investigar o passado” (Peter Lee, 2011, p. 26)

Na atualidade, a população vive em um tempo voltado para o trabalho interdisciplinar e transversal, cujo currículo é uma peça-chave para essas modificações estruturais, sociais e educacionais dentro da escola em direção à sociedade. No entanto, se tem a oportunidade em contribuir para essas mudanças significativas no Referencial Curricular Bahia 2019 - 2020, o qual segue a base nas leis e decretos que regem a educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988, inspirada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos³² (1948). Assim, o estudo, a formação do sujeito, o pleno desenvolvimento do senso crítico e de cidadão fazem parte da formação educacional brasileira e está versado na Constituição de 1988, nos artigos 205 e 206;

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

De mesmo modo, partindo da análise do fragmento acima, a Constituição é a lei maior de um país democrático e com seus artigos e incisos bem definidos em todos os setores e segmentos sociais. Entretanto, em especial para esta análise, o foco desta presente pesquisa está voltado para a área educacional, em que nos artigos 205 e 206 estão organizados as bases e princípios que norteiam a educação brasileira.

Sendo assim, existem várias leis, decretos, normativas e resoluções que regem a educação. Assim sendo, na Bahia, no município de Caetité, dentre elas, para dar início as discussões, trataremos sobre a LDB n° 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação

³² Declaração dos Direitos Humanos, 1948, A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecendo direitos e deveres para a promoção da dignidade, respeito e segurança nos âmbitos civis, políticos e sociais a todos os indivíduos.

nacional em todos os seus níveis de escolaridade, abrangendo todos os segmentos, dos discentes aos funcionários, da gestão aos docentes, do calendário letivo, as formas de avaliações e regimes de trabalho. Logo, a LDB norteia outros documentos oficiais a nível estadual e municipal, como o estatuto do magistério, plano de carreira, regimento escolar, colegiado escolar, dentre outros.

Nesse sentido, com alguns marcos legais pesquisados, voltados à Educação Básica, a Educação do Campo, a Educação Inclusiva e perpassando por indicativo do Estado da Bahia, é que se tem um direcionamento para a educação atual, incluindo a preservação do patrimônio público histórico, a valorização da cultura material e imaterial, os saberes e fazeres. Contudo, por isso é importante lembrar que a inserção da educação patrimonial no currículo brasileiro se deu na elaboração dos PCNs (1997), em que se sugere diversas maneiras de trabalhar a interdisciplinaridade e a transversalidade aplicadas em diversas áreas e para aprimorar os temas sobre a cultura, o trabalho e o consumo, a preservação histórica, a ambiental, entre outros.

Dessa maneira, a seguir será apresentado um breve apanhado para se entender melhor a atualidade da educação no Distrito de Maniaçu, partindo dos anos de 1936 a 1950. Todavia, falar em educação nos remete ao passado do distrito, então, voltamos à escola multisseriada, cujos docentes eram indicados por políticos para assumirem suas turmas multisseriadas em salas improvisadas. Nesse sentido, vamos nos atentar para uma cronologia na evolução dos níveis da educação em Maniaçu, e conhecer a trajetória da educação no distrito, situando o colégio CECPAG;

2.1 Os anos iniciais da educação no distrito

Discutir sobre leis educacionais, é também mencionar o trabalho docente, a sala de aula e o movimento fora dela em outros espaços escolares. Assim, para compreender todo este movimento que compõe a educação, pode-se utilizar diversas fontes, entre elas, as orais.

Outrossim, para se pesquisar a trajetória educacional do distrito de Maniaçu, utilizou-se as narrativas dos moradores e pessoas que tiveram participação direta na vida comunitária dessa região, bem como através dos documentos oficiais que norteiam as unidades escolares - PPP. Logo, segundo a fala do Sr. Maurício:

[...] antes de ter o prédio que leva meu nome eu consegui três prédios do governo federal fui a Brasília como vereador e consegui três prédios eu carregava material lá de graça para ajudar porque o dinheiro não dava fazer. Dona Nunila foi professora foi a primeira professora pública do Junco foi

Nunila que é Luís deve estar com 80 dever um pouco mais novo então isso deve ter sido ele demorou de nascer casada com Trasíbulo, Nunila. foi a primeira professora pública de Maniaçu. A primeira escola pública construída pelo Estado que foi demolida. Um prédio que tinha uma casa anexa, a casa da professora era junto da casa escolar. (Maurício Gumes³³, morador em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Nessa vertente, observa-se que Nunila foi apontada como primeira professora pública do Junco na década de 1930, momento da primeira escola multisseriada, com alunos de várias séries e misturados na mesma sala de aula, com apenas uma professora regente para todas as disciplinas em séries diferentes, sendo os alunos com idades diferenciadas. Somado a isso, as turmas eram compostas com mais de 40 alunos (as), sendo que em meados de 1940 essa turma multisseriada foi dividida entre as professoras indicadas pelo poder público municipal, sendo elas Nunila Frota e Solange Malheiros, para darem melhor suporte e aprendizado aos alunos (as).

Ainda assim, em outra narrativa a Sra. Luizete traz mais informações a respeito da professora Nunila Ivo:

[...] deve ter sido isso em 1936, 35 ou 34 por aí. Por que minha mãe formou em 31 ou 32. Ai nessa época Bia uma moça mais velha que cozinhava e cuidada da casa das professoras, já foi morar com minha mãe lá em Maniaçu ela começou namorar meu pai e Bia já estava lá com ela. Depois desse namoro meu pai pediu minha mãe em casamento né. Teve que vir aqui em Caetité conversar com meu avô. (Luizete Frota³⁴, moradora em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Ademais, durante os diálogos, os entrevistados disseram que as professoras que se formavam na Escola Normal de Caetité, em sua maioria, eram designadas para os distritos do município. À guisa de ilustração, a fala da ex-professora aposentada, Solange Malheiros, registra essa forma comum de contrato de trabalho via prefeito, vereadores e líderes políticos locais,

[...] só tinha um salão assim, era a cartilha até o 5º ano do primário a gente ensinava, era uns 40 ou mais. Era muito aluno. Quem me ajudava era Vieira.

³³ Mauricio Gumes, entrevista concedida a autora em junho de 2022.

³⁴ Luizete do Carmo de Frota Silva (filha de Trasíbulo e Nunila Ivo Frota) estudou parte do primário em Maniaçu e depois completou sua formação secundária em Caetité. Entrevista concedida a autora em março de 2022.

Por que não dava conta de tanto menino que tinha. era o menino de Alice acho que você não sabe quem é, não era professora não. Eles hoje moram em São Paulo. Era família de Maniaçu. não. Que eu dei muito bem gostava muito fazia, muita festa. É isso mesmo. Ela (Nunila) não dava conta de tanto aluno que tinha. Aí me transferiu da Mata pra lá para poder ajudar ela. acho que foi... a de Mauricio. Ilma. (Solange Malheiros³⁵, moradora em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Todavia, seguindo com as narrativas acerca da metodologia de trabalho da professora.

É. Aí depois veio Lourdes e Maria José lá dos Ladeia. Era muito aluno. A gente colocava nos quadros as perguntas e tudo eles escreviam e depois respondiam tudo era quadro e caderno, a tabuada, ditado tudo É. Até castigo eu dava. (risos). deitava de joelho aí pra poder aprender uma tabuada porque não tinha jeito. (risos). Me fizeram uma palmatória e me deu. Usava lá em cima agora bater não. não. Era só pra eles ter medo né. Tinha muito rapazes na minha sala. (Solange Malheiros³⁶, moradora em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Percebe-se, contudo, que as narrativas, além das lembranças referentes ao tempo de moradia e do trabalho na escola, trouxeram à tona o sentimento de alegria por reencontrar ex-alunos e terem essas memórias reativadas, o que causou sensações de euforia, como cita a Sra. Solange

[...] sim. Eles tinham medo tem. Amériquim já me encontrou. Hoje lá no Cruz (supermercado) mesmo fazendo feira chega um assim, “ei minha professora me conhece?” um sei não minha filha me fale o nome aí pra ver. (risos) É. Todos eles. Muito mesmo. Era uma alegria você precisava de ver. Foi muito bom esses alunos meus. (Solange Malheiros³⁷, moradora em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Somado a isso, entre as conversas e os cafés durante as entrevistas, tanto no Distrito de Maniaçu quanto em Caetité, as falas se entrelaçam e novos sujeitos foram ganhando notoriedade na área educacional entre os períodos de 1950 a 1970, como indica a Sra. Dilma Frota:

³⁵ Solange Carvalho Lima Malheiros (a segunda professora indicada para trabalhar no distrito e auxiliar Nunila Ivo Frota, casou-se com Almir Malheiros, comerciante e líder político ativo, tiveram 4 filhos) entrevista concedida em março de 2022.

³⁶ Solange Carvalho Lima Malheiros, entrevista concedida em março de 2022.

³⁷ Solange Carvalho Lima Malheiros, entrevista concedida em março de 2022.

[...] a primeira professora mesmo sabemos que foi Nunila né foi a primeira professora estadual daqui de Maniaçu. Depois dela veio a professora Solange e teve essas outras professoras que era também do município Idalice, Dinalva, Dite, dona Maria de Lourdes e assim foram muitas outras né. Que trabalharam ao longo dos anos. (Dilma Frota³⁸, moradora e professora aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

Foto 13 - Professora Nunila Ivo Frota



Fonte: fotografia concedida pela filha Luizete, do acervo da autora em 2018

Foto 14 - Primeira sala multisseriada do distrito, turmas da prof.^a Nunila Ivo Frota

³⁸ Dilma Pessoa Frota (professora aposentada) professora na Escola Mauricio Gumes e Ex-diretora do CECPAG, moradora do distrito de Maniaçu. Entrevista concedida em maio de 2022.



Fonte: fotografia do acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2018

Percebe-se, indubitavelmente, que as fotografias 13 (prof.^a Nunila Ivo Frota) e 14 (sala multisseriada, década de 1930), respectivamente, simbolizam um tempo de dificuldades para poder estudar e concluir o primário em turmas multisseriadas, pois grande parte do alunado vinha de áreas rurais ao entorno do distrito, e os meios de locomoção eram: cavalo, bicicleta e a maioria a pé, levando, desse modo, uma parcela a desistir, já tantos outros persistiram e terminaram as séries do primário. Sendo assim, para que a população brasileira, durante o Brasil Império, tivesse o mínimo de instrução, foi instituída a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação das “Escolas de Primeiras Letras” (Saviani, 2008, p. 127). Somado a isso, nesta abordagem cabe destacar os seguintes artigos:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as classes de primeiras letras que forem necessárias;

Art. 4º As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e também nas cidades, vilas e lugares populosos, em que for possível estabelecerem-se.

Nessa seara, a lei garantia que em todos os povoados teria o acesso aos rudimentos do saber, considerados, na época, indispensáveis para afastar a ignorância, bem como a organização escolar e os conteúdos que os professores deveriam ensinar: ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quadrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã. (Saviani, 2008, p. 126).

Partindo desses pressupostos, percebe-se que mesmo estendendo a instrução pelos povoados brasileiros na época do Brasil Imperial, apenas uma parcela da população teria

condições de permanecer na escola, pois seriam classes de alunos com idades diferentes, aprendizados diferentes, sem normativas para verificação da aprendizagem, sem acesso a merenda e transporte público para se chegar à unidade escolar. Unidades estas, por sua vez, que em muitos momentos ficavam a quilômetros de distância das casas, sem adequações de prédio escolar, salas improvisadas, com o professor que, frequentemente, recebia com atrasos o valor do pagamento do salário.

Foto 15 - Prédio da escola antiga em Maniaçu com 1 sala de aula e casa do professor anexa - já demolido



Fonte: fotografia do acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2010

Decerto, após as narrativas iniciais e as pesquisas no Arquivo Público Municipal de Caetité, livros Ata da Prefeitura, o livro Caetité: Talhos e Retalhos (2004, p. 314), pesquisado e produzido pelas unidades escolares/ professores da educação básica dos distritos e da sede do Município de Caetité, se vê que a evolução dos níveis educacionais, com turmas multisseriadas em prédio com 1 sala de aula, dois banheiros, em várias localidades como por exemplo: Formosa I e II, Papagaio, Passagem de Areia, Buracão, Riacho da Vaca, Mocambo, Morros, Tanquinho, Contendas, dentre outros; para casas particulares que sediavam salas de aula, como nas comunidades de: Gerais, Melancial, Lagoa do Mato, Vilão, Vargem Grande, Junquinho, Barreiro, Brejo Sujo, Pinga e várias outras, evoluindo, assim, para a educação básica Fundamental I com a fundação da Escola Mauricio Gumes (1973), a fundação das escolas de fundamental II Prof.^a Nunila I. Frota (1994) e do Colégio Zelinda C. Teixeira (2004) e em 2004

a fundação do Colégio de Ensino Médio Regular CEPAG. Dessa maneira, foram acompanhados o processo de nucleação do fundamental I, cujos alunos foram deslocados para outras comunidades, para cursarem séries e professor habilitado por área do conhecimento, ocasionando, possivelmente, em mudanças na rotina dos alunos. E, ademais, durante as entrevistas foram citadas essas mudanças, como afirma a senhora Dilma Frota:

A nucleação em meados entre 2012 e 2014, teve pontos positivos e negativos, os positivos que os alunos puderam estudar na mesma série, corrigindo a distorção idade/série; já os negativos, os fechamentos das salas multisseriadas nas comunidades, o deslocamento dos alunos para comunidades distantes de sua casa, tendo que muitos andarem quilômetros para o ponto do transporte escolar municipal, os riscos nas viagens para os alunos menores de 10 anos. Com a nucleação o número de matrículas aumentou e a demanda por espaço físico não acompanhou, foram necessários alugar salas de casas, pontos comerciais em Maniaçu, sem estrutura para o desenvolvimento educacional, e essa realidade perdurou por muitos anos, até que houvesse a ampliação das salas nas unidades escolares. (Dilma Frota³⁹, moradora e professora aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

Partindo do pressuposto da nucleação, como citado acima no trecho da professora e moradora do Distrito de Maniaçu, a Senhora Dilma Frota, as unidades de ensino Maurício Gumes, Nunila Frota, Zelinda Carvalho e, conseqüentemente, o CEPAG, tiveram suas unidades escolares ampliadas em números de salas por conta da demanda, e o CEPAG, por sua vez, teve a construção da sua sede, pois trabalhávamos em salas alugadas e improvisadas no distrito.

2.2 Da educação fundamental ao ensino médio e a criação do CEPAG

Além dos relatos orais, a presente pesquisa buscou informações nos documentos oficiais das escolas, como o PPP (Projeto Político Pedagógico). E, de mesmo modo, em cada unidade escolar, cotejou-se estudar os documentos que norteiam a vida educacional. Dessa forma, segundo Veiga (1998), o PPP:

O Projeto Político Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido

³⁹ Dilma Pessoa Frota Entrevista concedida a autora em maio de 2022.

coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (...) Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1998, p. 11).

Nesse sentido, para a autora o PPP é esse elo da educação nacional, estadual e que segue para a união com o municipal, ao qual se envolve com os setores administrativos e pedagógicos, perpassando da organização da matriz curricular à visão, sendo essa a missão da unidade para com a sociedade. Dessa maneira, nas discussões seguintes trataremos de cada documento das unidades que compõem os níveis de escolaridade no Distrito de Maniaçu.

A princípio, iniciaremos com a Escola Municipal Mauricio Gumes, inaugurada em 27 de janeiro de 1973, com o apoio e incentivo da comunidade, em especial do vereador Maurício Bornard dos Santos Gumes, que a partir do seu nome veio a sua denominação “Maurício Gumes”. Paralelamente, a fotografia a seguir, de número 16, evidencia a fachada atual da Escola Municipal Mauricio Gumes, que em 1990, com a estrutura física modificada e mais adequada com 6 salas de aulas, 1 cantina, 2 banheiros (1 feminino e 1 masculino), 1 sala de impressão e 1 sala de diretoria, teve que alugar salas improvisadas no distrito para abarcar o número de matrículas no ano. Dessa maneira, ao verificar e analisar o PPP, percebe-se a consonância desse com os documentos oficiais da educação nacional, como a LDB, as DCNs e a BNCC, as quais abordam as propostas pedagógicas e asseguram o percurso contínuo de aprendizagens, e buscam, assim, maior integração entre as duas etapas do Ensino Fundamental, dos Anos Iniciais e dos Anos Finais.

FOTO 16 - Escola Municipal Maurício Gumes



Fonte: Acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2018

Nesse sentido, as informações foram retiradas do PPP, versão 2022:

O prédio foi construído com apenas 02 salas, 02 banheiros e 01 pátio, numa pequena área de terra cedida pela família Frota. A unidade funcionava nos turnos matutino e vespertino com classes multisseriadas, tendo uma clientela de aproximadamente 40 alunos devidamente matriculados e alguns assistentes. As organizações pedagógicas e administrativas eram feitas pelas professoras que não tinham formação acadêmica. A escola estava sob responsabilidade do poder municipal, no que se referia ao pagamento das professoras; os pais arcavam com o material escolar (cartilhas, abc, livros, farda, tabuada, caderno, lápis, borracha, etc.). Na década de 1990 a escola foi ampliada recebendo um espaço físico adequado para atender o número de alunos que vinham das comunidades circunvizinhas, aumentando a cada ano devido à nucleação. Então foi nomeada a primeira diretora, a professora Dilma Correia Pessoa Frota. A partir do ano de 2000 foi disponibilizado um coordenador pedagógico para auxiliar na prática docente, além disso, a partir deste período, o quadro docente começou a passar por formação e assumirem a profissão através de concurso público. Atualmente o espaço da escola não é suficiente para atender a quantidade de alunos matriculados, sendo necessária a utilização de cinco salas, no turno matutino, do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia – CECPAG. (PPP, versão 2022, p. 9).

De mesmo modo, como missão da escola destaca-se que:

Educação como um dos processos de formação da pessoa humana, através do qual os sujeitos se inserem na sociedade, transformando-se a sua realidade. Inserida no contexto social, a escola inscreve-se como a instituição que oportuniza a vivência de experiências culturais mais amplas e diversificadas. A família, o simples convívio social, os meios de comunicação e, até mesmo, o trabalho, nem sempre possuem condições de propiciar essa vivência. (PPP, versão 2022).

Sendo assim, a missão é que a escola deve fortalecer a qualidade da educação pública e incorporar uma postura de ensino de qualidade, proporcionando o desenvolvimento das dimensões de aprendizagem e a excelência humana, através de ações democráticas, transparentes, éticas e solidárias frente aos desafios propostos no Projeto Político Pedagógico.

Semelhantemente, no documento em questão a Escola Municipal Mauricio Gumes busca fundamentar seu trabalho pedagógico na perspectiva crítico-social⁴⁰ dos conteúdos, buscando desenvolver os conhecimentos no ideal progressista, em prol da democratização e difusão da escolarização para todos/as. Para tanto, propõe-se, assim, uma didática que determina princípios e meios, como diretrizes orientadoras, para os processos de ensino necessários ao domínio de conhecimentos, garantindo durabilidade aos efeitos formativos da instrução e da educação.

Entretanto, não se pode deixar de citar a clientela da escola que atende uma demanda significativa de estudantes de comunidades quilombolas, que de acordo com o PPP:

[...] adotando os princípios que regem a Educação Escolar Quilombola como o respeito, o reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira, assim como os elementos estruturantes do processo civilizatório nacional. A proteção das manifestações da cultura afro-brasileira, a valorização da diversidade étnico-racial e a promoção do bem-estar de todos. (PPP, 2022, p. 31).

Diante desses fatos, após as leituras e análises desse documento, e acompanhando o desenvolvimento dos projetos que a Escola Municipal Mauricio Gumes vem desenvolvendo ao longo desses 05 anos, percebe-se o quão é relevante a participação da escola perante a comunidade e o desenvolvimento sociocultural dos alunos do fundamental I. Além desse nível, tem-se, também, o fundamental II, ao qual será abordado a seguir.

2Práticas educativas que valorizam a identidade do aluno do campo

⁴⁰Segundo Dermeval Saviani a Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos defende a prática de uma educação escolar por meio da qual professores e alunos construam através dos conteúdos de ensino uma consciência crítica para transformação da sociedade, valorizando os processos mentais e as habilidades cognitivas do educando.

Nesta seção da vigente pesquisa será apresentado um breve histórico das Escolas Municipais Nunila Ivo Frota e Zelinda de Carvalho Teixeira, através do PPP, versão atualizada em 2022. Desse modo, no que concerne à escola Nunila Ivo, sua construção foi em 18 de fevereiro de 1994, situada a Praça dos Colégios S/N, Distrito de Maniaçu, Caetité/BA. Ela é almejada em homenagem a referida professora e tem o intuito de atender os alunos do 6º ao 9º ano, aqueles com dificuldades de deslocarem-se para as escolas da sede. Tal colégio é composto de 4 salas de aulas, 2 banheiros, 1 diretoria/secretaria, 1 cantina, que foi ampliada no início de 2000, e consta, também, com mais 2 salas de aula, 1 arquivo morto e 1 secretaria.

Com isso, houve um aumento do público para esse segmento e o espaço físico da escola tem se tornado insuficiente para atender a demanda. Desse modo, em 03 de dezembro de 2002, através do decreto número 083 do executivo municipal, cria-se o Colégio Municipal de 1º Grau Zelinda Carvalho Teixeira, que hoje está com uma nova nomenclatura: Escola Municipal Zelinda de Carvalho Teixeira, com ampla estrutura física apta a atender o alunado nos turnos matutino, vespertino e noturno, e foi entregue a comunidade em 2004. Sua sede mais ampla consta de 8 salas de aulas, 1 auditório, banheiros femininos e masculinos para um maior conforto dos alunos, 1 secretaria com arquivo morto, 1 sala de professores, 2 banheiros para professores (F/M), 1 sala de informática, 1 sala de direção, 1 cantina ampla com pátio para o refeitório e uma 1 biblioteca. Em termos de associação, como as duas escolas estão próximas, foi construído um muro ao redor do espaço físico escolar.

Outrossim, a Unidade Mantenedora é a Prefeitura Municipal de Caetité e a Secretaria Municipal de Educação é a responsável pela contratação, capacitação e formação continuada dos servidores que ali atuam. Além disso, é de responsabilidade da Prefeitura garantir o transporte, seja para os professores e estudantes, seja para a merenda escolar e as demandas referentes aos pequenos reparos e manutenção de ordem geral. Assim, as duas unidades de ensino estão autorizadas a ofertar as modalidades do Ensino Fundamental - Anos finais (6º ao 9º ano) nas modalidades regular e EJA, conforme resolução nº 283 - CEE⁴¹.

Todavia, segundo o PPP, a visão da unidade escolar é ser reconhecida como referência educacional que sempre aprimora as práticas educativas e inova as relações com a comunidade escolar. Para além disso, sua missão é oferecer uma educação pública de qualidade, que possa oportunizar a formação de cidadãos capazes de sonhar, criar, realizar e transformar com ética e

⁴¹ PARECER 283/2017 - PROCESSO CEE nº 59296-4/2017-Regularização de vida escolar.

responsabilidade, aos quais valorizem a tríade aluno/ família/ escola. Nesse contexto histórico, se insere o trabalho da equipe multidisciplinar composta pela gestão, coordenação e docentes, que desenvolvem “ações planejadas”, de forma a integrar os conhecimentos para a consolidação do previsto na Resolução CNE/CP Nº 011 de 17/06/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Não obstante, a Lei Complementar nº 10639/2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional devem incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dar outras providências. E, para além disso, a Lei nº 11.645/2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. (PPP, 2022).

Desse modo, desde 2022 as Escolas Municipais Professora Nunila Ivo Frota e Zelinda de Carvalho Teixeira contam com uma média de 34 professores efetivos, 12 desses, perfazem uma carga horária de 40h semanais. Somado a isso, constam ainda, para suprir as necessidades emergenciais das escolas, com alguns desses professores de 20 horas semanais, como contrato temporário de trabalho. Hodiernamente a média de números de matrículas é em torno de 814 alunos, atendendo um público de discentes oriundos de comunidades quilombolas, (08 comunidades certificadas) e outras não: Vargem do Sal, Pau Ferro, Veredas dos Cais, Olho D'água, Lagoa do Mato, Passagem de Areia, Malhada, Cangalha, Contendas e alunos com necessidades especiais.

Somado a isso, apresenta-se, ainda, uma faixa etária diversificada, visto o atendimento à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA I), clientela essa que difere das demais, por se referirem a trabalhadores com distorção de idade/série e que demandam um planejamento com metodologias também diferenciadas. Diante disso, os atendimentos educacionais especializados são feitos por uma equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação, composta por psicopedagoga e psicóloga, e, em casos extremos, os alunos são encaminhados para acompanhamento psiquiátrico, (com administração medicamentosa) pelo acompanhamento dos profissionais do CEEEC (Centro Estadual de Educação Especial de Caetité) e pelos profissionais do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), oferecidos em turno oposto ao do estudante. No entanto, eles podem ser acompanhados em seu turno de estudo, por intérpretes e cuidadores, apenas quando for necessário.

Diante desses fatos, destaca-se que a avaliação é um modelo padrão das normativas elaboradas pela rede federal e estadual. Dessa forma, o proposto pela Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), evidencia a chamada avaliação formativa (Capítulo II, Artigo 24, Inciso, item a: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais”). Nessa vertente, as escolas municipais Professora Nunila Ivo Frota e Zelinda de Carvalho utilizam a avaliação formativa no decorrer do ano letivo escolar.

De mesmo modo, o período de estudos de recuperação consta no Calendário Escolar do ano em curso. E o aluno, por sua vez, é aprovado por disciplina e por obter no mínimo 5,0 (cinco) pontos na prova de recuperação, sendo desprezado qualquer resultado obtido pelo aluno durante o ano letivo.

Foto 17 - Vista da Escola Nunila Ivo no plano central, e ao fundo construção do Colégio Zelinda



Fonte: Acervo pessoal da prof.^a Rita Malheiros, 2004

Foto 18 - Colégio Municipal Zelinda Carvalho



Fonte: Acervo pessoal da prof.^a Rita Malheiros, 2018

Outrossim, ao observar as fotos 16, 17 e 18 das sedes das unidades escolares em Maniaçu, percebe-se a evolução na construção de escolas mais amplas, com espaços atrativos para os alunos e participação das comunidades ao entorno.

TABELA 1- Referente ao número de matrículas em cada unidade escolar da Educação Básica no Distrito de Maniaçu de 2018 a 2022

ANO	ESCOLA MUNICIPAL MAURICIO GUMES – FUND. I	ESCOLA MUNICIPAL PROF. NUNILA IVO FROTA E ESCOLA MUNICIPAL ZELINDA C. TEIXEIRA -FUND. II E EJA I	COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PEDRO ATANÁSIO GARCIA- CECPAG/ ENSINO MEDIO E EJA VI/ VII
2018	531	260+667	327
2019	517	214+443	292
2020	491	248+453	304
2021	478	281+602	385
2022	443 ⁴²	244+568 ⁴³	381 ⁴⁴

⁴² Consulta ao livro de atas de matrículas da Escola Municipal Mauricio Gumes – Fundamental I / acesso a plataforma digital Bravo em 20/09/2022 na Secretaria de Educação Municipal de Caetité.

⁴³ Consulta ao livro de atas de matrículas das escolas municipais Nunila Ivo Frota e Zelinda C. Teixeira–fundamental II e EJA III/ acesso a plataforma digital Bravo em 27/09/2022 na Secretaria de Educação Municipal de Caetité.

⁴⁴ Consulta ao SGE- (Sistema de Gestão Educacional) e ao do Sigeduc- Ba (Sistema Integrado de Gestão de Educação – Ba) acesso a plataforma digital em 09/09/2022 – NTE 13/ Sertão Produtivo.

Sendo assim, percebe-se, pela tabela 1, que o número de matrículas em 5 anos variou nas unidades escolares municipais e no CECPAG, as quais obtiveram um acréscimo positivo, uma vez que a comunidade local começou a valorizar o trabalho desenvolvido pelo colégio próximo as residências. Assim, baseado nas relações entre a escola e a comunidade: do ponto de vista da escola, o envolvimento ou a participação dos pais na educação dos filhos e filhas significa atenção à comunicação escola-casa. Esse envolvimento pode ser espontâneo ou incentivado por políticas da escola ou do sistema de ensino. (CARVALHO, 2003, p. 4).

Diante do exposto, percebe-se que a relação escola - comunidade é bem menos interativa no que diz respeito ao acompanhamento de notas e/ou atividades, pois o contato dos pais com a escola, principalmente com os professores, é bem menos frequente, talvez por se tratar de colégio de ensino médio e haver muitos alunos maiores de idade, que já respondem por si, ou pela distância entre o local onde moram e a escola. Nessa seara, no que se refere a frequência e matrículas na rede estadual, se vê um aumento também por conta das políticas públicas baianas, como por exemplo: Bolsa Presença para os alunos matriculados e os pais cadastrados no NIS, o Mais Estudos e o Educa mais Bahia, que são políticas públicas de incentivo à monitoria e as oficinas remuneradas aos alunos da rede. Isso tudo tem colaborado no número menor de abandono e evasão escolar, e, também, reflete na questão da comunidade local, uma vez que o comércio é aquecido com a realização de compras pelos alunos monitores do Mais Estudos.

Dessa forma, partindo para o campo de estudos desta pesquisa, no que se refere ao Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG), versar-se-á sobre sua história, através da análise do PPP da instituição, versão de 2019. Sendo assim, o Colégio CEPAG foi instituído em fevereiro de 2004, e no dia 10 do corrente mês ocorreu a 1ª aula inaugural num prédio alugado, onde as salas eram improvisadas e muito próximas da rua, as quais não possuíam sistema de ventilação por isso, as portas ficavam abertas, o que afetou, consideravelmente, o trabalho, pois todos estavam sujeitos ao barulho e a movimentação de carros e pessoas.

Diante disso, a comunidade escolar viveu a expectativa da construção de um prédio próprio, embora um pouco descrente quanto ao prazo, uma vez que a promessa existia desde 2005 e somente em 2010, cinco anos após, é que se deu início à construção do prédio, com sua previsão para 2011, mas isso só ocorreu em 2012 com a entrega da sede. Essa funciona atualmente em local próprio. Sendo esta sede nova composta por 1 guarita com 1 banheiro, 08 salas de aula amplas e arejadas, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências biológicas, 01 biblioteca, 01 banheiro feminino e 01 masculino, com dois sanitários em cada um, e, também, contendo sanitários para portadores de necessidades especiais, 03 depósitos, 01

sala de vídeo, 01 cantina com área de serviço e banheiro, uma dispensa, 01 secretaria com arquivo, 01 sala de coordenação, 01 diretoria, 01 sala de professores, 01 vice direção e 02 banheiros para professores (M/F). Logo, tem-se atualmente um espaço externo amplo e agradável, e com ambientes extras como um quiosque e uma quadra poliesportiva sem cobertura.

Todavia, o Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia oferece as modalidades Ensino Médio Regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Tempo Formativo III (eixos VI e VII), com duração de 2 anos. Ademais, a escola funciona nos turnos vespertino e noturno, com duração de 5 horas aulas para o EM regular e 4 horas aulas pra a EJA.

FOTO 19 – Da entrada do CECPAG - Distrito de Maniaçu, Caetité-Ba



Fonte: acervo pessoal da prof.^a Rita Malheiros, 2019

Diante dessa ilustração acima, observa-se a descrição do espaço físico, e nota-se que o colégio CECPAG tem uma construção mais atual, diferenciada dos padrões municipais e que segue as normas de construção da rede estadual da Bahia. Desse modo, sobre a evolução educacional do CECPAG, isso será tratado no desenvolvimento da unidade escolar, através do PPP.

Outrossim, salienta-se, a princípio, que a busca pelo reconhecimento, enquanto uma referência de qualidade em educação, objetiva a formação para o exercício da cidadania e a qualificação básica para o acesso ao mercado de trabalho. Dessa maneira, segundo o PPP, a missão desta instituição educacional, CECPAG, é formar cidadãos conscientes, capazes de se reconhecerem como sujeitos ativos, críticos, participativos e atuantes em sua comunidade, utilizando dos conhecimentos para a sua formação humana, a ciência, a cultura e o trabalho.

Além disso, oferta-se, também, a inclusão do domínio das novas tecnologias adquiridas nessa unidade escolar em prol da melhoria da sociedade. Somado a esses fatores, o ensino no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia está pautado nos pressupostos da LDB e dos PCNs, visando a formação do cidadão participativo e crítico, capaz de transformar a realidade em que vive. Nesse molde, as regras de funcionamento e organização da escola estão contidas no Regimento Escolar, documento aprovado desde 2011 e que normatiza o andamento das atividades escolares deste Colégio. Assim, o regimento, junto ao PPP, dá corpo aos objetivos da instituição, respaldados nas leis superiores, neste caso, na LDB e demais Leis que tratam da Educação.

Acerca dessa lógica, quanto à avaliação no CECPAG, ela é baseada nas normativas de forma contínua, processual, qualitativa em detrimento da quantitativa, formativa e a recuperação para os alunos com déficit de aprendizagem. Nesse sentido, é aplicada uma avaliação paralela, bem como o conselho de classe, ao final de cada unidade letiva (3 unidades), buscando sanar as dificuldades de aprendizagens diagnosticadas. Dessa maneira, todos os estudantes que não obtiverem, ao longo do ano letivo, a pontuação mínima de 15 pontos, para a progressão de sua escolaridade, terão o direito as atividades avaliativas finais de recuperação. Logo, no final do ano letivo, se faz o conselho de classe seguindo os critérios estabelecidos pelo regimento escolar.

Com efeito, em agosto de 2020 o Colégio recebeu a nomenclatura do campo, agregando tal termo a sua sigla: Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia (CECPAG). Afinal, essa instituição atende uma clientela de área rural, da sede distrital e também de comunidades quilombolas, que são, em grande a maioria, localizadas ao entorno do distrito, em que, possivelmente, era reduto de negros fugidos de fazendas escravistas, que encontraram nas terras de Maniaçu um pouso seguro e de liberdade para seus costumes e modos de vida bem singulares, bem como as suas festividades, e são esses descendentes, hoje em dia, que recebemos como alunos (as) no Colégio onde vem sendo desenvolvido projetos escolares, com temáticas voltadas à realidade dos educandos, com faixas etárias entre 15 a 24 anos.

Nessa vertente, a fim de amenizar a ausência de diálogo entre as disciplinas e áreas do conhecimento e de trazer para o enfoque temas de interesse dos alunos, a escola sempre buscou desenvolver projetos de temáticas transversais como: prevenção ao uso de drogas, alimentação saudável, saúde do corpo humano, prevenção de ISTs e métodos anticoncepcionais, jogos, festas culturais, dia da consciência negra, natal solidário, aniversário da escola, feira de educação, oficinas de artes e músicas e gincana estudantil. De maneira análoga, Caldart (2009) aponta que:

Trata-se de enxergar a educação, afinal, como uma relação de sujeitos. A escola reconhece seus educandos e suas famílias como sujeitos. O movimento social e seus sujeitos também reconhecem seus educadores como sujeitos. E todos se veem como sujeitos de um movimento maior, que é o movimento da história o que exatamente pressiona cada um a assumir essa condição de sujeito. Nesta concepção está também a ideia de que são os seres humanos, as pessoas que fazem as transformações sociais, ainda que sempre condicionadas pelo formato material de relações sociais em que se inserem e que elas não determinam pessoalmente. (CALDART, 2009, p. 120).

Diante da fala de Caldart, elucida-se que a escola do campo visa a preservação das raízes identitárias dos sujeitos sociais que são atendidos por elas, e o seu alunado, por sua vez, deve se formar como cidadão ativo, crítico e participativo para depois atuar, tanto dentro quanto fora da escola, bem como esse indivíduo deve valorizar seus bens patrimoniais, materiais e imateriais.

Nesse viés, para ampliar a compreensão sobre os princípios que regem a Educação do campo, é necessário voltar no passado de lutas e resistências. À guisa de ilustração, em 23 de dezembro de 2008, a Lei 11.352 instituiu o Programa Estadual de apoio técnico-financeiro às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs); a Resolução CNE/CEB nº2 - de 28 de abril de 2008 - estabelece as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo. Já em 2010, os princípios da educação do campo foram sistematizados com o decreto nº 7.352, aos quais dispõem sobre a política de educação do campo e ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, ao que se refere:

Art. 2º: São princípios da educação do campo:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com os conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização

escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010, p. 1-2).

Nesse sentido, ao se analisar tal fragmento, percebe-se uma distribuição de como funciona a estrutura organizacional e pedagógica da educação do campo. Sendo ela norteadora para os estados e municípios, no que se refere ao trabalho nas escolas rurais que atendem uma clientela específica e que considera as possibilidades de diversificação dos espaços e tempos escolares, de maneira coerente com as características, necessidades e possibilidades das comunidades estudantis. Desse modo, dentre os princípios teóricos e metodológicos da modalidade, destacam-se, no que concerne a orientação nas ações das escolas como formação humana em todas as suas dimensões e como primazia do ato educativo, as seguintes atuações: o projeto de sociedade, de campo, de agricultura familiar e a promoção de uma leitura crítica.

Todavia, o princípio da educação do campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos desse meio, enquanto cidadãos do processo educacional, validando, assim, a sua própria identidade, cujo objetivo geral é definir as características da escola presentes no meio rural, cumprindo com suas necessidades e valorizando à cultura campestre em suas dimensões educativas. Dessa forma, para elucidar mais informações sobre o CECPAG, foram consultados livros e sites oficiais do município de Caetité e da rede estadual, no que se refere as matrículas e o Ideb da rede estadual, como consta o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Resultado do Ideb - CECPAG de 2019



Fonte: site do Ideb-BA, organizado as informações pelo CECPAG em 2019.

Decerto, diante desses dados analisados no gráfico, percebe-se um crescimento significativo nos índices de Desenvolvimento da Educação Básica dos alunos do CECPAG entre 2017 e 2019, ficando acima da média do estado da Bahia, referente as proficiências de Língua Portuguesa e Matemática. Contudo, a posteriori, na próxima seção será abordado o conceito de Educação patrimonial e sua aplicação em ações no CECPAG.

2.3 Ações educativas desenvolvidas no CECPAG, para o entendimento sobre educação patrimonial

Neste segmento, partindo para as ações das oficinas do mestrado, aplicadas diretamente no ambiente escolar, com um público entre 15 a 24 anos, alunos de áreas rurais e comunidades quilombolas que o CECPAG atende, a presente pesquisa baseou-se no conceito de Educação Patrimonial, como indica o IPHAN:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.⁴⁵

Desse modo, a definição conceitual de educação patrimonial se dá enquanto manifestações do desenvolvimento humano e suas culturas nas mais diversas formas, que devem ser preservadas através de práticas educativas, como um processo de envolvimento da escola com a comunidade. Assim, partindo desse pressuposto sobre o trabalho e as ações coletivas de reconhecimento de identidades, bem como da valorização das manifestações e preservação da cultura, é que foram aplicadas as oficinas com o público alvo do CECPAG, como forma de estimular a pesquisa, estudar e entender as histórias através de fotografias, análises de informações em livros e documentos oficiais e trechos das entrevistas, para que, assim, pudesse ser compreendida a valiosa colaboração da educação patrimonial em sua vida

⁴⁵ Conforme abordagem conceitual adotada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional) <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acessado em 02 de setembro de 2023.

sócio-histórica, como sujeitos da história e de sua comunidade, aprendendo com os agentes históricos no passado, além de fomentar a consciência de historicidades.

Todavia, elucida-se, neste momento, as impressões que foram obtidas ao desenvolver as ações do projeto em forma de questionários online e das duas oficinas aplicadas aos alunos e professores do CECPAG em 2022. Decerto, uma vez que a metodologia nesta pesquisa foi qualitativa, foram aplicados questionários aos alunos e professores, para obter algumas respostas sobre a história de Maniaçu, sendo isso considerado como conhecimento prévio destes agentes escolares, junto as suas memórias, além do registro tanto escrito quanto fotográfico, para, a partir disso, traçar estratégias metodológicas para a educação patrimonial. Ao todo foram 10 perguntas abertas, voltadas para instigar os estudantes sobre a história, a economia e a cultura do distrito, sendo esses alunos com a faixa etária de 15 a 24 anos e professores de outras áreas do conhecimento, que não fossem de Ciências Humanas, além da consulta aos funcionários do colégio para poder obter variadas respostas. Sendo assim, o questionário foi aplicado para uma parcela de alunos, professores e funcionários do colégio como amostra, apenas um recorte da realidade em meados da 2 quinzena de abril de 2022, distribuído em grupos de *WhatsApp* e acompanhados da explicação do projeto do mestrado. Nessa perspectiva, a seguir será apresentado algumas respostas dadas nos questionários virtuais pelos participantes. Sendo assim:

1- Vivenciamos o dia a dia, o tempo cronológico passando com muita rapidez, de repente se passaram 10 anos, 20 anos ou mais. E nos damos conta que a história está sendo reescrita a cada dia. Percebe-se, no entanto, a importância do registro escrito. Você como residente de um lugar, cria-se vínculos acredita nesse resguardar da memória oral no que se refere a escrita da história?
A memória oral, quando não registrada em papel, pode ser esquecida com o passar do tempo. Por isso, é muito importante o registro em documentos para que a vida da comunidade, sua história não seja esquecida, e as novas gerações tenha conhecimento das suas origens. (Nilzeli Brito, ex-aluna, 2022).

Diante disso, verifica-se a relevância da escrita para guardar as informações e elas não serem esquecidas. Além disso, compete destacar que essas respostas foram salvas no e-mail cadastrado da mestranda, e fez-se necessário o salvar dos relatos, para outras consultas, a posteriori, sendo isso de fundamental relevância para se ter a noção do quão é essencial esse organizar dos pensamentos e sua escrita. Nessa seara, no que compete a uma segunda ilustração das entrevistas:

2- A memória é um resguardar da tradição de um lugar, de um povo, de uma crença, seja ela colocada no papel ou via oral. Você considera essencial o

registro escrito para rememorar a história, fatos e acontecimentos da história local?

Sim. O registro é a forma de salvaguardar esse patrimônio. (Joice Brito, aluna 2022).

Sim. Esses registros são essenciais para não perdermos no tempo nenhum acontecimento histórico e para que próximas gerações possam ter acesso a história local. (Fernanda Oliveira, aluna 2022).

Todavia, em cada resposta dada no questionário, se tem a nítida certeza do entendimento dos alunos (as) enquanto a preservação da história, através do registro escrito para não se perder informação alguma. Para além disso, destaca-se o próximo registro:

3- A fotografia é um instrumento de análise da realidade, retratada num dado momento histórico, seja de um lugar, de uma família, de um acontecimento. Você compreende a importância de se fotografar esses momentos da história do Distrito de Maniaçu para uma possível análise nas áreas política, educacional e social?

Sim. A fotografia pode conter informações além das escritas no papel.

Apesar da fotografia ser um recorte, mesmo assim nos revela momentos único de um povo. (Nilzeli Brito, ex-aluna, 2022).

Fotografar os momentos não só festivos, mas sociais, culturais e políticos entre outros é uma maneira de eternizar. (Marina Oliveira, aluna 2022).

Decerto, a cada pergunta elaborada foi uma forma encontrada de instigar nos participantes esse sentimento de preservar as fotografias familiares e de eventos sociais ainda mais, para valorizar as tradições culturais do lugar. Nessa seara, no que concerne a próxima pergunta e relatos:

4- Você como morador (a) e/ou aluno (a) do CECPAG (Col. Est. Do Campo Pedro Atanásio Garcia) percebe a importância de se registrar esses patrimônios tanto material quanto imaterial em forma de um *E-book*, para salvaguardar essa memória coletiva ou individual?

Sim, pois será de grande importância para as gerações futuras. (Sirleide Rodrigues, professora 2022).

Sim. Estamos perdendo muito da nossa história nesses tempos de avançadas tecnologias. Tudo muito descartável e pouco se guarda da memória de um lugar, de um povo. (Fabiana Mafra, coordenadora 2022).

Ademais, as respostas elucidam as questões sobre a tecnologia e as fotografias digitais que, muitas das vezes, ficam na memória do celular, e que podem, também, não serem acessadas no cotidiano, levando ao esquecimento de parte da cultura e festividades locais, diferentemente das fotos impressas, em que muitas famílias guardam esses registros para contar suas histórias. Outrossim, elucidada-se o próximo fragmento:

5- Você em algum momento de sua vivência em comunidade ou trajetória escolar tenha percebido a singularidade de conversas (histórias contadas pelos mais velhos - saberes e fazeres) aprender com o passado, aperfeiçoar o presente e melhorar as relações no futuro. Como os conselhos ou histórias do passado podem nos ajudar ou auxiliar na preservação do patrimônio?

Os conselhos do passado estão diretamente vinculados com o que acontece no presente, e o primeiro passo para preservar nossa cultura é investir, acreditar e consumir a cultura local, o patrimônio é uma herança do passado e devemos ter isso em mente pra preservar tudo que foi produzido por gerações. (Adriana Souza, ex-aluna 2022).

Nos ajudam esclarecendo como as coisas funcionavam no passado para que possamos manter sempre vivas as tradições, preservando assim o patrimônio. (Ana Júlia Martins, ex-aluna 2022).

Esses relatos nos ajudam a entender melhor nosso passado e de certa forma nos ajudam compreender o nosso presente por isso é de suma importância a preservação dos patrimônios sejam eles materiais ou imateriais.

(Joseane dos Santos, ex-aluna 2022).

Diante dessa abordagem, as respostas mencionadas valorizam as narrativas que impulsionam o ritmo de muitas famílias na criação/ educação dos filhos e das gerações futuras, isso é de fundamental relevância para a permanência de valores morais e familiares, tanto nas comunidades quanto no distrito de Maniaçu.

6- Cada atividade ou sequência didática planejada tem metas, objetivos que se quer atingir. As metodologias servem para entender melhor o trabalho a ser executado. Como você vê ou analisa essa pesquisa voltada para a valorização da nossa memória coletiva, salvaguardar nosso patrimônio, que traz muito de nossa vivência?

Como um aspecto que engloba raízes culturais de uma sociedade e compreende sua importância com bens culturais. (Sirleide Rodrigues, professora 2022).

As atividades são planejadas e executadas para os devidos objetivos- fins e isso auxilia na preservação patrimonial, onde incentiva a educação patrimonial partindo da educação básica (Dilma Correia, professora 2022)

Relevante para a história de Maniaçu. Essa pesquisa, inicialmente, muito relevante e necessária, pois é um dever de cada um de nós preservarmos nossas tradições, culturas, identidade afinal é a partir delas que escrevemos nossa história desde nossa individualidade e/ou coletividade. (Nilzeli Brito, ex-aluna 2022).

Pesquisas como está são muito importantes para que a própria comunidade se valorize e que os estudantes conheçam a história da região onde vivem. (Marcos Fernandes, professor 2022).

Desse modo, as narrativas dos professores e alunas demonstram o quanto é de exacerbada relevância este projeto de Mestrado para a pesquisa dos bens patrimoniais de nossa região.

8- Como você analisa a questão da Educação Patrimonial, partindo ações/ atividades escolares (Feira de Ciências) do Cecipag para com a comunidade local e circunvizinha ao distrito?

É de grande importância pois a maioria das pessoas não conhecem as riquezas patrimoniais existentes na região e as feiras científicas dão oportunidade de conhecerem. (Joice Brito, ex-aluna 2022).

Momento de conhecimento e troca de saberes locais e científicos. (Marcos Fernandes, professor 2022).

Boa. Nos últimos anos o Cecipag vem buscando ainda mais a interação escola e comunidade. (Fabiana Mafra, coordenadora 2022).

Diante de tais recortes, nota-se, evidentemente, que cada resposta das perguntas, tanto por alunos e professores, quanto por funcionários do CECIPAG, trazem à tona a essencialidade que eles citam no resguardar e salvaguardar das informações, das fotografias, da participação em eventos locais e escolares para as futuras gerações, e que possam, desse modo, conhecer o momento histórico ao qual foi registrado, para que as raízes identitárias sejam conhecidas e valorizadas por todos.

10-Que sonhos você gostaria de ver realizados para a comunidade de Maniaçu?

Ter sua história contada em livros, sua memória preservada em arquivos digitais para futuras pesquisas acerca da história local. (Adriana Souza, ex-aluna 2022).

Educação integral do campo, ou seja, um campo de ensino e comunidade, que seja referência para o distrito e atraia pessoas até de outros lugares. O potencial que temos dá para fazer desde a educação infantil ao ensino superior. (Marcos Fernandes, professor 2022).

Gostaria que os patrimônios fossem mais valorizados pela população. (Cleriston Araújo, funcionário 2022).

Contudo, ao se analisar esse último fragmento destacado, percebe-se o anseio dessa preservação da história local e as informações para diminuir a deficiência no conhecimento sobre a história de Maniaçu, através da participação dos questionários virtuais. Essa participação, por sua vez, foi voluntária e essencial para direcionar as ações do projeto, visando as dificuldades de se compreender fatos e situações ligadas a memória coletiva e individual. Em que, desse modo, foi possível ter essas informações, sendo elas de grande valia para a pesquisa, pois muitos acreditam no fortalecimento da história oral como metodologia para se conhecer um pouco mais das narrativas do que nos livros que tais relatos não constam. Para além disso, partindo das respostas dos alunos, funcionários e professores do CECIPAG e seguindo para as entrevistas com as pessoas idosas sendo moradores do distrito e do município, ligadas a vida social – cultural, tive a oportunidade de conversar e ter muitas orientações, pois

eles ao terminarem as conversas gravadas, indicavam outros que, possivelmente, teriam mais informações relevantes para a pesquisa. Assim, eles foram extremamente receptivos, acolhedores e solícitos em todos os instantes.⁴⁶

Foto 20 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPAG, dia 25 de outubro de 2022



Fonte: acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2022

Ademais, relata-se a seguir mais um trecho sobre tal procedimento deste presente trabalho de pesquisa, voltado a oficina realizada:

*A fotografia é um instrumento de análise da realidade retratada num dado momento histórico seja de um lugar, de uma família, de um acontecimento. Você compreende a importância de se fotografar esses momentos da história do Distrito de Maniaçu para uma possível análise nas áreas política, educacional e social?

Sim, sem a escrita, sem a fotografia não saberíamos muito sobre a história de Maniaçu e diversos outros lugares, e a escrita, as fotografias já contribuiriam para esse objetivo. (Denúcia Duarte, aluna, 2022).

Ouvir a história de um lugar é legal, mas com fotos se torna mais incrível. A fotografia relembra a história e sentimentos, então as fotografias sobre o

⁴⁶ Pois durante as entrevistas fiquei insegura, por conta da disseminação ainda do vírus da Covid-19, pois estamos expostos a contaminação o tempo todo, e corremos o risco de levar essa contaminação aos entrevistados, são momentos incertos e inseguros na questão sanitária mundial. Mas mesmo com tanta insegurança, e tomando os cuidados de higiene. Pois durante as entrevistas fiquei insegura, por conta da disseminação ainda do vírus da Covid-19, pois estamos expostos a contaminação o tempo todo, e corremos o risco de levar essa contaminação aos entrevistados, são momentos incertos e inseguros na questão sanitária mundial. Mas mesmo com tanta insegurança e tomando os cuidados de higiene. Seguiremos para a análise das oficinas de Educação Patrimonial aplicadas à clientela do CECPAG em 2022.2, faremos uma abordagem nas respostas dos alunos referentes as oficinas aplicadas no CECPAG com uma clientela entre 15 a 24 anos, Educação Básica, em que as respostas sobre os devidos questionamentos acerca da temática central desta pesquisa, a e política do lugar são relevantes para o fortalecimento das raízes de identidade dos moradores e da classe estudantil no Distrito.

distrito de Maniaçu seria realmente legal e possível de análise. (Leticia Lima, aluna 2022).

Com base nessas respostas, no que concerne as participações das alunas em questão, como amostra das 2 oficinas de educação patrimonial, nota-se o quanto elas foram relevantes para a compreensão do termo e da história de Maniaçu, através de objetos, conceitos e fotografias. Desse modo, a seguir será apresentado outro fragmento referente a essa ação:

*Vivenciamos o dia a dia, o tempo cronológico passando com muita rapidez, de repente se passaram 10 anos, 20 anos ou mais. E nos damos conta que a história está sendo reescrita a cada dia. Percebe-se, no entanto, a importância do registro escrito. Você como residente de um lugar, cria-se vínculos acredita nesse resguardar da memória oral no que se refere a escrita da história?

Ouvir ou ler as nossas histórias nos faz tomar um sentimento de pertencimento, o qual nos faz querer cuidar e repassar o que ouvimos, preservando e não deixando a ser esquecida. (Larissa Lima, aluna 2022).

Sim, é muito importante pois, resgata nossa cultura e valoriza nosso lugar. (Raquel Moreira, aluna 2022).

Além desses fatos, durante as oficinas foram aplicadas questionários impressos, os quais fazem parte das questões e estão sendo expostas neste capítulo, com a finalidade de se ter respostas mais organizadas em seus fundamentos, em que foi possível verificar o discernimento dos alunos, seus conceitos sobre memória, preservação dos patrimônios, reconstrução de fatos históricos e os sujeitos a partir de suas falas e respostas escritas. Desse modo, no que concerne a mais um fragmento dessas questões:

*Cada atividade ou sequência didática planejada tem metas, objetivos que se quer atingir. As metodologias servem para entender melhor o trabalho a ser executado. Como você vê ou analisa essa pesquisa voltada para a valorização da nossa memória coletiva, salvaguardar nosso patrimônio, que traz muito de nossa vivência?

Eu vejo como muito importante, porque muita gente vive no local ou próximo e não conhece a história da fundação do local, tipo eu, moro próximo de Maniaçu, mas eu não fazia a mínima ideia desse nome e da história desse lugar, mas graças a oficina da professora Rita eu aprendi muito sobre Maniaçu. (Luciano Bonfim, aluno 2022).

Em suma, após as oficinas com os discentes, abordando explicações sobre a história, economia, desenvolvimento social, política e educação, percebe-se o entusiasmo em saber e aprender sobre a história nacional, da Bahia e do lugar “Maniaçu”. Somado a isso, ao ler as

respostas nos questionários impressos que eles entregaram ao final das oficinas, e confrontando com cada resposta dada oralmente durante as 8 horas de oficinas em 2 dias alternados, tínhamos um conteúdo fragmentado e com pouca fundamentação histórica local, mas, depois das explicações sobre as descobertas de informações em documentos oficiais, entrevistas e elaboração de slides, eles puderam compreender melhor a história local. Isso é muito gratificante, diante da averiguação da potencialidade das narrativas que tanto chamam a atenção dos educandos das séries do 2º e 3º ano da Educação Básica, Ensino Médio Regular.

Foto 21 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPAG, dia 25 de outubro de 2022



Fonte: acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2022

Consideravelmente, durante as oficinas em outubro de 2022, a sala foi organizada e decorada através do tema da educação patrimonial – “História de Maniaçu” – por meio de objetos emprestados pelos alunos, professores e moradores, com fotografias de lugares, prédios, casas, pessoas e eventos, no intuito de auxiliar os alunos na compreensão da importância de se preservar a memória e história do Distrito. À guisa de ilustração, como é possível observar nas fotografias 21 a 24.

Foto 22 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPAG, dia 26 de outubro de 2022



Fonte: acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2022

Foto 23 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPAG, dia 26 de outubro de 2022



Fonte: acervo da prof.^a Rita Malheiros, 2022

Foto 24 - Oficina da Educação Patrimonial aplicada aos alunos do 2º e 3º ano Ensino Médio Regular no CECPAG, dia 26 de outubro de 2022



Fonte: acervo da prof. Rita Malheiros, 2022

Evidencia-se, portanto, que as fotos 20, 21, 22, 23 e 24 apresentam uma sala temática, montada para a oficina da educação patrimonial no CECPAG em outubro de 2022, contendo uma exposição de fotografias de locais do distrito, alguns objetos referentes a cozinha de uso pessoal e referentes ao trabalho rural, tudo isso para estimular ainda mais o interesse dos alunos pela história e memória local. Ademais, estes materiais foram emprestados por moradores, professores e alunos das comunidades rurais e do distrito de Maniaçu. Além disso, a sala também continha uma exposição em *banners* sobre sítio arqueológico do território Sertão Produtivo, em que após a aplicação das oficinas sobre Maniaçu, seria trabalhado os patrimônios materiais e imateriais de nosso território, com a clientela dos alunos do 1 ano do Ensino Médio Regular.

Contudo, este capítulo, em especial, referiu-se à evolução dos níveis educacionais no distrito de Maniaçu, em que foram retratadas inúmeras histórias dos projetos, apresentações de fotografias, às respostas dos questionários e da participação das oficinas pelos alunos e professores do CECPAG. De mesmo modo, a análise dos PPPs de cada unidade escolar nos trouxe uma visão mais abrangente no que se refere a missão, visão e grade curricular da educação básica e sua evolução ao longo desses anos, e nos faz compreender como cada projeto é reestruturado para a realidade local, a qual enfatiza a cultura e as memórias dos descendentes da classe estudantil. No entanto, no próximo capítulo apresentar-se-á as tradições culturais que se tornaram marcas nas lembranças memoráveis dos moradores.

CAPÍTULO 3- MANIAÇU – LUGAR DE MEMÓRIAS E TRADIÇÕES

“Quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter- por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais – elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória”. (HALBWACHS, 1925, p. 26).

Neste terceiro capítulo serão apresentadas as informações adquiridas nos estudos e nas pesquisas em recortes de jornais da sede do município de Caetité, em que foi possível notar a temporalidade entre 1919 a 1960, em documentos oficiais da Igreja Católica Senhora Santana - Diocese de Caetité, através das datas de registros de casamentos, batizados e entrevistas com moradores do distrito. Sendo assim, em relação a esse foi feito um breve esboço sobre as festas tradicionais, tanto religiosas quanto populares que, segundo os relatos das narrativas orais, movimentavam o lugar, a cultura e o comércio, dinamizando a vida dos moradores e visitantes de Maniaçu, sendo aguardadas por muitos e trazendo, então, essas notícias para o desenvolver das oficinas no CECPAG.

Dessa maneira, no que se refere as festas, culturas, tradições e memórias, é essencial abordar, antes de mais nada, os conceitos de patrimônios tanto materiais quanto imateriais. Nesse sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aborda os seguintes conceitos sobre patrimônio material e imaterial

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.⁴⁷

⁴⁷ Conforme abordagem conceitual adotada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional) <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. acessado em 02 de setembro de 2023.

Nessa perspectiva, ao analisar os referidos conceitos indicados pelo IPHAN, tal definição sobre patrimônio se faz necessária e urgente enquanto a conscientização da sociedade na preservação dos seus bens culturais, na percepção de que é absolutamente necessário preservar a diversidade no âmbito dos saberes e fazeres, das celebrações, das festas, das danças e músicas, que formam o patrimônio dos grupos sociais específicos e que integram a plural sociedade brasileira. Partindo desse pressuposto, no que diz respeito ao ato de preservar as celebrações, foram ouvidas nas entrevistas dos moradores, singularidades a respeito de cada comemoração, o que lhes chamou a atenção e o que ficou guardado na memória, na mistura do sagrado com o universo escolar.

3.1 Das tradições religiosas às memórias coletivas

Inicialmente, evidencia-se um breve relato das comemorações dos padroeiros São Pedro, em junho, e Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, com seus festejos e as atividades escolares. Dessa forma, no início das pesquisas entre 1926 a 1970, em livros da Diocese, foi constatado que não havia uma data exata para a realização, sendo isso justificado pela distância e falta de padres o suficiente, logo, não se seguia um cronograma mensal, pois os moradores não tiveram uma resposta acerca da escolha dos padroeiros, somente em uma das narrativas é que indicaram que o padroeiro Pedro, foi por conta do doador da terra e ampliação da Igreja Pedro Athanásio Garcia.

Somado a isso, na fala do Sr. Almiro Almeida:

[...] eu lembro bem de uma quando Américo Frota foi festeiro. Fez todo tipo de brincadeira na festa. Foi pau de sebo, tirada de argolinha, quebrada de pote tanta coisa que ele fez. até o mastro ele fez diferente com uma casinha e foguete soltou em quantidade. (Almiro Almeida⁴⁸, morador, entrevista concedida a autora em 2022).

De encontro a isso, a senhora Maria Silvia Frota traz em suas lembranças algo mais familiar e pessoal relacionado aos festejos religiosos:

⁴⁸ Almiro de Almeida, 75 anos, profissão lavrador aposentado, mas no passado foi fotógrafo de muitas celebrações no Distrito e nas regiões vizinhas. Entrevista concedida em agosto de 2022.

[...] então, já tive e já fui festeira da festa de Imaculada Conceição quando podia ter dois padroeiros, hoje não pode mais é só São Pedro. Eu já cheguei até receber a bandeira a missa no diz assim a festa porque dezembro de primeira chovia bastante o dia da Imaculada é 8 de dezembro e nem sempre poderia ser nesse dia. Inclusive minha mãe já faleceu e a festa aqui foi em fevereiro né. Então já ajudei nas novenas até hoje assim preparar os desfiles, as roupinhas de anjo os vestidos das crianças eu e Nenzinha. (Maria Silvia Frota⁴⁹, moradora e técnica em enfermagem aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

Diante desses trechos, nota-se que durante as narrativas não se teve uma indicação de quando começou as celebrações à Imaculada Conceição, mas em registros oficiais da Igreja Católica Senhora Santana, traz essa temporalidade a partir de 1963. No entanto, desde o início do Século XXI cogitou-se essa mudança no catolicismo, de ter o São Pedro como padroeiro e a Imaculada Conceição como celebração anual em dezembro, e assim permanece até os dias atuais.

Para além disso, a senhora Ilma Frota também teceu comentários acerca das comemorações escolares, como se vê a seguir:

Minha família é toda de Maniaçu. Nasci em Maniaçu e residir lá até meus dez anos e vir para Caetité. Mas minha infância mesmo foi em Maniaçu e essa a gente não esquece. Brinquei muito e tive uma professora excelente que é Nunila Ivo Frota era muito dinâmica e naquela época a gente fazia teatro e participava de teatro e de desfile de Sete de Setembro e jogos recreativos com fardinhas me lembro que tinha um vermelho para desfilar nos jogos e foi muito boa a minha infância e muitas brincadeiras de rodas essas brincadeiras tradicionais. (Ilma Frota⁵⁰, moradora em Caetité e professora aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

De maneira semelhante, as informações do fragmento acima são interessantes, pois trazem momentos relevantes na memória da entrevistada, levando-a a relembrar fatos de sua época na infância e da escola. Logo, ainda nessa seara, ela complementa:

[...] não me chamou atenção essa parte política não. Não me chamou atenção nessa fase de infância sabe. A parte religiosa sim, as festas eram muito bonitas aos olhos de criança aquilo era uma beleza festa que era como você disse em São Pedro, e em dezembro Nossa Senhora. Mas eu diretamente nunca

⁴⁹ Maria Sílvia Frota, 74 anos, técnica em enfermagem aposentada. Entrevista concedida em agosto de 2022.

⁵⁰ Ilma Pessoa Frota Gumes. Nascida em 15 de maio de 1941 e professora aposentada. Entrevista concedida em agosto de 2022.

participei como me vestir de anjo dessas coisas de procissão já fiz minha primeira comunhão só. (Ilma Frota⁵¹, moradora em Caetité e professora aposentada, entrevista concedida a autora em 2022).

Ademais, as comemorações escolares foram memórias marcantes durante as narrativas orais dos moradores, pois associava-se os desfiles cívicos e a participação em festejos religiosos católicos, uma mistura entre o sagrado e o popular, com o intuito de fortalecer os vínculos do catolicismo com as instituições escolares presentes no distrito.

Nas lembranças de Luizete Frota,

[...] não. Antes o alto era mais bonito todo cheio de lugares assim. Espaços para os santos era tudo bonitinho. Lembro até da cor era verde cana todo trabalhado de amarelo assim sabe. Era muito bonito depois tiraram desmancharam o alto e fizeram aquilo né. Então participei fiz minha primeira comunhão vesti de anjo. Minha mãe tinha as asas até isso ela fazia até pouco tinha lá. Se está em saco imenso as asas dos anjos que ela vestia todo mundo tinha uns que era da escola os anjos para procissão era da escola de minha mãe entendeu eu vestia de anjo, Dezinha já vestiu de anjo se não me engano. None lembro de uma pessoa ali o pessoal do Cangalha ali da redondeza aquele povo ali de João, Damião de dona Jovina que moravam ali no Carambola parece que eram alunos de minha mãe então era assim sabe era quem vestia de anjo. E era isso que eu me lembro também era isso, eles foram festeiros meu pai e minha mãe. Se foi uma ou se foi duas. Me lembro também de uma festa minha mãe discursando na porta da igreja só que o discurso não era de improviso ela pegava a folha assim e dividia para ficar mais fácil de manusear e fazia aquele discurso ali me lembro na frente da igreja lendo aquilo dali passando as folhas assim e lendo. Não me pergunte o assunto que não me lembro se era referente a festa eu não sei só sei que ela fazia só me lembro de um discurso fazendo. (Luizete Frota⁵², moradora em Caetité, entrevista concedida a autora em 2022).

Essas memórias são carregadas de significados afetivos, pois elas trazem há um tempo o que não deve ser esquecido, despertando e aprimorando os sentimentos de pertencimento a algo ou a algum lugar muito particular e/ou coletivo da cultura. Nesse segmento, é justamente neste debruçar sobre os objetos e na análise de fotografias que os indivíduos se aproximam dos patrimônios, a partir da ativação das suas referidas memórias e das emoções, numa relação de afetividade entre pessoas, coisas e lugares. Sendo dessa maneira, à guisa de ilustração:

⁵¹ Ilma Pessoa Frota Gumes, professora aposentada. Entrevista concedida em agosto de 2022.

⁵² Luizete do Carmo de Frota Silva (filha de Trasíbulo e Nunila Frota) Entrevista concedida em março de 2022.

Foto 25 - Desfile Cívico (alunos e professores) pelas ruas do Distrito de Maniaçu - década de 1970



Fonte: Foto cedida pela moradora Dilma Pessoa ao acervo da autora - julho de 2022

Foto 26 - Desfile Cívico (alunos e professores) pelas ruas do Distrito de Maniaçu- década de 1980



Fonte: Foto cedida pela moradora Dilma Pessoa ao acervo da autora - julho de 2022

No que concerne a esses registros, os desfiles eram realizados pelas professoras e alunos, saindo as ruas do distrito, como evidenciado nas fotografias 25 e 26, e eles deixavam a população com o espírito aguçado com os quadros cívicos da História do Brasil. Contudo, nesses desfiles, nas décadas de 1970 e 1980, era vivenciada a Ditadura no país, que controlava o que era lecionado nas escolas públicas, que trabalhavam temáticas sobre o patriotismo, a

cultura local e a valorização da educação, da participação direta das unidades escolares na vida social e cultural e dinamizando o crescimento e desenvolvimento do lugar, e isso só vem sendo revelado nas narrativas dos moradores, como relembra a senhora Ordélia Araújo

[...] sim. Só que vou contar um fato quando eu estudava lá para os anos de 80 ou 84 eu me lembro dos desfiles bem pequeno bem simples porque naquele tempo só tinha fundamental I e nem fala fundamental I porque era multisseriado. Lembro de um desfile que a professora Maria do Prado e dona Maria de Lurdes que foi minha professora do quarto ano que naquele ano era quarta série dona Maria de Lourdes deixava eu ver quem mais gente. Dona Zelinda várias professoras faziam esses desfiles mais era só o desfile de 7 de setembro ele era um desfile pequeno mais que contava a história do Brasil não conta a história do distrito porque a gente estudava a história do Brasil. (Ordélia Araújo⁵³, moradora, entrevista concedida a autora em 2022).

Nesse relato salienta-se a fala emotiva da entrevistada, no que diz respeito as lembranças dos eventos escolares e cívicos pelas ruas do distrito, pois é notável o seu encantamento por cada quadro apresentado pelos alunos e professores.

3.2 Cronologia que nos revelam momentos singulares na história cultural do Distrito

Outrossim, dando continuidade às pesquisas, descobertas, elaboração de tabelas e via informações extraídas nos Livros Oficiais da Diocese de Caetité, foi possível averiguar situações contadas pelo olhar do vigário Luís Pinto Bastos⁵⁴, da época, em relação a cultura e hábitos populares no distrito. Esses Livros apresentam um cotidiano que simbolizava outras tantas realidades da região e, quem sabe, do país, como a participação popular, o envolvimento de pessoas ligadas a questão religiosa e educacional, através dos registros eclesiásticos. Em síntese, a cada dia, semanas e meses de pesquisa em 2022 no Centro Paroquial de Caetité, manuseando os livros de casamentos, batizados e cerimônias religiosas, tive a oportunidade de

⁵³ Ordélia Oliveira de Araújo, moradora 51 anos. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2022.

⁵⁴ Luis Pinto Bastos, fora encontrado informações nos registros dos livros: tombo, tabelionato de notas, batizados e casamentos da Diocese de Caetité, como vigário, cônego e Bispo de 1912 a 1945. Oriundo de Parateca, município de Carinhanha- Bahia, e com estudos no Seminário de Santa Teresa em Salvador, Monsenhor Luís Pinto Bastos atuou tanto na religião quanto na política em Caetité. Exerceu o sacerdócio em Caetité, durante 37 anos (de 1908 a 1945). Além de religioso, era, também, político, foi Intendente (prefeito) por nove meses (de agosto de 1919 a maio de 1920). Organizou a filarmônica “Lira Caetiteense”, articulou a criação do Colégio (Instituto) São Luís Gonzaga, mantido por jesuítas, em 1912; influenciou, ainda, a implantação da Diocese. E, como intendente, inaugurou o sistema de água encanada. Após a seu falecimento em 31/03/1945, sua residência transformou-se em Casa Paroquial. (MENDES, 1996, p. 37-38).

conversar com as secretárias Sônia e Nilta que me auxiliaram nas buscas por informações sobre Maniaçu. Tais momentos foram ímpares para a vida de uma pesquisadora/historiadora, pois a ajuda sempre é muito bem-vinda e pontual. Todavia, através dessas buscas elaboramos as tabelas abaixo para facilitar o entendimento das datas, comemorações e pessoas diretamente citadas nos fatos históricos.

Tabela 2 - Casamentos no Junco Grande/ Maniaçu. Recorte temporal de 1921 a 1970, pesquisa realizada entre os meses de abril e maio de 2022, na Paróquia de Caetité

ANO	LIVRO N°	PÁGINA (S)	VIGÁRIO	OBSERVAÇÃO
1919	--	41	Mons. Luis Pinto Bastos	22/10/1919
1921	--	323 A 324	Mons. Luis Pinto Bastos	02/07/1921 Jovelino Monteiro de Souza com Anna Maria de Jesus Testemunhas: Leolino José da Silva, José Sebastião dos Santos e Anna Rosa de Jesus. 02/07/1921 Manoel Raymundo da Silva com Virgolina Clara de Jesus Testemunhas: Casemiro Antônio dos Santos, Enerio Joaquim de Almeida e Afra de Souza Neves.
1923	--	208	Mons. Luis Pinto Bastos	07/12/1923 Casamento de Camillo Rodrigues Santiago com Josepha Ritta Barbosa. Testemunhas: Pedro Athanázio Garcia, Sebastião Vasconcellos Bitencourt e Antônia Nascimento.
1925	--	269	Mons. Luis Pinto Bastos	29/07/1925 Bellarmino Pereira de Souza com Maria Candida de Jesus Testemunhas: Pompeu Fernandes da Cunha, Deolino Alves Pereira.
1926	--	469 E 471	Mons. Luis Pinto Bastos	07/12/1926 Martinho Francisco de Oliveira com Carlota Maria de Jesus. Testemunhas: Virgílio Antônio de Oliveira, Enydio Jose de Oliveira. 08/12/1926 Aristides Fernandes Baptista com Anna Maria da Frota. Testemunhas: Miguel José da Silva, João Pereira dos Santos
1927	--	14	Mons. Luis Pinto Bastos	24/02/1927 --- 31/07/1927
1928	--	63	Mons. Luis Pinto Bastos	31/07/1928
1929	--	--	Mons. Luis Pinto Bastos	15/12/1929
1930	--	--	--	Não há registros nos livros

1937*	--	112	Mons. Luis Pinto Bastos	19/01/1937 Casamento de Trasibulo Antunes Frota com Nunilla da Silva Ivo- Testemunhas: Ovidio Antunes Teixeira e Manoel Gomes de Azevedo- Catedral Senhora Santana- Caetité
1946	--	--	Mons. Osvaldo Magalhães	29/07/1946
1947	--	--	Mons. Osvaldo Magalhães	13/07/1947
1948	--	53	Mons. Osvaldo Magalhães	25/04/1948 Casamento de Manoel Marçal da Costa com Deolina Maria de Jesus
1949	--	--	Mons. Osvaldo Magalhães	30/01/1949
1950	--	--	--	Não há registro nos livros
1961	3	43	Mons. Osvaldo Magalhães	Dados fornecidos ao serviço de estatísticas
1962	3	94	Mons. Osvaldo Magalhães	Dados fornecidos ao serviço de estatísticas
1964 a 1970	--	--	--	

Dados pesquisados nos livros de casamento/ matrimônios da Diocese de Caetité- maio de 2022.
Centro Paroquial

Tabela 3 - Batizados no Junco Grande/ Maniaçu. Recorte temporal de 1925 a 1970, pesquisa realizada entre os meses de abril e maio de 2022, na Paróquia de Caetité

ANO	LIVRO N�	PÁGINA (S)	NÚMEROS	VIGÁRIO/ BISPO	OBSERVA�O
1928	--	--	--	--	Não há registro nos livros
1929	2	75 a 83	49	Mons. Luis Pinto Bastos	07/07/1929
1929	2	140 a 141	58	Mons. Luis Pinto Bastos	15/12/1929
1930	--	57 a 65	47	Mons. Luis Pinto Bastos	13/07/1930
1930	--	108 a 112	53	Mons. Luis Pinto Bastos	21/12/1930
1940	--	--		--	
1950	--	--		--	
1961	3	43	70 (meninas) 78 (meninos)	Bispo José Pedro Costa	01/02/1961 Dados fornecidos ao serviço de estatística

1962	3	94	91 (meninas) 80 (meninos)	Bispo José Pedro Costa	15/07/1962 Dados fornecidos ao serviço de estatística
1963	--	24 a 28	39	Mons Osvaldo Magalhães	08/02/1963
1963	--	79 a 83	44	Mons. Osvaldo Magalhaes	16/07/1963 Allan Roberto, filho de Almir Xavier Malheiros e Solange Carvalho Lemos Malheiros; padrinhos: Benjamin x. Malheiros e Anatalia Marques Malheiros
1964	--	159 a 162	24	Mons. Osvaldo Magalhães	02/03/1964
1968	--	80 a 82	36	Mons. Osvaldo Magalhaes	30/07/1968 Comunidades- Pinga, Morros, Cercado, Jacaré, Vereda dos Cais
1969	--	87	65	Mons. Osvaldo Magalhaes	24/05/1969
1970	--	184 a 186	29	Mons. Osvaldo Magalhaes	01/03/1970

Dados pesquisados nos livros de batizados da Diocese de Caetité- abril de 2022. Centro Paroquial

Diante disso, os dados das tabelas 2 e 3 são pertinentes, no que se refere as datas de casamentos e batizados. Uma vez que isso não era algo regular, seguindo, assim, as datas de Santos Padroeiros, mas quando havia a disponibilidade de pároco na igreja para essas celebrações e deslocamento da sede para o Junco Grande, se levava os moradores e as comunidades vizinhas a aguardarem uma data marcada pela Diocese para a celebração coletiva. Por isso, muitos, no mesmo dia, e em casos em particulares o bispo, fizeram algumas anotações no rodapé do livro, o que lhe chamou a atenção durante as comemorações. Ademais, à época de grande efervescência política no Brasil, passava-se pelo período do Governo Vargas, os políticos de vários estados concorriam a presidência da República, e, com a chegada da Ditadura Militar, muito se era imposto ao que poderia ser discutido nas escolas do país, como as disciplinas ligadas ao moralismo enraizado pelo controle do Exército. Nessa situação

Tabela 4 - Datas comemorativas religiosas no Junco Grande/ Maniaçu. Recorte temporal de 1928 a 1972, pesquisa realizada entre os meses de junho a setembro de 2022, na Paróquia de Caetité

ANO	LIVRO Nº	PÁGINA (S)	VIGÁRIO/ BISPO	OBSERVAÇÃO
1928 a 1950	--	--	--	Não há registros nos livros
1962	3	64	Bispo Dom José Pedro Costa	15/07/1962 Festa de São Pedro- houve bastante gente
1963	3	101	Mons Osvaldo Magalhães	08/02/1963 Festa anual de Nossa Senhora da Conceição; chovia muito impedindo o comparecimento do povo. A missa – batizados- casamentos e comunhão.
1963	3	174	Mons. Osvaldo Magalhaes	19/04/1963 Marcha pela família em Maniaçu, recepcionou o vigario da paróquia na estrada uma grande multidão; falaram Sr. Trasibulo Frota
1964	3	180	Mons. Osvaldo Magalhães	05 A 06/07/1964 Entrega de bandeira Sr. Américo Frota e considero a melhor festa que o Junco já fêz, de parabéns o procurador Almir Xavier Malheiros. Todos os atos foram abrilhantados pela banda de Tanque Novo. Movimento espiritual. Comunhões 272/ 15 primeira comunhão/ casamentos/ batizados. Na véspera foi inaugurado o confeccionário adquirido pela Legião de Maria.
1965	3	214	Mons. Osvaldo Magalhães	12/07/1965 Festa do Glorioso São Pedro, sendo o procurador Américo Frota
1967	2	34	Mons. Osvaldo Magalhães	18/06/1967 Recebimento da imagem de São Pedro para a capela de Maniaçu; participação de prof. Nunila Ivo Frota

1967	2	42	Mons. Osvaldo Magalhães	31/12/1967 Missa em Maniaçu foi celebrada a festa de Nossa Senhora da Conceição; muita chuva durante a festa.
91969	2	57	Frei Isaías	17/05/1969 Missa na capela em Maniaçu, abertura da Santa Missa.
1970			Mons. Osvaldo Magalhães Bispo da Diocese Dom José Pedro Costa	01/03/1970 Celebrei em Maniaçu a missa da quaresma, muita gente, muito respeito com participação nos cantigos, e sobretudo nos da campanha da fraternidade.
1972	3	94	Mons. Osvaldo Magalhães	05/06/1972 Missa em Maniaçu com o Mons. Osvaldo
1972	3	95	Mons. Osvaldo Magalhães	Celebra a missa de São Pedro, muita gente e bôa, mas fraca, abrilhanta a festa a banda de Tanque Novo. o casal José Guimarães Lédo e Ana Frota Ledo- espiritualmente as reuniões são formidáveis.

Dados pesquisados nos livros Tombo da Diocese de Caetité- setembro de 2022. Centro Paroquial

Nesse segmento, após meses de leituras e pesquisas no Centro Paroquial em Caetité, foram anexadas as informações encontradas nos livros de registros oficiais, como mostra a tabela 4, e fica bem em evidência as anotações referentes aos dias religiosos festivos em Maniaçu. E, além disso, há a quantidade de pessoas para serem batizadas, os números de casamentos, de comunhão e observações acerca do decorrer da festividade, os quais trazem um pouco da realidade local e do povo que vinha de comunidades vizinhas ao distrito, pois não se trata somente de informações religiosas e, sim, da vivência naquele período histórico, ao qual ficou registrado.

De mesmo modo, seguindo sobre as manifestações culturais do Distrito, passaremos para um tempo mais próximo de nossa realidade, a famosa Corrida de Cavalos junto com a Festa da Mandioca, que se tornou uma tradicional comemoração anual para o Distrito. Assim, para mencionar a Festa da Mandioca, é necessária retomar um pouco na história. Dessa forma, segundo Santos e Moreira (2010):

[...] em 1986 os moradores do distrito de Maniaçu e povoado circunvizinhos criaram a associação, AMA – Agricultores de Maniaçu Associados. A associação é juridicamente constituída e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento da produção agrícola local através de assistência

ao produtor rural. A associação possui duas unidades de trabalho, a padaria comunitária arrendada a um sócio, e a casa de farinha. É neste espaço que, principalmente nos meses de junho a setembro, segundo dados fornecidos pelos agricultores, que se registra a maior produção de farinha e de seus derivados. Ainda de acordo com as autoras, apesar da redução da produção de farinha em Maniaçu, está não tem deixado de ser um produto significativo para a sua população, assim desde 1995, buscando revigorar e valorizar a cultura da mandioca é realizado anualmente no distrito a Festa da Mandioca, onde são apresentados produtos derivados da mandioca como beijus, bolos, tapioca, entre outros. Além disso, é realizado o concurso da maior raiz de mandioca, chegando a ser apresentadas raízes de até 15 metros e posteriormente, faz-se um desfile pelas ruas do distrito representando o cotidiano dos agricultores de mandioca. (SANTOS e MOREIRA, 2010, p. 20).

FOTO 27 - Festa da Mandioca 2017 no Distrito de Maniaçu



Fonte: Fotografia do acervo da professora Rita Malheiros, em 2017.

Essas ilustrações se referem a corrida de Cavalos, como configurado na foto 27, festa essa que vem se desenvolvendo desde 1996, com um grupo de amigos que organizaram uma competição de corrida de cavalos, e em 2006 teve alterações nos quadros do evento. Deste modo, já em 2010, acrescentou-se a Festa da Mandioca para incentivar e valorizar a cultura local, dando visibilidade a produção de derivados da mandioca. Essa comemoração, por sua vez, é um encontro da cultura e tradição local, com a participação ativa das unidades escolares do distrito nos dias festivos, movimentando a economia local e as comunidades circunvizinhas. Nessa perspectiva, como cita em sua narrativa a moradora Ordélia Araújo:

[...] nos dias de hoje atuais eu acho muito bonito o desfile da festa da mandioca porque é um trabalho muito ardor conseguir colocar um desfile daquele tamanho em andamento. Eu acho lindo não gostando tanto da festa da mandioca mais aquele desfile é maravilhoso porque a criatividade dos professores de estar colocando temas de estar contando um pouco da história aí vem o professor do Juazeiro e de todas as zonas rurais e engloba porque Maniaçu não é só aqui dentro ele expande na zona rural porque a pessoa

pertence aqui então é muito louvável. É muito bom eu acho muito lindo o trabalho com relação ao Cecipag eu agradeço muito, a minha filha formou no Cecipag ela fez faculdade graças ao ensino de Maniaçu desde da base que começou lá no fundamental I e hoje ela tem graduação e está fazendo pós-graduação saindo dentro do distrito e muitos não dão valor as escolas. Eu agradeço ao Cecipag. (Ordélia Araújo⁵⁵, moradora, entrevista concedida a autora em 2022).

Ainda por cima, em cada entrevista, movimentando a história oral aplicadas à 12 pessoas, entre 60 a 80 anos, sendo esses moradores de Maniaçu ou que já moraram no distrito, para que se pudesse abstrair o máximo das narrativas, e convergir as informações, fatos, curiosidades e lembranças, para se chegar a um resgate da memória que partisse do individual ao coletivo. Em seguida, as perguntas do roteiro foram elaboradas para não deixar o entrevistado sem uma compreensão plausível. Nessa situação, as entrevistas foram agendadas com antecedência e, no mínimo, duas entrevistas a cada 15 dias, intercalando a ida ao distrito de Maniaçu, com as outras pessoas que residem em Caetité na atualidade.

Desse modo, destaca-se que foram momentos muito significativos para mim, como pesquisadora-historiadora e como pessoa que trabalha no CECIPAG, e que já residiu nesse distrito na infância, uma vez que sou de descendência de moradores do lugar. Isso tudo facilitou o contato pessoal com os entrevistados (as) que se sentiram seguros (as), conversamos por um tempo longo sobre as pesquisas e os possíveis resultados do produto final deste trabalho, o *E-book*, para só depois iniciarmos a entrevista gravada.

Sendo assim, há muitas histórias familiares que se entrelaçam com a história do distrito, muitos “não ditos” durante a gravação em áudio das conversas dos entrevistados (as), por conta das relações familiares divergentes ao longo da evolução do local. Como um todo, foram momentos prazerosos e de grande conhecimento, em que viajei no tempo e pude reviver, nas lembranças deles, momentos marcantes, situações, fatos políticos e crescimento da localidade. Nessa vertente, cada fala, cada história, a memória ativa e as emoções vieram à flor da pele. Decerto, tivemos momentos de pausa para que as pessoas pudessem se recompor das emoções vindas nas lembranças boas, ou até ruins, da história individual de cada, perpassando um singular aprendizado. Além disso, nas fotografias, cada uma vinha com sua peculiaridade histórica, seus momentos registrados num papel, para possível consulta, a posteriori, lembrança revivida. Diante disso, segundo Neves Lima (2014),

⁵⁵ Ordélia Oliveira de Araújo, moradora 51 anos. Entrevista concedida em 12 de agosto de 2022.

A imagem enquanto fonte para o historiador é um texto e apresenta um contexto. No entanto, ganha sentido no momento em que for interpretada, questionada, daí a importância de registrar a história da própria imagem, o contexto em que ela foi produzida. A análise iconográfica tem na noção de espaço a sua chave de leitura, posto que a própria fotografia. Dessa forma, as fotografias enquanto fontes foram utilizadas como elementos de averiguação histórica, uma vez que são portadoras de informações acerca dos sujeitos, dos cenários, de aspectos do cotidiano, das experiências vivenciadas pelos frequentadores da feira de Maniaçu.⁵⁶ (NEVES LIMA, 2014, p. 04).

Nesse sentido, utilizar das fontes iconográficas, cedidas pelos moradores e do acervo que venho há algum tempo registrando, foi de extrema relevância para analisar diversos fatores que essas nos trazem, como sujeitos, lugares e eventos que deram uma dinâmica na vida dos moradores do Distrito de Maniaçu. Assim, dando continuidade à discussão deste capítulo, retomamos às narrativas, em que se teve momentos de risos por situações inusitadas e momentos de silêncio por perdas, lembranças que afloram no fundo do subconsciente. Contudo, foram feitas um total de 11 perguntas, abertas e de fácil compreensão para direcionar a conversa e aproveitar as respostas.

Decerto, analisando a conjuntura familiar exposta na entrevista, é possível observar famílias nucleares e inteiras que foram morar no distrito na década de 40 a 60, e que trouxeram suas lembranças e modos de viver individuais, juntamente as suas vivências coletivas no distrito, as quais ocasionaram no crescimento e, por consequência, no desenvolvimento, se tornando, assim, um ponto político muito disputado da década de 60 em diante, por candidatos a prefeito, vereadores e cargos eletivos a nível de Bahia.

Logo, diante desse cenário, como afirma Horta (1999):

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar, culinária, festas religiosas e populares, danças, rituais, relações familiares revelam múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (HORTA, 1999, p. 7).

⁵⁶ Artigo apresentado com requisito avaliativo do componente curricular Pesquisa Histórica IV, constituindo-se em trabalho de conclusão de curso. DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DA FEIRA LIVRE DE MANIAÇU: (1980-2000) Janicleide Neves de Lima., sob orientação do professor Zezito Rodrigues (2014).

De maneira análoga, após as entrevistas com moradores, a aplicação dos formulários aos professores, alunos e funcionários e a execução das 2 oficinas no CECPAG, percebemos o quão é importante pesquisar e buscar informações em variadas fontes. Para além disso, utilizar das entrevistas, para que as narrativas possam fluir informações não ditas nos livros didáticos e/ou oficiais, é de extrema riqueza em detalhes, em que os entrevistados externaram confiança em suas falas. Contudo, sobre os questionários virtuais aplicados aos alunos, professores e funcionários do CECPAG, houve um total de 10 questões abertas para poderem registrar suas impressões e informações acerca do conhecimento sobre a história de Maniaçu, como será apresentado um pouco mais a seguir. Dessa maneira,

9- Como você vê a atuação do CECPAG na comunidade?

O CECPAG é um Colégio que procura resgatar todos os valores da comunidade local e cria nos seus alunos a importância e valorização de sua história para o mundo. (Sirleide Rodrigues, prof.^a 2022).

Sou ex-aluna do colégio. Exatamente por isso posso afirmar que a escola como um todo exerce uma parceria muito eficiente e humanitária com a comunidade, uma parceria que vai muito além dos muros escolares e das sugestões de ensino ordenadas pelos governos, pela metodologia pedagógica. Contudo, após minha formação e consequente saída do colégio, acompanhando as ações deste, posso dizer também que houve um empenho maior e mais engajado tanto por parte do colégio quanto dos alunos nessas práticas culturais e sociais, e fico muito contente por esse engajamento mais intenso. (Nilzeli Brito, ex aluna, 2022).

Diante desses relatos, nota-se que as respostas dos questionários virtuais nas participações dos alunos e professores foi essencial para entendermos essa conjuntura do conhecimento prévio sobre Maniaçu. Somado a isso, tanto a memória individual quanto a coletiva, sobre informações passadas anteriormente, mesmo que incompletas, ocasionando uma falta de compreensão dos fatos e da história, que foi se desvendando ao longo das ações indicadas no projeto. Com isso, cada ação aplicada foi gratificante no intuito de pesquisar cada vez mais informações para a composição da dissertação. Afinal, quando lidamos com narrativas orais têm-se uma relação de comunicação, de laços criados entre o entrevistado e a entrevistadora. Assim, “É esta relação de confiança que o entrevistador consegue estabelecer que conduzirá a coleta de um material suficientemente rico para ser interpretado.” (Bread; Weber, 1998 *apud* Zago, 2003, p. 302). Pois, enfim, quando se estabelece a confiança entre ambos, entrevistado e entrevistador, a história flui com uma certa naturalidade, o que se pode gravar ou apenas ouvir como confidências particulares de momentos vividos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo as pessoas vivenciaram situações padronizadas e homogêneas no espaço educacional, sem levar em consideração a opinião, o lugar e a história que compõe o território de identidade dos sujeitos históricos, o aluno (a), onde estão inseridos na comunidade local com suas particularidades.

Partindo desse pressuposto, sabe-se que a escola enquanto espaço de sociabilidade contempla vários sujeitos, junto a uma pluralidade identitária, em que é necessário normas para um bom funcionamento, incluindo seguir as Leis que regem a educação brasileira, como a LDB 1996, as Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia, as Normativas do Conselho Federal e Estadual de Educação e o Projeto Político Pedagógico, que é a alma da Unidade Escolar. Essas leis dão direcionamento das ações democráticas e autônomas dos projetos que são desenvolvidos no espaço escolar que, na atualidade, tem ganhado notoriedade para a preservação e valorização das diversidades, como a dos alunos do Campo, de áreas rurais, quilombolas e indígenas, dando, assim, uma visibilidade aos territórios de identidade e suas raízes, o que leva o educando a integrar os conteúdos escolares e curriculares com suas vivências comunitárias.

Além disso, a escola tem a incumbência de garantir o acesso e a permanência do alunado, bem como a gestão participativa pautada no respeito, na imparcialidade, moralidade, eficiência na formação dos sujeitos sociais e culturais com uma formação crítica, ativa e participativa. Nesse sentido, a instituição educacional deve ser a força motriz do despertar discente enquanto sujeito crítico e histórico, capaz de alterar o meio que vive, além de despertá-lo enquanto sujeito histórico, capaz de reconhecer e preservar sua história e a do meio em que está inserido.

Tendo isso em vista, este trabalho se constituiu como uma forma de colaborar na promoção da consciência histórica dos indivíduos perante o Distrito de Maniaçu e seus bens patrimoniais. Por fim, o produto deste trabalho, o *E-book*, contribui para uma socialização de informações entre fotografias e textos, para despertar o interesse do leitor pela história do distrito e seu desenvolvimento, partindo das ações da educação patrimonial, aplicadas no CECPAG.

Portanto, nota-se a necessidade de uma formação continuada da equipe de gestão, professores, funcionários e alunados, para que eles estejam mais engajados na preservação destes bens, fortalecendo, assim, os laços de pertencimento do lugar que está instalado o

CECPAG, que há mais de 20 anos vem buscando uma educação pautada nas normativas brasileiras e que possam estar em consonância com a realidade local da comunidade a qual se está vinculada na história e cultura. Dessa forma, o colégio precisa estar composto por sujeitos que tenham sonhos, força de vontade, persistência para que possam superar as dificuldades e alcançar seus objetivos. Com isso, o curso de Mestrado/ PPGELS Uneb- Campus VI, me fez ampliar a visão de história local, de pesquisa e descobertas que há mais de vinte anos não sabíamos como organizar e onde buscar informações relevantes para compor o memorial de nosso colégio e, conseqüentemente, montar uma pequena parte desse quebra-cabeça que é a história oral, sem muitos escritos, mas com as lembranças ainda vivas na memória de muitos entrevistados que colaboraram, de forma assídua, ativa e despreendida neste projeto de estudos do Mestrado.

Em suma, no CECPAG, vimos a disponibilidade e boa vontade dos professores e de alunos para com as ações do projeto, em querer aprender e descobrir mais sobre nossas raízes identitárias, através da temática MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO.

Assim, diante da experiência tida com a produção desta pesquisa, percebe-se o quão é valioso a compreensão sobre patrimônios e a sua conservação por parte de todos. Ademais, é no decorrer das ações indicadas e aplicadas durante o projeto, que se percebe a notoriedade que a educação patrimonial recebeu, bem como a participação da comunidade local, o engajamento dos professores, da gestão, dos funcionários e do público alvo desta pesquisa, os alunos do ensino médio regular no CECPAG, os quais auxiliaram e demonstraram a relevância em aprender sobre a conservação e preservação de nossos bens patrimoniais, através de ações escolares, da formação docente e da pesquisa sobre o território ao qual pertencemos, o Sertão Produtivo.

Em síntese, foi possível perceber o anseio geral dos moradores entrevistados, em se tratando dos registros escritos, das fotografias para se preservar essa história e essa memória da localidade. Para além disso, foram identificadas inúmeras informações oficiais em livros da Administração Pública e da Diocese, que muitos nem sequer conheciam ou já haviam tido acesso.

Por fim, ao longo dos três capítulos ficou claro que as pesquisas, as entrevistas e as oficinas foram de suma relevância na busca por informações, para adquirir conhecimentos sobre a identidade e registro para a posteriori. Contudo, conseguimos visualizar pelas narrativas dos participantes da pesquisa, tanto local quanto do CECPAG, que este trabalho de Mestrado poderá servir para estudos e possíveis aprofundamentos, em se tratando da temática da história, cultura

e memória do Distrito de Maniaçu, utilizando, assim, da leitura deste e da consulta ao *E-book* para a ampliação e percepção, através das fotografias e textos utilizados para a elaboração do produto final.

Desse modo, tanto durante as entrevistas quanto nas pesquisas em documentos oficiais, percebe-se que o conhecimento deve ser buscado não somente em livros didáticos, mas em diversas fontes, para que haja essa troca de informações entre moradores e pesquisadora, montando a colcha de retalhos que é a história local. Já no que concerne as metodologias aplicadas no CECPAG, elas foram de grande valia e o sentimento é o de gratidão. Afinal, era perceptível como cada informação foi compreendida pelos participantes, gerando discussões e entendimentos sobre a preservação patrimonial, em que isso vinha a responder a pergunta inicial deste trabalho dissertativo: Como desenvolver metodologias e projetos escolares interdisciplinares que levem os alunos do CECPAG a conhecer, valorizar e preservar os bens culturais/ patrimoniais de Maniaçu, junto as suas memórias, histórias e tradições? Com isso, espera-se que este trabalho promova novos conhecimentos e reflexões sobre patrimônios e incentive a conservação e preservação, fomentando, desse modo, a consciência histórica dos indivíduos não apenas vinculados a Maniaçu, mas de uma forma em geral.

Além disso, é almejado, também, que este trabalho incentive a produção de mais pesquisas científicas sobre este distrito e a região do Alto Sertão Baiano, assim como ele buscou desenvolver estudos mais aprofundados sobre o Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia, trazendo novos olhares desta instituição escolar.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes Orais

ALMEIDA, Almiro. Almiro de Almeida, morador, profissão lavrador aposentado, 75 anos. (agosto de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador -celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

ARAÚJO, Cleriston. Cleriston Araújo. Funcionário do CECPAG, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

ARAÚJO, Ordélia Oliveira de. Ordélia Oliveira de Araújo, moradora, 51 anos. (agosto de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador -celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

BONFIM, Luciano. Luciano Bonfim. Aluno do CECPAG, participante das oficinas (outubro, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

BRITO, Joice Vitória. Joice Vitória Brito. Aluna do CECPAG, participante das oficinas (outubro, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

DUARTE, Denússia. Denússia Duarte. Aluna do CECPAG, participante das oficinas (outubro, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

DUARTE, Nilzeli. Nilzeli Duarte. Ex-aluna, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

FERNANDES, Marcos. Marcos Fernandes. Professor da Educação Básica, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

FROTA, Dilma Correia Pessoa. Dilma Correia Pessoa Frota, moradora, professora aposentada, 60 anos. (maio de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU:

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia- Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

FROTA, Dinalva Ledo. Dinalva Ledo Frota, moradora, professora aposentada, 69 anos. (julho de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité- BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

FROTA, Maria Silvia. Maria Silvia Frota, moradora, técnica de enfermagem aposentada, 74 anos. (agosto de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia- Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

FROTA, Sebastião Jack Ivo. Sebastião Jack Ivo Frota. Morador, Funcionário Público, 65 anos. (agosto de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

GUMES, Ilma Pessoa Frota, Ilma Pessoa Frota Gumes, professora aposentada, 81 anos. (agosto de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular em Caetité seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO.

GUMES, Maurício Bonard dos Santos, Maurício Bonard dos Santos Gumes, servidor do estado aposentado, 84 anos. (junho de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular em Caetité seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO.

LIMA, Larissa. Larissa Lima. Aluna do CECPAG, participante das oficinas (outubro, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia- Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

LIMA, Letícia. Letícia Lima. Aluna do CECPAG, participante das oficinas (outubro, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

MAFRA, Fabiana. Fabiana Mafra. Coordenadora do CECPAG, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

MALHEIROS, Solange Carvalho Lemos. Solange Carvalho Lemos Malheiros. Professora aposentada, 84 anos. (março de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular em Caetité seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO.

MARTINS, Ana Júlia. Ana Júlia Martins. Ex-aluna, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo

MOREIRA, Raquel. Raquel Moreira. Aluna do CECPAG, participante das oficinas (outubro, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

OLIVEIRA, Fernanda. Fernanda Oliveira. Aluna, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

OLIVEIRA, Marina. Marina Oliveira. Aluna, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

RODRIGUES, Sirleide. Sirleide Rodrigues. Professora do CECPAG, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

SANTOS, Joseane. Joseane dos Santos. Ex-aluna, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

SANTOS, Lúcia Lisboa dos. Lúcia Lisboa dos Santos, moradora, 73 anos. (agosto de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador -celular no Distrito de Maniaçu seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

SILVA, Luizete do Carmo de Frota. Luizete do Carmo de Frota Silva, professora aposentada, 70 anos. (março de 2022). Entrevistadora: Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto. Caetité/ Maniaçu: Entrevista presencial com o uso de gravador - celular em Caetité seguindo as normas de distanciamento social. Entrevista concedida ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO.

SOUZA, Adriana. Adriana Souza. Ex-aluna, participante do questionário *Forms* (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

XAVIER, Marili. Marili Xavier, professora da Educação Básica, participante do questionário Forms (abril, 2022), ao projeto MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO, no Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia - Distrito de Maniaçu, Caetité - BA, Nte 13 Sertão Produtivo.

Arquivo Público Municipal de Caetité

Arquivo Público de Caetité- consulta aos CDS 02, folha 3/ 008- A PENNA DE 1940-1941.

Arquivo Público de Caetité- consulta aos CDS 02, folha 3/ 056- A PENNA DE 1940-1941.

CAETITÉ, Talhos e Retalhos. Prefeitura Municipal de Caetité. 2004, p. 104.

Caixa - Decretos e Leis Municipais - 1939-1977 (p. 165).

Livro de Registro - Tabelionato de Notas e Protestos/ Sede LIVRO 38, 1929 a 1930, p. 91 (Testamento de Pedro Athanásio Garcia).

Livro de Registro - Tabelionato de Notas e Protestos/ Sede LIVRO 38, 1929 a 1930, p. 130 (Testamento de Joana Sebastiana de Jesus).

Livro Leis e Decretos de 1948, nº 24, p. 64/ Arquivo Público Municipal de Caetité.

Livro de obras inauguradas – Cx 03- 1853 a 1944 – Município de Caetité.

Livro de obras inauguradas – Cx 18- 1972 (inauguração do prédio escolar Vereador Maurício Bonard Gumes 27/01/ 1973).

Livro de Registro – de Nascimento 1 A Folha 1/ Distrito de Junco Grande- Município de Caetité 14/05/1936.

Livro de Registro de Óbito - C15 (1933-1936) Sepultamento de Joana Sebastiana de Jesus, cor parda, idade de 81 anos, no Cemitério rural do Junco, folha 74, data do óbito 22/02/1935 – causa - Syphilis.

Livro de Registro de Óbito - C16 (1933-1936) Sepultamento de Pedro Athanásio Garcia, 80 anos, causa – coração, no Cemitério Municipal de Caetité, folha 85, data 08/08/1936.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. Caetité, A Terra, A Cultura e sua gente. Gráfica e papelaria Caetité. p;37-38,1996.

Diocese de Caetité, documentos oficiais (livros)

Livro de Batizados 2 1928-1929. p. 75 Caetité/ Diocese de Caetité.

Livro de Batizados 1930-1931. Caetité/ Diocese de Caetité.

Livro de Registros de Casamento 1923 a 1928- p. 269/ Diocese de Caetité.

Livro de Registros de Casamento 1926- nº 469/ Diocese de Caetité.

Livro de Registro de Casamento 1933 a 1940 p. 112/ Diocese de Caetité.

Livro de Registros de Casamento 1946 a 1948/ Diocese de Caetité.

Livro de Registros de Casamento 1950-1956 / Diocese de Caetité.

Livro de Registro de Nascimento-1935. Arquivo Público Municipal de Caetité.

Livro de Registro de óbito C-16 (1933-1936). Arquivo Público Municipal de Caetité.

Livro de Tabelionato de Notas 1928 a 1930. Livro 38, p.63-64/ Arquivo Público de Caetité.

Livro de Tombo 1, p. 85/ Diocese de Caetité.

100 Anos de Fé e Missão nas Terras Sagradas do Sertão- Bahia. Organizadoras: Zelia Malheiros Marques, Marinalva Nunes Fernandes e Maria de Fatima N. Pires. Diocese de Caetité, 1ª edição. Caetité- Ba. 2013.

Livros, Artigos, Teses e Dissertações

AGUIAR, Lielva Azevedo. “Agora um pouco da Política Sertaneja”: a trajetória da Família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité - 1885-1924) Dissertação de Mestrado, Santo Antônio de Jesus, 2011.

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

_____. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

AMADO, Janaina. A culpa nossa de cada dia :ética e história oral. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, São Paulo, n 15, 1997.

A INB NO DISTRITO DE MANIAÇU EM CAETITÉ – BAHIA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS¹ VILASBOAS, Valéria Batista² MARCELO, Valter Luiz dos Santos Disponível em: <http://fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/vilasboas-valeria-batista.pdf>. Acessado em agosto de 2023.

ANDRADE, Josiane Thethê. O tabuleiro das vendas: Cotidiano de um povoado marcado pelas lojas das roças. Bahia: UNEB/ Mestrado em História Regional e Local, 2010.

AMARAL, A. L. Pertencimento. Dicionário dos direitos humanos. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>. Acessado em agosto de 2023.

ARROIO, Miguel G. Ofício de mestre: imagem e autoimagem. São Paulo: Vozes, 2004.

BARROS, C. Psicologia e Construtivismo. São Paulo: Ática, 1996.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. DF, Senado Federal. Artigo 216.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 40.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nov. 2010.

BURKE, Peter. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In.: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castanga. Por uma educação do campo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 120.

CARVALHO, M. E. P. Pesquisa sobre o dever de casa: práticas atuais e visões de professoras, estudantes de pedagogia e mães; análise preliminar. João Pessoa: Centro de Educação da UFPB, 2003, p. 4. Acessado em 16 de outubro de 2023.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: <https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122510/mod_resource/content/0/Leituras/Chervel01.pdf>. Acessado em agosto de 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/>. Acessado em agosto de 2023.

DAYRELL, Juarez T. Múltiplos olhares sobre Educação e Cultura/ Juarez Dayrell, organizador. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p 137-161.

Declaração dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acessado em agosto de 2023.

DEMO, Pedro. *Educação & conhecimento* - relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2001.

DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DA FEIRA LIVRE DE MANIAÇU: (1980-2000) Janicleide Neves de Lima. Artigo apresentado com requisito avaliativo do componente curricular Pesquisa Histórica IV, constituindo-se em trabalho de conclusão de curso, sob

orientação do professor Zezito Rodrigues (2014).

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p 3-15. Memória, Esquecimento, Silêncio Michael Pollak. Tradução Dora Rocha Flaksman.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. *Educação Patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas/* São Paulo: SM, 2012. __ Somos mestres.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de antropologia e etnologia*, v. 41, n. 1-2, p. 23-32, 2000.

GADOTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo, Ática, 1987.

GEPEC. Grupo de estudos e pesquisas sobre educação no campo. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/4-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/d08-educacao-do-campo-e-a-escola-multisseriada>>. Acessado em janeiro de 2024.

GOMES, R. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In Minayo, M.C.S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 79.

GUMES, João Antônio dos Santos. *O sampauleiro: romance de costumes sertanejos/* João Gumes -2 ed. Salvador: EDUNEB/EDUFBA,2018. 493p.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: centauro, 2004. p 31.

HALBWACHS, M. (1925). *Os quadros sociais da memória*. Paris, Prensas Universitaires de France, p.26.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999, p 07 e 09. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em 02 de setembro de 2023.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: UFPR, 2000, p.15.

- LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 408.
- LEE, Peter. Por que aprender História? Educar em Revista, Curitiba, Brasil, nº42, p. 19-42, out-dez 2011. Editora UFPR.
- LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. História e Cultura Afro-brasileira.
- LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. História e Cultura Indígena e Afro-brasileira.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. Editora Cortez. São Paulo.1995
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
- MÉNTIS: história & cultura SILVEIRA, Éder da Silva – v. 6, n.12, p.35-44 Jul/dez. 2007. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico.
- MOREIRA, Cláudia dos Santos, SANTOS, Selma Ferreira. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE FARINHA NO DISTRITO DE MANIAÇU/CAETITÉ – BAHIA, UNEB/ Monografia, 2010.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. p. 305.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Possesores, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850) Recife, 2003, p.423.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. projeto História, São Paulo, Ed. da Puc, n.10, p 7-28, dez 1999.
- NÓVOA, Antônio. Cadernos de pesquisa. V.47, n166 p. 1106-1133 out/ dez. 2017, p. 1111.
- OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. Criação, experiências e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. Ouro Preto. Juiz de Fora: ED. UFJF, 2010.
- PARECER 283/2017 - PROCESSO CEE/ BA nº 59296-4/2017. Regularização de vida escolar
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro v.5, n.10, 1992, p. 200 a 212.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral e Memórias - Entrevista. História e perspectivas, Uberlândia (50): 197-226, Jan/jun. 2014.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Ática, São Paulo, Brasil, 1993.
- RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004.
- REVISTA Projeto História, São Paulo, PUC, n. 10, p 7-28, dez 1993.

REVISTA Polyphonía, v. 23/1, p 263-270, jan./jul. 2012

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. XVIII Encontro Regional (AMPUH-MG), 2012.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Helena Lima. Caetité, Pequeninina e Ilustre. 2ª edição, Tribuna do Sertão. 1997.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. Léngua Tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930. Tese de doutorado em história social. São Paulo: USP, 2014. 334p.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 17a ed. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1988, ver os capítulos " Escola e democracia I" e "Escola e democracia II".

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval, 1944- Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações/Dermeval Saviani11. ed. rev.—Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Pedro Celestino. Notícias Históricas e Geográficas do Município de Caetité. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº58, Seção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932.

SILVA, Zezito Rodrigues da. Uma vila na periferia do Império: Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe Santa Anna de Caitete 1810-1821) / Zezito Rodrigues da Silva; Gladys Sabina Ribeiro, orientadora. Niterói 2021, 380f.

SILVEIRA, Éder da Silva. MÉTIS: História & cultura.p.35-44 Jul/dez. 2007.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. Revista de história e estudos culturais, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010. Acesso em setembro de 2022.

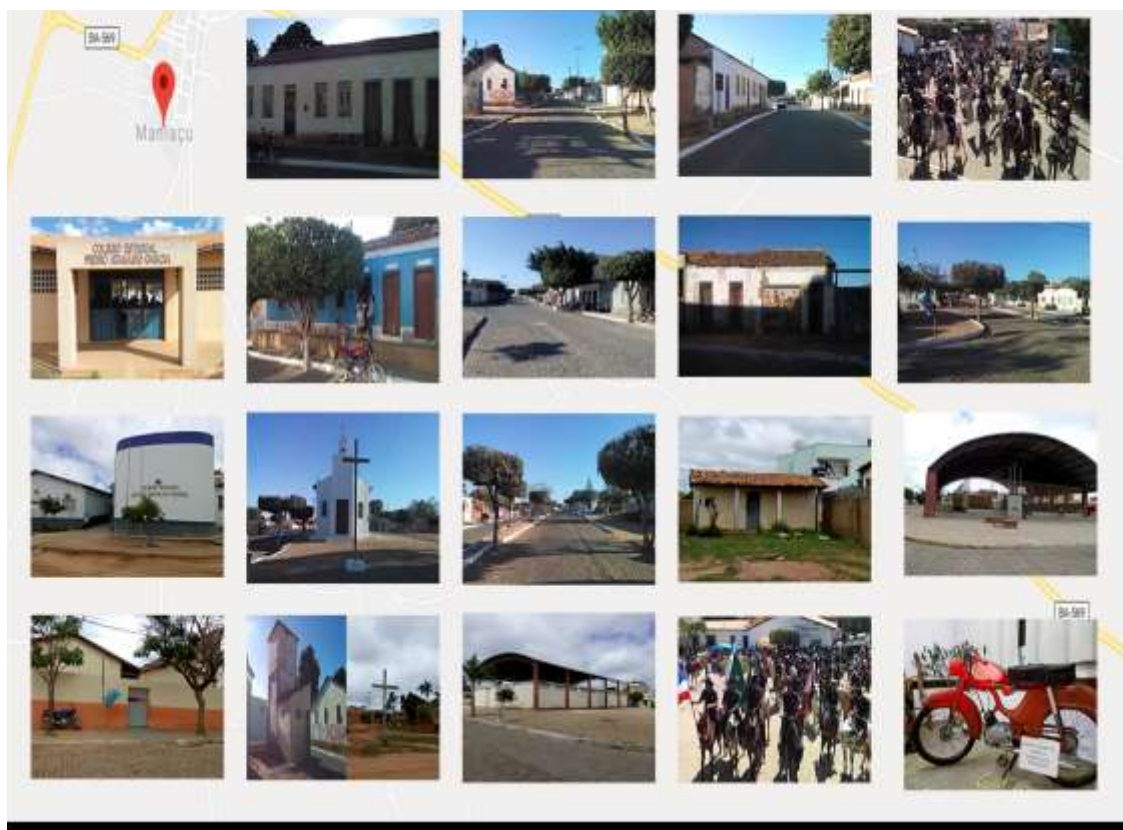
VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola:

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 123-132.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In ZAGO, Nadir et al. Perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANEXOS

FOTOS DO DISTRITO (2018)



Fonte. Pertencente ao acervo da autora

APÊNDICE A

Modelo do Questionário virtual/ alunos e professores participantes

GOOGLE FORMS /QUESTÕES PARA PESQUISA - PPGELS/ UNEB - 2022.1

1-Vivenciamos o dia a dia, o tempo cronológico passando com muita rapidez, de repente se passaram 10 anos, 20 anos ou mais. E nos damos conta que a história está sendo reescrita a cada dia. Percebe-se, no entanto, a importância do registro escrito. Você como residente de um lugar, cria-se vínculos acredita nesse resguardar da memória oral no que se refere a escrita da história?

2-A memória é um resguardar da tradição de um lugar, de um povo, de uma crença, seja ela colocada no papel ou via oral. Você considera essencial o registro escrito para rememorar a história, fatos e acontecimentos da história local?

3-A fotografia é um instrumento de análise da realidade retratada num dado momento histórico seja de um lugar, de uma família, de um acontecimento. Você compreende a importância de se fotografar esses momentos da história do Distrito de Maniaçu para uma possível análise nas áreas política, educacional e social?

4-Você como morador (a) e/ou aluno (a) do Cecipag (Col. Est. Do Campo Pedro Atanásio Garcia), percebe a importância de se registrar esses patrimônios tanto material quanto imaterial em forma de um E-book, para salvaguardar essa memória coletiva ou individual?

5-Você em algum momento de sua vivência em comunidade ou trajetória escolar tenha percebido a singularidade de conversas (histórias contadas pelos mais velhos - saberes e fazeres) aprender com o passado, aperfeiçoar o presente e melhorar as relações no futuro. Como os conselhos ou histórias do passado podem nos ajudar ou auxiliar na preservação do patrimônio?

6-Cada atividade ou sequência didática planejada tem metas, objetivos que se quer atingir. As metodologias servem para entender melhor o trabalho a ser executado. Como você vê ou analisa essa pesquisa voltada para a valorização da nossa memória coletiva, salvaguardar nosso patrimônio, que traz muito de nossa vivência?

7-Em algum momento você teve contato, acesso a materiais escritos, fotografias com mensagens no verso sobre algum assunto corriqueiro, entrevistas, documentos oficiais, recibos de compra e venda de terrenos, história oral, conversas informais e pode perceber o quão é rica nossa história?

8-Como você analisa a questão da Educação Patrimonial, partindo ações/ atividades escolares (Feira de Ciências) do Cecipag para com a comunidade local e circunvizinha ao distrito?

9-Como você vê a atuação do Cecipag na comunidade?

10-Que sonhos você gostaria de ver realizado para a comunidade de Maniaçu.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS MORADORES DO DISTRITO DE MANIAÇU 2022.

Segue o modelo a seguir.

PROJETO – MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO

O Distrito de Maniaçu, fica localizado no município de Caetité- Bahia, desde sua fundação em 1934, mantém sua relevância para a cidade de Caetité por toda sua trajetória histórica, política e econômica construída ao longo da formação da nossa região. Com a pesquisa histórica, poderemos registrar nossa história tanto na parte escrita, quanto no atendimento aos moradores e alunos com necessidades especiais, fazendo a devida inclusão na história local. Tendo em vista a preservação e divulgação da história e memória de Maniaçu, ele poderá ser aplicado

como ferramenta para futuras pesquisas científicas sobre o distrito, como também ser empregado como material didático por docentes do ensino fundamental, médio e superior.

1. NOME, IDADE E PROFISSÃO
2. HÁ QUANTO TEMPO RESIDE EM MANIAÇU (SEDE)?
3. VOCE JÁ ACOMPANHOU ALGUMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL, POLÍTICA NO DISTRITO DE MANIAÇU
4. JÁ FEZ PARTE DOS FESTEJOS COMEMORATIVOS NO DISTRITO? QUAL OU QUAIS?
5. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE COMO SURTIU O DISTRITO DE MANIAÇU, SUA FORMAÇÃO, HISTÓRIA, PERSONALIDADES?
6. VOCE SE LEMBRA DE FATO OU FATOS DA POLÍTICA LOCAL. ALGUMA CURIOSIDADE.
7. INDO PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO. VOCÊ DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFESSORES, PROJETOS ESCOLARES APLICADOS NA COMUNIDADE SOBRE A HISTÓRIA VALORIZANDO A CULTURA LOCAL?
8. E DAS FESTAS RELIGIOSAS, CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE SÃO PEDRO, VOCE LEMBRA DE ALGUMA INFORMAÇÃO RELEVANTE?
9. VOCE CONSIDERA O DISTRITO DE MANIAÇU COMO FATOR DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ?
10. CADA FESTA, CADA COMEMORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS AO LONGO DESSES ANOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO DE MANIAÇU. VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE PARA A HISTÓRIA LOCAL E CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA?
11. O CECPAG JÁ TEM MAIS DE 16 ANOS DE FUNDAÇÃO - OFERTANDO O ENSINO MÉDIO REGULAR E EJA VI, DANDO OPORTUNIDADE DE CONTINUAR OS ESTUDOS MAIS PERTO DE CASA. COMO VOCÊ ANALISA ESSA TRAJETÓRIA ESCOLAR, AS AÇÕES EDUCATIVAS QUE O COLÉGIO VEM PROPORCIONANDO.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).

APÊNDICE C

Oficina- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA DE NOSSO LUGAR

Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia- CECPAG no Distrito de Maniaçu-Caetité- BA.

Autora: Rita de Cássia Alves Malheiros Fausto

MANIAÇU, HISTÓRIA E CULTURA NO ALTO SERTÃO BAIANO



PÚBLICO ALVO- ALUNOS (AS) DO ENSINO MÉDIO 2 E 3 ANO NO CECPAG, FAIXA ETÁRIA ENTRE 15 E 20 ANOS.

QUANDO? OUTUBRO DE 2022

AUTORA MINISTRANTE - RITA DE CASSIA ALVES MALHEIROS FAUSTO, DISCENTE DO CURSO DE PÓS GRADUÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE (PPGELS) - UNEB - CAMPUS VI- CAETITÉ

Apresentação "Quem acredita que as fotografias de lugares, pessoas e objetos contam algo?"

E você acredita que são apenas passados sem história, objetos sem história sem valor sentimental? Mas por que os objetos se tornam especiais? Como ele é preservado? Quem o preserva?

Trata-se de: **bem cultural material** (construções, igrejas, objetos, feiras etc.); **bem cultural imaterial** (canções, danças, festas, artesanato etc.) e/ou **bem natural** (meio ambiente, paisagem etc.) especificar e classificar os bens patrimoniais que serão utilizados durante a oficina.

É nesse debruçar sobre o objeto, análise de fotografias que aproximaremos dos nossos patrimônios a partir da ativação das nossas memórias, das nossas emoções, numa relação de festividade entre pessoas, coisas e lugares. E assim, buscaremos através de uma abordagem participativa aproximar elementos para se pensar sobre a relação sujeito-objeto e objeto-sujeito em sua afetividade e desse modo direcionar para o discurso de preservação da cultura a partir da valorização da memória individual a coletiva, partindo de nosso lugar – Distrito de Maniaçu.

Objetivos: Geral:

a) Sensibilizar os participantes para perceberem os objetos nas suas relações de afetividade e compreender a composição do patrimônio material e imaterial como fruto

de referências culturais construídas nas vivências entre humanos, coisas e lugares.

Específicos: a. Possibilitar a troca de saberes entre os participantes da oficina EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA DE NOSSO LUGAR

b. Refletir sobre o domínio dos objetos, fotografias e as possibilidades de relações traçadas entre uma aproximação entre humanos, objetos e lugares.

c. Ampliar as possibilidades de discussões sobre patrimônio material e imaterial a partir das nossas referências sociais e culturais;

d. Oferecer exposição presencial em sala temática dos objetos, fotografias apresentadas nas oficinas no Cecipag, seguindo os protocolos de segurança e distanciamento social.

Metodologia: A oficina EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA DE NOSSO LUGAR será ministrada presencial e construída a partir de dois encontros de 4 hs cada uma, nas dependências do Cecipag em turno oposto ao horário de aulas dos alunos participantes, mantendo o distanciamento social e seguindo os protocolos de segurança.

1º encontro: Troca de saberes entre os participantes sobre a percepção dos objetos, das fotografias de objetos, casarões, espaços culturais no distrito, suas relações e referências enquanto patrimônios, seguido de abordagem sobre a noção de patrimônio, memória individual e coletiva e por fim, direcionamento de atividade para a descrição de objeto afetivo com fins de apresentação no segundo encontro de oficina.

2º encontro: Apresentação dos objetos cedidos pela autora ministrante, moradores do distrito e alunos do Cecipag como referências afetivas de cada participante do objeto, seguindo de análise das fotografias e avaliação da oficina pelos membros participantes.

Obs.: O material coletado será organizado em suporte para divulgação online nas redes sociais do Cecipag

Recursos:

- Internet; -Computadores; celular; mediadora (01); slides;
- fotografias de lugares e objetos em Maniaçu, e objetos físicos cedidos pelos moradores para a oficina

-Alunos participantes :20 alunos do 2 Ano e 15 alunos do 3 ano Ensino médio regular da rede estadual.

Obs.: Será convidado (a) os professores de outras áreas do conhecimento para participar da Oficina.

Cronograma: A Oficina EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA DE NOSSO LUGAR será ministrada durante o mês de OUTUBRO de 2022, sendo que o 1 encontro no dia 25/10/2022 e o segundo no dia 26/10/2022 das 13 horas e previsão de término às 16 horas. Totalizando uma carga horária de 08 hs .

Avaliação: Será feita durante toda a construção e aplicação da oficina a partir da observação ao cumprimento dos seus objetivos e principalmente no diálogo/depoimentos dos participantes sobre a temática da preservação dos patrimônios de nosso Lugar.

Obs.: todo material utilizado na oficina, incluindo material impresso será da responsabilidade da ministrante, onde o colégio não terá nenhum custo.

Resultados a alcançar:

- Organização do material coletado em suporte adequado para exposição/divulgação na sala temática nas dependências do Cecipag e nas redes sociais do colégio.

OFICINAS APLICADAS AOS ALUNOS DE 15 A 24 ANOS NO CECIPAG 2022.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).

ROTEIRO DAS OFICINAS – OUTUBRO DE 2022

Montagem da sala temática sobre Maniaçu e sua História através de objetos e fotografias para o desenvolvimento das oficinas, para que depois das análises seriam aplicadas as perguntas abaixo:

Quem acredita que as fotografias de lugares, pessoas e objetos contam algo?"

E você acredita que são apenas passados sem história, objetos sem história sem valor sentimental? Mas por que os objetos se tornam especiais?

Como ele é preservado?

Quem o preserva?

Trata-se de: bem cultural material (construções, igrejas, objetos, feiras etc.); bem cultural imaterial (canções, danças, festas, artesanato etc.) e/ou bem natural (meio ambiente, paisagem etc.) especificar e classificar os bens patrimoniais que serão utilizados durante a oficina.

1-Você como aluno (a) do Cecipag (Col. Est. Do Campo Pedro Atanásio Garcia, percebe a importância de se registrar esses patrimônios tanto material quanto imaterial em forma de um E-book, para salvar essa memória coletiva ou individual?

2-Você em algum momento de sua vivência em comunidade ou trajetória escolar tenha percebido a singularidade de conversas (histórias contadas pelos mais velhos - saberes e fazeres) aprender com o passado, aperfeiçoar o presente e melhorar as relações no futuro. Como os conselhos ou histórias do passado podem nos ajudar ou auxiliar na preservação do patrimônio?

3-Cada atividade ou sequência didática planejada tem metas, objetivos que se quer atingir. As metodologias servem para entender melhor o trabalho a ser executado. Como você vê ou analisa essa pesquisa voltada para a valorização da nossa memória coletiva, salvar nosso patrimônio, que traz muito de nossa vivência?

4-Em algum momento você teve contato, acesso a materiais escritos, fotografias com mensagens no verso sobre algum assunto corriqueiro, entrevistas, documentos oficiais, recibos de compra e venda de terrenos, história oral, conversas informais e pode perceber o quão é rica nossa história?

5-Como você analisa a questão da Educação Patrimonial, partindo ações/ atividades escolares (Feira de Ciências) do Cecipag para com a comunidade local e circunvizinha ao distrito?

6- Como vc vê a atuação do Cecipag na comunidade?

7- Que sonhos vc gostaria de ver realizado para a comunidade de Maniaçu.?

APÊNDICE D- Algumas das imagens utilizadas nas oficinas de outubro de 2022

CARTA DE DOAÇÃO DE TERRAS NO LUGAR CHAMADO JUNCO GRANDE À DIOCESE DE CAETITÉ, POR PEDRO ATHANÁSIO GARCIA. 1929.

Escritura publica de doação entre vivos que
entre si fazem Pedro Athanasio Garcia e sua mu-
lher Joana Sebastiana de Jesus, como doadores
e como donatarios a Diocese de Caetité, repre-
sentada pelo Monsenhor Luiz Pinto Bastos, co-
m o abaixo se declara. *Suam* quantos es-
ta escritura de doação vierem, que aos
vinte e dois dias do mes de Agosto de mil novecentos
e vinte e nove, nesta Cidade de Caetité, Su-
ma e Comarca de igual nome, em meu cartó-
ria compareceram presentes de uma parte
co-

como outorgantes doadores Pedro Athanasio
Garcia e sua mulher Joana Sebastiana de
Jesus, residentes no lugar Junco grande,
na freguesia Capangá neste termo, e de
outra parte como outorgada donataria a
Diocese de Caetité, representada pelo Monsen-
hor Luiz Pinto Bastos, residente nesta Ci-
dade; e pelos outorgantes doadores me foi de-
ta perante as testemunhas abaixo assigna-
das que sendo senhores e possuidores de
uma parte de terras na fazenda Capa-
gari no lugar Junco grande, onde exis-
te uma pequena Capella, acham-se
contractados com a outorgada representa-
da pela Monsenhor Luiz Pinto Bastos do-
da entre vivos gratuitamente ^{em favor} a
area de dez metros quadrados ^{na terra} em favor
da mesma Capella, como effectivamente
teem doado, por bem deste contracto e
na melhor forma de direito; e que tal
doação fazem a mesma outorgada no va-
lor de cinquenta mil reis (50000) em
moeda corrente, transmittendo, desde ja,
na pessoa da mesma outorgada do mata-
ria, até pela Clausula Constitutiva, todo o
seu direito, dominio, posse e accão que
elle e o outorgado tinham na mesma, pa-
ra que a outorgada a possua sem recer-
va alguma, como sua que e e fica tudo.
Então pelo representante da Diocese me foi
dita perante as mesmas ^{compartes} testemunhas, que
na verdade se acham com os outorgantes
sobre a mencionada doação entre vivos
Fei-

Senhor Juiz. } 64

feita a Diocese de Castile, e que acerta a presente
escrptura nos termos em que foi redigida,
do que tudo eu Tabellião do rei. E por esta
sem assim contractados me pediram lher
lavras e esta que lida e achada conforme
nas assignações pelos doadores e representan-
te da Diocese e os testemunhas presentes, e
Cidadãos José Pereira da Silva, a pedido da
doadora que não sabe ler nem escrever, assigna
na seu rogo della doadora, perante as lher abaixo.

(Sello) União do 1.º Em fôrta de est. Reis 1200 reis 50 mil e
duzentos reis de sello. Quarta 22 de Agosto de 1799. Fez
lher Silva Domingues. Eu Raymundo Pereira Chaves,
Tabellião a escrever e assignar.

Raymundo Pereira Chaves

Em tempo. Combreimento. Exercício de 1799.

N.º 1599. Imposto de transmissões transcritas
add. esp. e unificação Reis 30937. Aff. do livro
de Recetta ficas a debito do Collector Sepulveda
no Sepulveda a quantia de tres mil novecentos
e cinquenta e cinco reis que pagou a Diocese de Cas-
tile, provimento de imposto acima relativamente
a quantia de 500 porquanto lher foi dado, por
Pedro Athanasio Garcia e sua mulher em pedazo
de terras e uma Capella, situada no lugar
yuncos grande Fazenda Papaguin conf.º Quinto
n.º 1599. Collectoria de Castile 22 de Julho de
1799. O Escriva Rosalvo Cunha. O Collector
A. Sepulveda. Eu Raymundo Pereira Cha-
ves, Tabellião a escrever.

Pedro Athanasio Garcia
José Pereira da Silva.

Jo

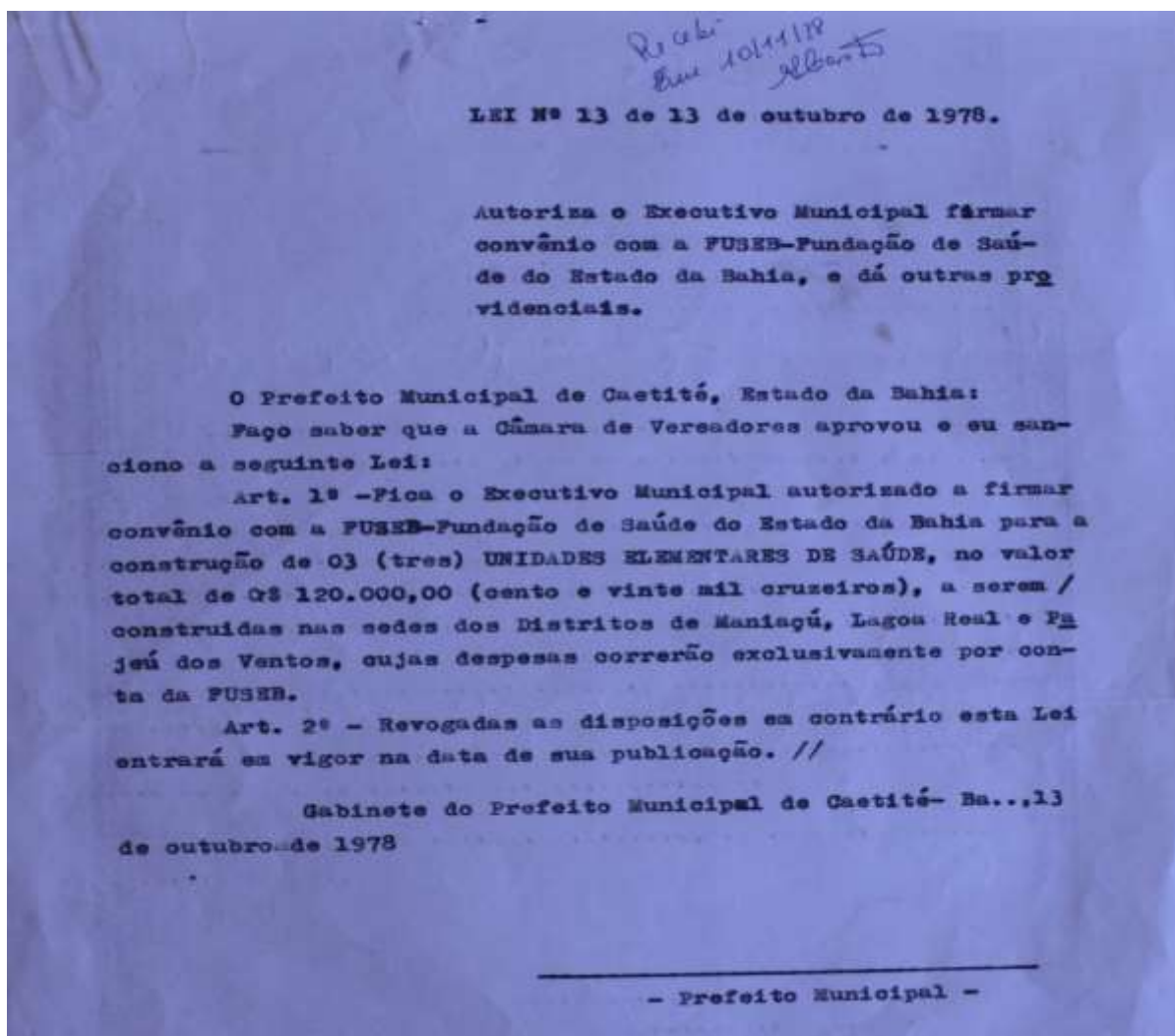
lher ao enterline no Capella e terras
 de Silva Domingues

Pedro Athanasio Garcia

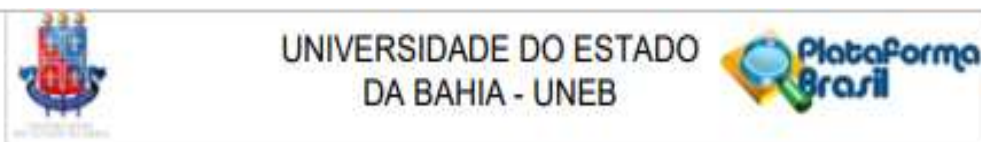
Cartão de noivado de Trasbulo e Nunila- Junco, 1936



Documento de convênio de saúde para o distrito de Maniaçu- 1978



APÊNDICE E

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO

Pesquisador: RITA DE CASSIA ALVES MALHEIROS FAUSTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53879221.2.0000.0057

Instituição Proponente: Departamento de Ciências Humanas - Campus VI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.261.419

Apresentação do Projeto:

Trata-se da apreciação de segunda versão do protocolo de pesquisa intitulado "MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO", (versão postada em 10/02/2022), é um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), do Departamento de Ciências Humanas – DCH VI, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Resumo informado pela autora.

O projeto de pesquisa consiste no desenvolvimento de material didático e instrucional (revista digital) sobre Maniaçu: Histórias, Memórias e Culturas no Alto Sertão Baiano, abordando como ocorreu a formação do distrito a partir das fontes coletadas dos moradores locais mais antigos, de pesquisas bibliográficas no Arquivo Público de Caetité, jornais impressos da época, registros fotográficos com a finalidade de conhecer, aprender e preservar a riqueza histórica e patrimonial deste distrito, levando a sua população ao reconhecimento e pertencimento da história, como agentes sociais e históricos. Estes elementos atualmente servem de fonte para preservação da sua memória local. Memória essa, que nos diz muito sobre seu povo e cultura, portanto, sua riqueza maior. Diante da relação entre história e memória, é possível mencionar a existência marcante de locais, objetos e práticas que representam a preservação de toda uma cultura e o passado de um povo, principalmente quando trata-se do patrimônio histórico e cultural. A relação da memória com os patrimônios dá-se diante do seu processo de construção, inclusive porque, por meio dos

Continuação do Parecer: 5261.419

bens do passado e do presente, são formados os patrimônios e, posteriormente, a história e a identidade das pessoas.

Hipótese/Pergunta orientadora:

No CECPAG possui condições para desenvolver metodologias, projetos escolares interdisciplinares que levem os alunos a conhecer, valorizar e preservar os bens culturais/ patrimoniais de nosso Distrito, bem como sua memória, história e tradições? A partir desse questionamento, é que se dará a investigação. Diante disso, almeja-se a produção de uma revista digital sobre o distrito de Maniaçu.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com a autora o protocolo de pesquisa proposto tem como objetivos:

Objetivo Primário:

*Compreender a importância do conhecimento da história local, apropriação e a valorização dos bens patrimoniais que compõem o território do Sertão Produtivo/ Distrito de Maniaçu, como também pelo interesse em desenvolver a visibilidade e o fortalecimento da cultura e tradição do mesmo.

Objetivo Secundário:

* Valorizar a história local e preservar sua memória, aplicando oficina de educação patrimonial aos alunos do ensino médio da educação básica no Cecipag.

*Levantar, catalogar as documentações referentes à história do distrito de Maniaçu, pertencente ao município de Caetité no Alto Sertão baiano e, por meio disso, produzir um e-book digital sobre como ocorreu a formação do distrito, bem como utilizando de registros fotográficos sobre o lugar em estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Foi registrado pela pesquisadora no modelo de TCLE (versão postada em 07/10/2021), na descrição sobre os riscos aos participantes da pesquisa: "Devido a coleta de informações o senhor poderá se sentir constrangido, lembrar momentos de tristeza e/ ou angustiado. E poderá suspender a participação na pesquisa a qualquer momento. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição".

Comentários: A pesquisadora atende as normativas 466/2012 e 510/2016.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

Continuação do Parecer: 5.281.419

Benefícios:

Como referido pela pesquisadora no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil (versão postada em 29/11/2021), que essa pesquisa terá os seguintes benefícios: "o distrito de Maniaçu, apresenta inúmeras possibilidades de estudos através dos registros fotográficos, variados objetos, casarões, sendo que estes contam uma história que não deve ser esquecida, a valorização de quem mora no campo, numa área de comunidades de remanescentes de quilombolas, num distrito onde temos um maior quantitativo de alunos matriculados nas redes (municipal e estadual), economia voltada para o comércio informal, movimentado pela feira livre aos domingos, a riqueza mineral do urânio, o plantio da mandioca e o processamento de seus derivados o cultivo do milho, feijão, cana de açúcar e tantos outros alimentos que valorizam nossa alimentação e gera renda para as famílias. As metodologias e práticas escolares diferenciadas na educação patrimonial levarão os alunos a perceberem como é rica a história local. Portanto, o registro escrito é uma das formas de se resguardar as memórias, valorizar a cultura e tradição para que possamos estudar o passado, entender o presente e melhorar as vivências como um todo no futuro".

Comentários: A pesquisadora atende as normativas 466/2012 e 510/2016.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa é relevante e exequível.

Critério de inclusão: aplicação de questionários, oficinas e trilha a 4 professores de diferentes áreas do conhecimento do Cecpag, pelo ao menos 1 por área do conhecimento; ações da educação patrimonial - questionários, oficinas, trilha, sala temática com alunos do 2ano (20 alunos) e 3 ano (em média de 15 alunos) com faixa etária dentre 15 a 20 anos; observação para análise e interpretação, entrevista (áudio) com 11 moradores sendo 3 homens e 8 mulheres - moradores entre 60 e 70 anos residentes no distrito de Maniaçu. No decorrer da pesquisa caso haja necessidade de incluir professores, funcionários do cecpag na amostragem do método de investigação – questionário para se ter uma melhor resposta as etapas da pesquisa e levantamento de informações.

Critério de Exclusão: No que se trata da exclusão caso algum morador não se sinta à vontade para

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

Continuação do Parecer: 5.261.419

dá seu relato, também poderá ser excluído da pesquisa, sem prejuízo ao levantamento das informações.

O orçamento: Em conformidade.

O cronograma: Em conformidade.

Instrumento de registro de dados: Deverá apresentar os questionários e roteiros para a realização das entrevistas e oficinas. A Pesquisadora informa na Plataforma Brasil (versão postada em 10/02/2022), em atendimento às pendências relacionadas ao Parecer anterior número 4.682.926 sobre roteiros de entrevista dos moradores e roteiro de oficina para o aluno, porém deverá explicar detalhadamente sobre o pedido de **AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGEM** no roteiro de perguntas ao aluno (versão postada em 10/02/2022), a referida solicitação não consta nos respectivos TCLEs. Deverá apresentar a explicação científica do uso das imagens para não tornar a confidencialidade contraditória. Se for ilustrativa deve retirar do protocolo de pesquisa e buscar alternativas que não exponha os participantes. Também **NÃO APRESENTA** o roteiro do questionário e oficina para os professores de diferentes áreas do conhecimento, conforme informa no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil (versão postada em 10/02/2022).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade.

2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade.

3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade.

4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade.

5 - Folha de rosto: Em conformidade.

6 – Modelo do TCLE: A pesquisadora deverá apresentar o modelo de TCLE para os responsáveis pelos discentes. A Pesquisadora apresenta na Plataforma Brasil (versão postada em 10/02/2022) em atendimento às pendências relacionadas ao Parecer anterior número 4.682.926 sobre o modelo de TCLE para os responsáveis pelos discentes, porém **NÃO APRESENTA** o modelo de TCLE para os professores de diferentes áreas do conhecimento, conforme informa no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil (versão postada em 10/02/2022).

7 – Modelo do Assentimento: A pesquisadora deverá apresentar o modelo de Assentimento. A Pesquisadora apresenta na Plataforma Brasil (versão postada em 10/02/2022) em atendimento às pendências relacionadas ao Parecer anterior número 4.682.926 sobre modelo de Assentimento. Desse modo, apresenta-se em conformidade.

8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).

CARTA RESPOSTA

Venho através desta, esclarecer algumas alterações nos termos- TCLE, para nova análise da relatoria. Solicito nova análise dos termos de assentimento dos responsáveis pelos menores participantes da pesquisa, uma vez que a imagem dos alunos não serão usadas, e sim de objetos, casarões, ruas, veículos que traz parte da história e memória do Distrito de Maniaçu nas oficinas da educação patrimonial, acrescentei o modelo do termo de consentimento para a participação dos 4 professores de áreas do conhecimento do CECPEG- Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia, uma vez que estarão participando das oficinas com os alunos no horário oposto de trabalho/ aula dos discentes, não ocasionando prejuízo à pesquisa e nem aos participantes. Reenviei os: roteiro da oficina com os alunos, o roteiro do questionário com os alunos, roteiro de entrevista com os moradores. Só lembrando que a pesquisa com seres humanos, é voltada para levantar e coletar informações acerca da formação, economia, cultura do Distrito de Maniaçu, aplicando oficinas e questionários aos alunos do Cecpag, entrevista com os moradores do distrito, e a produção de uma cartilha contendo fotos e textos sobre o Distrito.

Desse já, solicito decisão favorável da pesquisa pelo Comitê de Ética da Uneb

Atenciosamente,

Rita de Cassia Alves Melheiros Fausto



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Professor participante:

Área do conhecimento _____

Formação Acadêmica _____

Endereço:

_____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____/(____) _____/

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** é um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), do Departamento de Ciências Humanas – DCH VI, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL**
3. **Cargo/Função, Mestranda no Curso PPGELS/ UNEB – CAMPUS VI-Caetitê- BA**

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) professor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: _____, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo _____. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios:----- Caso o Senhor(a) aceite a participar será _____; pela aluna _____ do curso de _____. Devido a coleta de informações você _____ . -----A Participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, portanto, você não será identificado. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira é garantido ao participante da pesquisa o direito a indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250 e-mails: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP -End.: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

Caetité, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:

Sexo: F () M () Data de Nascimento: ____/____/____

Nome do responsável legal pelo discente:

Documento de Identidade nº: _____

Endereço:

_____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____/(____) _____/

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** -----é um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), do Departamento de Ciências Humanas – DCH VI, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL-**
3. **Cargo/Função, Mestranda no Curso PPGELS/ UNEB – CAMPUS VI- Caetité- BA**

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) senhor (a) seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: _de responsabilidade da pesquisadora Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: Caso o Senhor(a) aceite autorizar a participação de seu filho (a) ele(a) será ; pela aluna Devido a coleta de informações seu filho poderá. A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, portanto, seu filho não será identificado. Esta pesquisa respeita o que determina o ECA –Estatuto da criança e do adolescente desta forma a imagem se seu filho será preservado. As oficinas de educação patrimonial, utilizará de fotografias de objetos, casarões, ruas, utensílios, veículos não tendo nenhuma exposição da imagem dos alunos participantes. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação e a de seu filho (a) com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira é garantido ao participante da pesquisa o direito a indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250 e-mails: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP -End.: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa e ter entendido o que me foi explicado, concordo em autorizar a participação de meu filho(a) sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

Caetité, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do participante da pesquisa

Responsável legal

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa *MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO*. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber como *Compreender a importância do conhecimento da história local, apropriação e a valorização dos bens patrimoniais que compõem o território do Sertão Produtivo/ Distrito de Maniaçu, como também pelo interesse em desenvolver a visibilidade e o fortalecimento da cultura e tradição do mesmo. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e você não terá nenhum problema se não aceitar ou desistir. Caso aceite, você será ações da educação patrimonial - questionários, oficinas, trilha, sala temática com alunos do 2ano (20 alunos) e 3 anos (em média de 15 alunos) com faixa etária dentre 15 a 20 anos; observação para análise e interpretação é possível que se sinta devido a coleta de informações poderá se sentir constrangido, lembrar momentos de tristeza e/ ou angustiado. E poderá suspender a participação na pesquisa a qualquer momento caso você queira poderá desistir e a pesquisadora irá respeitar sua vontade. Mas há coisas boas que podem acontecer com a realização deste projeto, pois sua realização poderá vir a apresenta inúmeras possibilidades de estudos através dos registros fotográficos, variados objetos, casarões, sendo que estes contam uma história que não deve ser esquecida, a valorização de quem mora no campo, numa área de comunidades de remanescentes de quilombolas, num distrito onde temos um maior quantitativo de alunos matriculados nas redes (municipal e estadual), economia voltada para o comércio informal, movimentado pela feira livre aos domingos, a riqueza mineral do urânio, o plantio da mandioca e o processamento de seus derivados o cultivo do milho, feijão, cana de açúcar e tantos outros alimentos que valorizam nossa alimentação e gera renda para as famílias.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa os resultados serão publicados em jornais e revistas científicas e você também terão acesso a eles.

Você ainda poderá nos procurar para retirar dúvidas pelos telefones:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Rita de Cássia Alves Malheiros Fausto

Endereço: rua prof. Helena Lima Santos, 175, centro- Caetité .**Telefone:** .(77)999586194,

E-mail: ritamalheiros2018@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB, Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250 e-mails: cepuneb@uneb.br

Eu _____ aceito participar da pesquisa **MANIAÇU: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO**. Entendi os objetivos e as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Caetité, _____ de _____ de 20__

Assinatura do participante da pesquisa

Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE F



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS).



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PEDRO
ATANÁSIO GARCIA
Port. de Criação 3295 DOE 24/03/2004




TERMO DE CONCESSÃO

Autorizo o acesso aos documentos sob minha guarda para que sejam coletados os seguintes dados: Número de matrículas entre 2004 até 2010, ata de criação do Colégio, registros fotográficos de eventos no Distrito com a participação do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia, que serão utilizados na execução do projeto intitulado Maniaçu: Histórias, Memórias e Culturas no Alto Sertão Baiano sob a responsabilidade do pesquisador (a) Rita de Cassia Alves Malheiros Fausto com a finalidade científica e sem comprometer de nenhuma forma a integridade e a identidade dos participantes da pesquisa, conforme regulamenta a Resolução CNS 466/12.

Declaro estar ciente dos objetivos e benefícios do estudo, assim como da justificativa para não aplicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo com a coleta dos dados nesta unidade, exclusivamente para uso nesta pesquisa.

Caetité ,de.....de 20....


Assinatura e carimbo do
responsável institucional

Cláudia Pereira Noveis
Diretora
Col. Est. do Campo Pedro Alandino Garcia
AUT. Nº 13.007/2018

Assinatura e carimbo do Funcionário que guarda a documentação

APÊNDICE G- Documento de autorização da Comarca de Caetité, para consulta no APMC-
em inventários, certidões variadas, leis, decretos entre 1926 a 1960, pela Mestranda.

Recebido
06/10/2022
Resposta

Deferido a pedido de acesso aos documentos (INVENTÁRIOS DE MORADORES DO DISTRITO DE MANIAÇU, CERTIDÕES DE OBITO, CERTIDÕES DE CASAMENTOS, LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO DE 1926 A 1960, RELACIONADOS AO MUNICÍPIO DE CAETITÉ E DO DISTRITO DE MANIAÇU), para pesquisa e posteriormente escrita da Dissertação de Mestrado que se encontram salvaguardados APMC no Arquivo Público Municipal desta cidade e comarca de Caetité.

Arquivo Público
27/09/2022

Assunto: Solicito Autorização para acesso aos documentos (INVENTÁRIOS DE MORADORES DO DISTRITO DE MANIAÇU, CERTIDÕES DE OBITO, CERTIDÕES DE CASAMENTOS, LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO DE 1926 A 1960, RELACIONADOS AO MUNICÍPIO DE CAETITÉ E DO DISTRITO DE MANIAÇU), para pesquisa e posteriormente escrita da Dissertação de Mestrado que se encontram salvaguardados APMC no Arquivo Público Municipal desta cidade e comarca de Caetité.

Prezado Dr,

Tendo em vista que eu, Rita de Cássia Alves Malheiros Fausto, residente a rua Prof. Helena Lima Santos, n 175 - centro, Caetité, matrícula N. 062100027, TURMA 3- PPGELS/ UNEB CAMPUS VI, PROF Orientador Dr. Nivaldo Dutra, e sendo que a pesquisa já foi aprovada pelo Conselho de Ética da Uneb com o CAAE: 53879221.2.0000.0057 em fevereiro de 2022 com o título: MANIAÇU, HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E CULTURAS NO ALTO SERTÃO BAIANO. Estou empreendendo pesquisas, leituras e escrita na área de Preservação de Patrimônio material e imaterial da cultura local, memória e tradição, com objetivo de concluir minha pesquisa e projeto de mestrado até meados do semestre de 2023.1, solicito ao Sr. Dr que seja autorizado o meu acesso aos documentos indicados acima com localização no acervo do Arquivo Público de Caetité, Praça Deocleciano Pires Teixeira, 52 - centro - Caetité.

Termos que pede deferimento.

Caetité - 19 de setembro de 2022.

Rita de Cássia Alves Malheiros Fausto

RITA DE CASSIA ALVES MALHEIROS FAUSTO- MESTRANDA PPGELS- UNEB CAMPUS VI